



Universidade Federal do Espírito Santo
Centro de Educação - CE

Projeto Pedagógico de Curso
Pedagogia - Licenciatura - Matutino

Ano Versão: 2018

Situação: Corrente

SUMÁRIO

Identificação do Curso	3
Histórico	4
Concepção do Curso	6
Contextualização do Curso	6
Objetivos Gerais do Curso	8
Objetivos Específicos	8
Metodologia	8
Perfil do Egresso	10
Organização Curricular	11
Concepção da Organização Curricular	11
Estrutura do Currículo	16
Quadro Resumo da Organização Curricular	16
Atividades Complementares	21
Equivalências	24
Currículo do Curso	24
Pesquisa e extensão no curso	82
Auto Avaliação do Curso	83
Acompanhamento e Apoio ao Estudante	85
Acompanhamento do Egresso	87
Normas para estágio obrigatório e não obrigatório	88
Normas para atividades complementares	94
Normas para laboratórios de formação geral e específica	99
Normas para trabalho de conclusão de curso	100
Administração Acadêmica	106
Coordenação do Curso	106
Colegiado do Curso	106
Núcleo Docente Estruturante (NDE)	106
Corpo docente	107
Perfil Docente	107
Formação Continuada dos Docentes	109
Infraestrutura	110
Instalações Gerais do Campus	110
Instalações Gerais do Centro	110
Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais	110
Instalações Requeridas para o Curso	111
Biblioteca e Acervo Geral e Específico	111
Laboratórios de Formação Geral	112
Laboratórios de Formação Específica	112
Observações	114
Referências	115

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome do Curso

Pedagogia - Licenciatura - Matutino

Código do Curso

681

Modalidade

Licenciatura

Grau do Curso

Licenciado Pleno em

Nome do Diploma

Licenciado em Pedagogia

Turno

Matutino

Duração Mínima do Curso

8

Duração Máxima do Curso

12

Área de Conhecimento

CIÊNCIAS HUMANAS

Regime Acadêmico

Não seriado

Processo Seletivo

Verão

Entrada

Semestral

HISTÓRICO

Histórico da UFES

Transcorria a década de 30 do século passado. Alguns cursos superiores criados em Vitória pela iniciativa privada deram ao estudante capixaba a possibilidade de fazer, pela primeira vez, os seus estudos sem sair da própria terra. Desses cursos, três – Odontologia, Direito e Educação Física – sobrevivem na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Os ramos frágeis dos cafeeiros não eram mais capazes de dar ao Espírito Santo o dinamismo que se observava nos Estados vizinhos.

O então governador Jones dos Santos Neves via na educação superior um instrumento capaz de apressar as mudanças, e imaginou a união das instituições de ensino, dispersas, em uma universidade. Como ato final desse processo nasceu a Universidade do Espírito Santo, mantida e administrada pelo governo do Estado. Era o dia 5 de maio de 1954.

A pressa do então deputado Dirceu Cardoso, atravessando a noite em correria a Esplanada dos Ministérios com um processo nas mãos era o retrato da urgência do Espírito Santo. A Universidade Estadual, um projeto ambicioso, mas de manutenção difícil, se transformava numa instituição federal. Foi o último ato administrativo do presidente Juscelino Kubitschek, em 30 de janeiro de 1961. Para o Espírito Santo, um dos mais importantes.

A reforma universitária no final da década de 60, a ideologia do governo militar, a federalização da maioria das instituições de ensino superior do país e, no Espírito Santo, a dispersão física das unidades criaram uma nova situação. A concentração das escolas e faculdades num só lugar começou a ser pensada em 1962. Cinco anos depois o governo federal desapropriou um terreno no bairro de Goiabeiras, ao Norte da capital, pertencente ao Victoria Golf & Country Club, que a população conhecia como Fazenda dos Ingleses. O campus principal ocupa hoje uma área em torno de 1,5 milhão de metros quadrados.

A redemocratização do país foi escrita, em boa parte, dentro das universidades, onde a liberdade de pensamento e sua expressão desenvolveram estratégias de sobrevivência. A resistência à ditadura nos “anos de chumbo” e no período de retorno à democracia forjou, dentro da Ufes, lideranças que ainda hoje assumem postos de comando na vida pública e privada do Espírito Santo. A mobilização dos estudantes alcançou momentos distintos. No início, a fase heróica de passeatas, enfrentamento e prisões. Depois, a lenta reorganização para recuperar o rumo ideológico e a militância, perdidos durante o período de repressão.

Formadora de grande parte dos recursos humanos formados no Espírito Santo, ela avançou para o Sul, com a instalação de unidades acadêmicas em Alegre, Jerônimo Monteiro e São José do Calçado; e para o Norte, com a criação do Campus Universitário de São Mateus.

Não foi só a expansão geográfica. A Universidade saiu de seus muros e foi ao encontro de uma sociedade ansiosa por compartilhar conhecimento, ideias, projetos e experiências. As duas últimas décadas do milênio foram marcadas pela expansão das atividades de extensão, principalmente em meio a comunidades excluídas, e pela celebração de parcerias com o setor produtivo. Nos dois casos, ambos tinham a ganhar.

E, para a Ufes, uma conquista além e acima de qualquer medida: a construção de sua identidade.

A meta dos sonhadores lá da década de 50 se transformou em vitoriosa realidade. A Ufes consolidou-se como referência em educação superior de qualidade, conceituada nacionalmente. Nela estão cerca de 1.600 professores; 2.200 servidores técnicos; 20 mil alunos de graduação presencial e a distância, e 4 mil de pós-graduação. Possui 101 cursos de graduação, 58 mestrados e 26 doutorados, e desenvolve cerca de 700 programas de extensão na comunidade. Uma Universidade que, inspirada em seus idealizadores, insiste em não parar

de crescer. Porque é nela que mora o sonho dos brasileiros, e em especial dos capixabas.

Histórico do Centro

O Decreto Federal nº 63.577, de 8 de novembro de 1968, que fixou a nova estrutura da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), constituiu o Centro de Educação, na época Centro Pedagógico, criando uma unidade própria de ensino profissional e pesquisa aplicada para os estudos pedagógicos.

Os estudos de educação eram realizados, até então, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Como a reforma na Ufes foi implantada de forma gradual, em 1971, os estudos pedagógicos foram reunidos no Departamento de Educação da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e agrupados, provisoriamente, no Centro de Estudos Gerais. A Comissão, integrada pelos professores José Manuel da Cruz Valente, Ieda Aboumrad, Maria Silene R. de Menezes e Maria José de Almeida Marçal, foi encarregada, em 1972, de elaborar o projeto de implantação do Centro Pedagógico. Por várias razões, a implementação ocorreu somente em 1975.

Em fevereiro de 1975, o reitor Máximo Borgo Filho, por meio de portaria, designou o Prof. Dr. Manoel Ceciliano Salles de Almeida para o cargo de Diretor Provisório. Ele também designou as professoras Elizabeth Maria Pinheiro Gama e Kleide Marcia Barbosa Alves, para dirigir o Departamento de Fundamentos da Educação e Orientação Educacional; os professores João Chrisóstomo Casagrande e Roberto Claytam Schmitel Castro para chefiar o Departamento de Administração e Supervisão Escolar e; os professores Carlos Coutinho Batalha e Regina Helena Magalhães para as funções de Chefe e Subchefe, respectivamente, do Departamento de Didática e Prática de Ensino.

Como Manoel Ceciliano assumiu o cargo de reitor da Ufes, em novembro de 1975, o Prof. Aloyr Queiroz de Araújo passou a responder pela direção do Centro de Educação, sendo substituído, em 1977, por Regina Helena Magalhães. De 1980 a 1984, a direção foi exercida por Rita de Cassia de Rezende Dias. Em junho de 1984, por eleição direta de professores, funcionários e alunos, assumiu a direção o professor Carlos Coutinho Batalha.

Posteriormente, foram seus diretores os professores: Dulce Castiglioni, no período de 1988 a 1992; Anna Maria Marreco Machado, de 1992 a 1995; Alexandre Cesar Grandi Cid, de 1995 a 1996; Maria José Campos Rodrigues, de 1996 a 2000 e de 2000 a 2004; Izabel Cristina Novaes, de 2004 a 2006; Maria Aparecida Santos Correa Barreto, de 2006 a 2010 e 2011. Em 2012, assumiu o exercício da direção a professora Mirian do Amaral Jonis Silva. No período de 2012-2015, o Centro de Educação ficou sob a direção da professora Cláudia Maria Mendes Gontijo, sendo reeleita para o pleito 2016-2020.

Em 16 de agosto de 2002, o Conselho Departamental do Centro Pedagógico decidiu adotar o nome Centro de Educação, em substituição a Centro Pedagógico. Em 2003, essa mudança foi homologada pelo Ministério da Educação, com a aprovação do novo Estatuto da Ufes.

Em 30 de julho de 2007, o Conselho Universitário da Ufes aprovou a proposta de redepartamentalização e realocação de docentes do Centro de Educação da Ufes (Resolução nº 24/2007-CONSUNI). Conforme a Proposta de Reestruturação do CE/UFES, os novos departamentos são:

- Departamento de Teorias do Ensino e Práticas Educacionais (DTEPE)
- Departamento de Linguagens, Cultura e Educação (DLCE)
- Departamento de Educação, Política e Sociedade (DEPS)

No ano de 2013, foi criado o Curso de Licenciatura em Educação do Campo com a finalidade de formar docentes para atuar nas regiões campestres do Espírito Santo.

CONCEPÇÃO DO CURSO

Contextualização do Curso

A UFES é uma das poucas instituições públicas de ensino superior no estado do Espírito Santo que oferece o curso de Pedagogia, em meio a outras 75 instituições privadas (48 oferecem o curso presencial e 27 em EAD).

Além disso, o Centro de Educação destaca-se também na formação de docentes do ensino superior e de pesquisadores, inclusive na formação, em nível de pós-graduação *stricto sensu*. Muitos desses profissionais atuam na Educação Básica e em instituições de ensino superior (públicas e privadas), ganhando destaque para as parcerias realizadas com escolas federais (Institutos Federais de Educação) que se organizaram nos últimos anos no Estado. Participa, intensamente, de programas de formação continuada, em parceria com o Ministério da Educação, levando conhecimentos produzidos nas universidades públicas aos 78 municípios do Estado, cumprindo sua missão mais importante de disseminação desses conhecimentos entre os docentes e profissionais da educação básica que atuam com a maioria da população do Estado.

O estado do Espírito Santo, de acordo com o Censo Escolar de 2013 (INEP), possuía 43.309 professores na Educação Básica. Desse total, 12.811 atuavam na Educação Infantil e 15.280 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Sendo assim, mais da metade do quantitativo de professores do estado, ou seja, 64,86 % são docentes que deveriam possuir graduação em Pedagogia, o que demonstra a viabilidade social do curso. Isso sem considerar os demais profissionais da Educação que atuam em área pedagógica nos Anos Finais do Ensino Fundamental, ou mesmo aqueles que atuam nas modalidades da Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.

Os dados apresentados acima ressaltam as possibilidades de emprego para os egressos do curso se considerarmos ainda que o atual atendimento educativo para crianças de até três anos de idade deve ser ampliado para 50%, conforme meta do PNE 2014-2024. Para que o Espírito Santo atinja a meta estabelecida no Plano Nacional de Educação até 2024, precisará aumentar sua oferta em aproximadamente 91,57%, representando um aumento anual médio de 2,39% de crianças atendidas na faixa etária de zero a três anos, segundo o Plano Estadual de Educação, o que amplia a possibilidade de emprego para os egressos do curso.

De acordo com o diagnóstico apresentado neste Plano, se levarmos em consideração o quantitativo de professores que possuem curso superior é possível concluir que, na educação infantil e no ensino fundamental – Anos Iniciais, encontram-se proporções menores de professores titulados em nível superior, seguindo-se a Educação Especial. No estado do Espírito Santo, segundo o Censo Escolar (INEP), 86,6% dos professores que atuam na Educação Infantil possuem curso superior, sendo que na rede pública 89% dos docentes são graduados, e na rede privada de ensino apenas 66% são licenciados. Em relação aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 93,5% dos professores possuem graduação em Pedagogia, o que equivale a 94% na rede pública e 78% na rede privada. Além disso, nas áreas rurais encontram-se as menores proporções de professores com titulação em curso superior, o que justifica o papel da UFES em oferecer o curso de Pedagogia, atendendo a sua função social de prestar um relevante serviço na formação de professores para atender a demanda do estado. Para além do Curso de Pedagogia, o Centro de Educação oferta a Licenciatura em Educação do Campo, em duas áreas: Linguagens e Códigos e Ciências Humanas e Sociais, formando docentes para atuação na segunda etapa do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

3.2 BREVE HISTÓRICO DO CURSO

O curso de Pedagogia da UFES foi criado pela Lei Estadual nº 550, de 7 de dezembro de 1951, sendo vinculado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e federalizado em 30 de janeiro de

1961, pela Lei nº 3.868. Foi reconhecido pelo Decreto nº 30.815/1956, publicado no Diário Oficial da União, em 22 de agosto de 1956.

A promulgação da Lei nº 5.540/68, que reforma a universidade brasileira, foi uma tentativa de atender às diversas reivindicações, frutos das pressões, principalmente do meio estudantil. Era momento de muitas mudanças e adaptações para a concretização de um novo modelo de universidade pública em implantação.

O Decreto Federal nº 63.577, de 8 de novembro de 1968, cria uma nova estrutura para a UFES e institui o Centro Pedagógico como a unidade responsável pelo ensino profissional e a pesquisa aplicados à educação. Mas, a reforma universitária foi implantada na UFES de forma gradual e, a partir de 1971, o curso de Pedagogia ficou vinculado, provisoriamente, ao Departamento de Educação do Centro de Estudos Gerais. No ano seguinte, foi instituída uma comissão para elaborar o projeto de implantação do Centro Pedagógico que, por diversas razões, só foi implementado em 1965.

Paralelamente às alterações de ordem administrativa e de organização do novo modelo de universidade, também havia necessidade de modificações nos cursos superiores de modo a atender à ideologia da modernização pretendida pela reforma universitária, que teve suas expectativas e reivindicações ajustadas à postura assumida pelo Estado pós-64. Para a organização do curso de Pedagogia, de acordo com o Parecer nº 252/69, não ocorreram grandes dificuldades no que dizia respeito ao Magistério para o Ensino Normal, e o problema da especialização, que na legislação anterior era bastante fluido, foi solucionado pelo então Conselho Federal de Educação, com a determinação de que o curso tivesse uma parte comum que incluísse ambos os objetivos: magistério e especialização.

Nesse último caso, ficou disponível uma lista de matérias mais ou menos variável que possibilitasse às IES a oportunidade de escolherem, além da parte comum a todas as habilitações, outra diversificada, de acordo com cada habilitação específica: Orientação Educacional, Supervisão Escolar, Administração Escolar, Inspeção Escolar e Magistério; além disso, havia a possibilidade de oferta de licenciatura curta e/ou plena, tempo mínimo e máximo para integralizar o curso pelo novo modelo de sistema de créditos.

A UFES, a partir de 1970, opta pela licenciatura das habilitações citadas, excetuando a Inspeção Escolar. O currículo com base no Parecer nº 252/69, com suas habilitações específicas e magistério das disciplinas para o Ensino Normal, perdurou até 1990, quando foi substituído por um novo modelo, fruto de intensas discussões de uma comissão interdepartamental ampliada, onde participaram professores representantes de cada habilitação, indicados por seus respectivos departamentos, membros do Centro Pedagógico no Conselho de Ensino e Pesquisa, do Programa de Pós-graduação em Educação e outros que aderiram por espontânea vontade. Essa comissão estava atenta às discussões que ocorriam em nível nacional sobre a questão primordial da identidade do licenciado em Pedagogia.

Desse modo, o currículo implantado em 1990 absorvia as discussões oriundas do CONARCFE/ANFOPE, que redefiniam o papel do pedagogo/especialista em educação, identificando a docência como base de sua identidade. Essa reformulação promoveu uma amplitude do campo de atuação do profissional de Pedagogia com formação para o magistério do ensino fundamental e da educação infantil.

A UFES promoveu uma reformulação corajosa (Parecer nº 983/89, do Conselho Federal de Educação), transferindo para o nível de pós-graduação Lato Sensu as habilitações (incluindo a Inspeção Escolar) e formando, na graduação, o professor para a educação infantil e o ensino fundamental. Essa alteração foi acompanhada por uma pesquisa que, ao final de 1994, recomendou para o curso que se iniciaria em 1995, algumas alterações curriculares, separando as habilitações de magistério para o Ensino Fundamental e Educação Infantil, incluindo outras, como Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.

A partir do semestre de 1995/1, o curso de Pedagogia teve um novo currículo aprovado, com carga horária mínima para a graduação de 2.460 (duas mil, quatrocentas e sessenta) horas, incluindo uma habilitação complementar, também de caráter obrigatório, dentre quatro

opções: Magistério da Educação Infantil, Magistério da Educação Especial - problemas de Aprendizagens e Deficiência Mental, Magistério das Disciplinas Pedagógicas do Ensino Médio, Magistério da Educação de Jovens e Adultos (Resolução nº 30/94 do CEPE/UFES).

Na ocasião, foi aprovada a matriz Curricular Básica, com carga horária e pré-requisitos de todas as disciplinas. Nesse momento, a formação do especialista era realizada em nível de pós-graduação Lato sensu. As discussões continuaram e em 2001 foi criada a Habilitação Gestão Educacional (supervisão, orientação, administração e inspeção educacional).

A partir de 16 de agosto de 2002, o Centro Pedagógico torna-se Centro de Educação, mudança já ratificada e homologada pelo MEC, agregando à sua história quatro diferentes currículos para o curso de Pedagogia, fruto de mudanças políticas, acadêmicas e legais.

Em 2006, foram implantados os Currículos 681 (Curso Matutino) e 682 (Curso Noturno) do Curso de Pedagogia – Licenciatura, para atender ao disposto na Resolução CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia. Manteve-se as principais linhas de atuação do currículo anterior, que formava o professor e o gestor educacional. Entretanto, modificações foram feitas de modo a incorporar as determinações contidas nas Resoluções CNE/CP nº 01/2002 e CNE/CP nº 02/2002, que normatizavam a oferta de cursos de formação de professores para a educação infantil, ensino fundamental e médio. As mudanças incorporaram, também, as determinações do Parecer CNE/CP nº 5/2005, do Parecer CNE/CP nº 3/2006 e da Resolução CNE/CP nº 1/2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (licenciatura).

Objetivos Gerais do Curso

Considerando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, bem como as Resoluções nº 2 de 1 de julho de 2015 e a CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006, o curso de Licenciatura em Pedagogia tem como objetivos formar professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Compreende-se a docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo.

Objetivos Específicos

As atividades docentes também compreendem a participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

- I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;
- II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;
- III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares (BR

Metodologia

A organização do curso de Pedagogia – Licenciatura toma como parâmetros a legislação em vigor, conforme será discutido no item 3.4, o resultado de avaliações realizadas junto com estudantes, professores e egressos do curso, bem como os princípios definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional da Ufes (PDI-UFES):

[...] universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmos ou em função de ulteriores aplicações, e de áreas técnico-profissionais; e flexibilidade de métodos e critérios, considerando as diferenças individuais dos estudantes, as peculiaridades regionais e as possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e projetos de pesquisa. (UFES, 2015, p. 35)

Diante disso, mantém-se a oferta de 120 vagas anuais para o Curso de Pedagogia – Licenciatura, por meio de três entradas anuais de 40 (quarenta) alunos. No turno matutino duas entradas de 40 alunos (1º e 2º semestre letivos) e no turno noturno uma entrada de 40 alunos no 2º semestre letivo.

O Curso de Pedagogia – Licenciatura, Currículo 2017, será ofertado na modalidade presencial, nos turnos matutino e noturno. Considerando as demandas específicas colocadas pelo curso de Pedagogia – Licenciatura Noturno, sob alguns aspectos o currículo desse curso diferencia-se do matutino, como a quantidade de semestres em que o curso será integralizado, o período de realização dos Estágios Supervisionados em Magistério na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental e a previsão de uma carga horária semi presencial em 3 disciplinas e de reserva de horário na grade curricular para a realização das disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso.

O currículo do curso é composto por disciplinas caracterizadas por aulas e atividades que envolvem a carga horária de Prática como Componente Curricular (PPC); Estágio Supervisionado (ES), Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e Atividades Complementares (AC).

A operacionalização da abordagem interdisciplinar no currículo ocorrerá por meio de articulação entre as disciplinas de diferentes períodos. As principais disciplinas que desenvolverão essa abordagem interdisciplinar são:

- a) as disciplinas de prática como componente curricular: (“Práticas Educativas em Espaços não Escolares” (90h); “Práticas de Gestão da Escola” (105h); “Práticas Pedagógicas na Escola na Educação Básica” (105h) e “Práticas de Avaliação da Aprendizagem na Educação Básica” (105h); “Práticas de Gestão da Escola” (105h);
- b) as disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso;
- c) os Estágios Curriculares de caráter obrigatório.

Além disso, as demais disciplinas obrigatórias e optativas incluem abordagens metodológicas interdisciplinares, de acordo com as suas especificidades.

As aulas ocorrem nas dependências do Centro de Educação da Ufes e as atividades referentes à prática como componente curricular terão uma porcentagem da carga horária prevista desenvolvida também em escolas, secretarias de educação e demais espaços em que o pedagogo tem a possibilidade de atuar. As atividades de Estágio Supervisionado em Magistério na Educação Infantil, em Magistério nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e em Gestão Escolar ocorrerão em unidades escolares, preferencialmente de redes públicas de ensino.

Em relação às atividades complementares, estas podem abranger diversos espaços formativos de instituições de ensino superior e da escola básica, bem como cursos e eventos acadêmico-científicos locais, regionais, nacionais ou internacionais, que tenham afinidade com a área educacional.

Além das disciplinas e atividades obrigatórias, previstas na matriz curricular do curso, os estudantes podem optar, ainda, por realizar o Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório, a partir de uma demanda que é colocada por instituições de ensino da escola básica. Nesse caso, o estagiário poderá receber uma bolsa, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

No que diz respeito à acessibilidade de todos os estudantes ao currículo, o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia prevê a articulação com o Núcleo de Acessibilidade da Ufes e demais instâncias da Ufes que colaboram para atender às especificidades educativas dos estudantes com necessidades educacionais especiais. Para isso, contamos com a aquisição de

equipamentos como notebook, tablet e monitores ampliados (baixa visão) e com a atuação de intérpretes e tradutores de Libras (surdez).

Perfil do Egresso

O perfil do profissional baseia-se no pressuposto de que o Pedagogo deve assumir postura profissional ética pautada na responsabilidade social para com a construção de uma sociedade incluyente, justa e solidária, ao exercer suas atividades nos seguintes campos: magistério e gestão escolar.

Em conformidade com as Resoluções CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006 e nº 2 de 1 de julho de 2015, bem como com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o futuro profissional formado pelo curso de Pedagogia - Licenciatura, deverá estar apto a:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;

III - fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

V - ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

VI - relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;

VII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

VIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;

IX - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambientais;

X - utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;

XI - estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Concepção da Organização Curricular

A organização curricular a ser implantada a partir de 2018 toma, como ponto de partida, as orientações legais, contidas na Resolução CNE/CP nº 2, de 1 de julho de 2015 e da Resolução CNE/CP nº 1/2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (Licenciatura), assegurando os seguintes princípios: a formação humana e a formação profissional como elementos indissociáveis; interdisciplinaridade; contextualização; democratização; pertinência e relevância social; ética e sensibilidade afetiva e estética.

A organização curricular considera, também, as orientações do PDI-UFES, que ressalta os subsídios que os currículos dos cursos devem fornecer para que os estudantes analisem “[...] as condições históricas, sociais e políticas em que se encontram. Devem lhes permitir não somente descrever o mundo que os rodeia, mas torna-los capazes de criticá-lo e construir possibilidade de transformação” (UFES, 2015, p. 38)

Assim, no intuito de realizar a formação de professores para desempenhar a função básica da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, como também a formação de um profissional que exerça funções ou desenvolva atividades próprias de coordenação, gestão e planejamento de ações, projetos ou atividades pedagógicas, a organização curricular abrange um núcleo de estudos básicos, um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos e outro de estudos integradores que propiciem, ao mesmo tempo, amplitude e identidade institucional, relativas à formação do licenciado.

Compreende, além das aulas e dos estudos individuais e coletivos, práticas de trabalho pedagógico, como as de monitoria, de estágio curricular, de pesquisa, de extensão, de participação em eventos e em outras atividades acadêmico-científicas, que alarguem as experiências dos estudantes e consolidem a sua formação. Os núcleos de estudos deverão proporcionar aos estudantes, concomitantemente, experiências cada vez mais complexas e abrangentes de construção de referências teórico-metodológicas próprias da docência, além de oportunizar a inserção na realidade social e laboral de sua área de formação. Por isso, as práticas docentes deverão ocorrer ao longo do curso, desde seu início.

4.1 CONCEPÇÃO

O currículo é uma construção cultural e, por isso, diferentes sentidos vão sendo criados para a constituição do campo, em determinados momentos histórico e social, em um processo constituído de conflitos e lutas entre diferentes tradições e diferentes concepções sociais. E, é nesse espaço de conflitos e lutas que a construção deste documento normativo se faz, atravessado e marcado pela diferença de ideias, concepções, discursos.

Este Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia - Licenciatura considera que currículo envolve um conjunto de decisões, ações, atividades acadêmicas previstas e organizadas para a integralização do curso, com o objetivo de formação do(a) estudante, na construção de conhecimentos necessários à sua formação cidadã e profissional. Esse conceito extrapola o entendimento de currículo como uma estrutura centrada em disciplinas, como “grade curricular”, pois implica em uma prática social, o que abrange também as experiências, interações, dentro do contexto no qual se configura. O currículo deve garantir a apropriação de conteúdos e modos de organizar o trabalho educativo, bem como o desenvolvimento de atitudes formativas fundamentadas no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética e política.

No que tange ao currículo do curso de Pedagogia, em consonância com o Projeto Político Pedagógico do Centro de Educação da Ufes (UFES, 2015b), este PPC orienta-se por princípios defendidos pela Associação Nacional de Formação de Professores (ANFOPE) no que tange à formação de professores:

A formação para a vida humana, forma de manifestação da educação omnilateral dos homens; a docência como base da formação; o trabalho pedagógico como foco formativo; a sólida formação teórica, a ampla formação cultural; a criação de experiências curriculares que permitam o contato dos alunos com a realidade da escola básica, desde o início do curso; a incorporação da pesquisa como princípio de formação; a possibilidade de vivência, pelos alunos, de formas de gestão democrática; o desenvolvimento do compromisso social e político da docência; a reflexão sobre a formação do professor e sobre suas condições de trabalho; a avaliação permanente dos cursos de formação; o conhecimento das possibilidades do trabalho docente nos vários contextos e áreas do campo educacional. (ANFOPE 2000, apud ANFOPE, 2001, p. 3).

A esses princípios, associam-se, de maneira especial, algumas considerações contidas no Parecer CNE/CP, Nº 2 de 2015 (BRASIL, 2015b, p. 22):

3) a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a valorização do profissional da educação; a gestão democrática do ensino público; a garantia de um padrão de qualidade; a valorização da experiência extraescolar; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, entre outros, constituem princípios vitais para a melhoria e democratização da gestão e do ensino; [...]

12) a importância do profissional do magistério e de sua valorização profissional, assegurada pela garantia de formação inicial e continuada, plano de carreira, salário e condições dignas de trabalho;

4.2 ESTRUTURA CURRICULAR

A matriz curricular do novo Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia – Licenciatura foi reelaborada a partir da demanda de adequação à Resolução CNE/CP nº 2, de 1 de julho de 2015, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduandos e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Justifica-se, ainda, essa reformulação curricular por sistemáticas avaliações da proposta curricular em vigência, realizadas em conjunto com professores e alunos do Centro de Educação e egressos do curso de Pedagogia, além de outros departamentos da Ufes que atuam no curso, nos últimos anos.

A organização curricular do curso de Pedagogia abrange um núcleo de estudos básicos, um de aprofundamento e diversificação de estudos e outro de estudos integradores que propiciam, ao mesmo tempo, amplitude e identidade institucional, relativas à formação do licenciado.

I- Núcleo de estudos básicos e formação geral, o qual envolve conhecimentos, saberes e experiências sobre o campo educacional, seus fundamentos e metodologias, bem como sobre as diversas realidades educacionais.

II- Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos que, atendendo às demandas educacionais do contexto social e histórico onde o curso se insere, oportuniza conhecimentos, saberes e experiências acerca de: a) investigações sobre processos educativos e gestoriais, em contextos escolares e não escolares; b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural; c) estudo, análise e avaliação de teorias da educação, a fim de elaborar propostas educacionais que atendam às demandas sociais.

III- Núcleo de estudos integradores, que proporcionam enriquecimento curricular e compreendem a participação do licenciando em: a) seminários e estudos curriculares; projetos de iniciação científica, iniciação à docência, monitoria e extensão, diretamente orientados pelo corpo docente da instituição de Educação Superior; b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas; c) mobilidade estudantil, intercâmbio com outras instituições de ensino superior; d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição

e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

Os núcleos de estudos deverão proporcionar aos estudantes, concomitantemente, experiências cada vez mais complexas e abrangentes de construção de referências teórico-metodológicas próprias da docência, além de oportunizar a inserção na realidade social e laboral de sua área de formação. Por isso, a articulação entre esses diferentes núcleos de estudos deverá ocorrer ao longo do curso, desde seu início.

Os conhecimentos, saberes e experiências que compõem os diferentes Núcleos de Estudos estão organizados em disciplinas, prática como componente curricular, estágios curriculares supervisionados, elaboração e trabalho de conclusão de curso, além de um conjunto de atividades de enriquecimento curricular, de livre escolha dos estudantes.

Em conformidade com a Resolução CNE/CP nº 2 de 1 de julho de 2015, a matriz curricular do curso de Pedagogia – Licenciatura Matutino possui uma carga horária de 3.260 horas, sendo que o tempo mínimo de integralização do curso é de 8 semestres (4 anos) e o tempo máximo é de doze semestres (6 anos). A matriz curricular está organizada da seguinte forma:

- Núcleo de estudos básicos e formação geral e Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos - 2.250

- Núcleo de estudos integradores – 1.010

A carga horária do Núcleo de Estudos Básicos e Formação Geral e o Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos é de 2.250 horas e compreende as disciplinas obrigatórias que envolvem conhecimentos, saberes e experiências sobre o campo educacional, seus fundamentos e metodologias, bem como sobre as diversas realidades educacionais, três disciplinas optativas e as disciplinas de TCC I e TCC II.

A carga horária do Núcleo de estudos integradores, que proporcionam enriquecimento curricular, é 1.010 h, distribuídas entre as disciplinas: Estágio Supervisionado na Educação Infantil; Estágio Supervisionado dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Estágio Supervisionado em Gestão Educacional e Atividades complementares. Disciplinas de prática como componente curricular.

4.2.1 Atividades formativas

A carga horária dedicada às atividades formativas envolve disciplinas e atividades estruturadas pelo Núcleo de estudos básicos e formação geral e Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos. Nessa carga horária destacam-se as disciplinas que abrangem conteúdos de: fundamentos da educação; níveis de ensino e modalidades de educação; áreas específicas que serão objeto da docência na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, além daqueles conteúdos implicados na elaboração do trabalho de conclusão de curso.

A implementação dessa carga horária ocorre por meio de atividades em sala de aula, com o uso de recursos didáticos diversificados, tecnologias da informação e da comunicação, aulas de campo, produção de trabalhos (individualmente ou em grupo) sistematizados por meio de diferentes linguagens. Em conformidade com o Regimento Geral da Ufes, é obrigatória a frequência a 75% da carga horária nas aulas e atividades presenciais e a avaliação da aprendizagem será feita por disciplinas, sendo exigido um mínimo de 2 trabalhos escolares por período letivo em cada disciplina.

4.2.2 Carga horária de prática como componente curricular

Ao discorrer sobre a prática como componente curricular, o Parecer CNE/CP nº9/2001 destaca o que considerava, à época, uma característica dos cursos de formação de professores, que consistia em separar nitidamente em dois polos os componentes curriculares, os quais não

dialogavam entre si: a dimensão teórica dos conhecimentos abordados nos cursos e a perspectiva do fazer pedagógico. Como forma de superar essa dicotomia, o referido Parecer propõe a carga horária de prática como componente curricular.

Conforme o Parecer CNE/CES, de fevereiro de 2015,

[...] a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. (BRASIL, 2015, p. 32)

O Parecer CNE/CP nº 9/2001 recomenda que a prática deve perpassar todo o currículo dos cursos de formação de professores, sendo contemplada no interior das disciplinas, no Estágio Curricular Supervisionado e por meio da "coordenação da dimensão prática". Pretende-se, por meio dessa carga horária, que os estudantes possam, tendo como suporte os conhecimentos e saberes adquiridos em diferentes tempos e espaços, no transcorrer do curso, desenvolver procedimentos próprios ao exercício da docência.

Observa-se que a perspectiva interdisciplinar deve atravessar a composição da carga horária de prática como componente curricular. A implementação dessa carga horária deve prever situações didáticas em que os estudantes possam estar em contato com diferentes contextos educativos, nos quais são solicitados a desenvolver procedimentos de observação e problematização da realidade; bem como incentivados à produção de registros e resolução de situações-problema, mobilizando conhecimentos adquiridos durante o curso.

Considerando a reafirmação da carga horária de prática como componente curricular, no art. 13 da Resolução CNE/CP nº 2 de 2015, pela Resolução CNE/CP nº 1 de 2006 e pelo atual contexto educacional, esta proposta curricular organiza essa carga horária a partir da criação de quatro disciplinas, as quais devem ser cursadas pelos alunos no transcorrer do curso, sem o estabelecimento de pré-requisitos entre elas:

LCE00000: "Práticas Educativas em Espaços não Escolares" (90h),

EPS00000: "Práticas de Gestão da Escola" (105h)

TEP00000: "Práticas Pedagógicas na Educação básica" (105h),

TEP00000: "Práticas de Avaliação da Aprendizagem na Educação Básica" (105h)

Essas disciplinas se constituem, no conjunto de sua oferta, dispositivos de articulação de conhecimentos, saberes e práticas que perpassam os núcleos de estudos que compõem a proposta curricular do curso: Núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais; Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional; Núcleo de estudos integradores para o enriquecimento curricular.

4.2.3 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e não Obrigatório

Segundo a Resolução nº 2, de 1 de julho de 2015, o estágio curricular supervisionado é um componente da organização curricular das licenciaturas, devendo ampliar e fortalecer atitudes éticas, conhecimentos e saberes sobre a docência e a gestão. Em conformidade com essa Resolução, o PDI-UFES 2015-2019 indica que o estágio supervisionado funciona "[...] como um elo entre os componentes curriculares inerentes à formação do professor do ensino básico e os da formação específica, de forma a garantir a inserção dos licenciandos na realidade escolar." (UFES, 2015, p. 38).

Nesse sentido, o Estágio Supervisionado Obrigatório deve ser programado e planejado pelo professor supervisor de estágio, o estudante e o profissional da instituição de ensino onde o estágio será realizado, sendo essa programação compatível com as atividades de docência e

gestão educacional.

Assim, na matriz curricular do curso de Pedagogia – Licenciatura Matutino, o estágio curricular é ofertado no turno em que os graduandos estudam, nos 3 últimos semestres do curso, devendo ocorrer em instituições de ensino da educação básica, preferencialmente públicas, e orientar-se para o magistério na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental e para a gestão educacional.

A carga horária do estágio curricular supervisionado é organizada em 3 disciplinas de 135 horas cada uma: Estágio Supervisionado da Educação Infantil, Estágio Supervisionado dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Estágio Supervisionado em Gestão Educacional.

Além do Estágio Supervisionado Obrigatório os estudantes do curso de Pedagogia Matutino podem optar por realizar o Estágio Supervisionado não Obrigatório, em espaços escolares e não escolares. De acordo com o PDI-UFES 2015-2019 (UFES, 2015, p. 38), considera-se estágio não obrigatório a atividade complementar de natureza prático-pedagógica a ser desenvolvida sob supervisão de um professor e de um profissional vinculados à área de conhecimento do curso, prevista no Projeto Pedagógico do Curso em que o estudante de graduação estiver matriculado, sendo compatível com as atividades acadêmicas do discente, em complementação ao ensino e à aprendizagem.

4.2.4 Atividades complementares

Visando enriquecimento do processo formativo do futuro professor como um todo, Resolução CNE/CP nº 2 de 2015 destaca, ainda, a necessidade de organização de um conjunto de atividades de caráter científico, cultural e acadêmico, realizadas em espaços educacionais diversificados e envolvendo diferentes atores. Entre as atividades de enriquecimento curricular aponta: participação em eventos científicos; visitas, monitorias, projetos de ensino, elaboração de pesquisas, tutorias, atividades de extensão. A pertinência e relevância dessas atividades são reafirmadas pelo PDI-UFES, que ressalta que “As Atividades Complementares estimulam a prática de estudos independentes, transversais e opcionais, permitindo a permanente contextualização profissional específica”. (UFES, 2015, p. 38)

4.2.5. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso se constitui em um momento privilegiado de sistematização de conhecimentos por meio da iniciação à pesquisa. Permite a articulação entre conhecimentos apropriados pelos alunos no transcorrer do curso – e o desenvolvimento de outros – de maneira a atingir uma compreensão mais ampla da realidade educacional em que está inserido, nos diversos contextos educativos em que se apresenta e a partir de múltiplas perspectivas, bem como, em alguns casos, de esboçar possibilidades de intervenção pedagógica.

Dessa forma, cria condições para que os graduandos desenvolvam uma postura de constante indagação e olhar crítico sobre a educação, utilizando-se, para isso de instrumentos e procedimentos de pesquisa, que lhe permitam problematizar aspectos da realidade educacional e definir elementos de um arcabouço teórico e metodológico, bem como conhecer, interpretar e adquirir um certo nível de compreensão dessa realidade. Ao mesmo tempo, nesse percurso, os graduandos se apropriam de recursos de linguagem próprios que contribuem para “interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social”, conforme ressalta o art. 12 da Resolução CNE/CP nº 2 de 2015.

Diante das considerações feitas, a matriz curricular do curso de Pedagogia – Licenciatura, Matutino está organizada da seguinte forma: 37 disciplinas obrigatórias e 25 disciplinas optativas. Entre as disciplinas obrigatórias, algumas tem um caráter integrador, ou seja, têm a responsabilidade de sintetizar/aplicar/estender conceitos, práticas etc. São elas: as disciplinas de prática como componente curricular, os estágios curriculares supervisionado e o trabalho de conclusão de curso.

Quadro Resumo da Organização Curricular

Descrição	Previsto no PPC
Carga Horária Total	3260 horas
Carga Horária Obrigatória	2880 horas
Carga Horária Optativa	180 horas
Carga Horária de Disciplinas de Caráter Pedagógico	0 horas
Trabalho de Conclusão de Curso	150 horas
Atividades Complementares	200 horas
Estagio Supervisionado	405 horas
Turno de Oferta	Matutino
Tempo Mínimo de Integralização	4.0 anos
Tempo Máximo de Integralização	6.0 anos
Carga Horária Mínima de Matrícula Semestral	45 horas
Carga Horária Máxima de Matrícula Semestral	525 horas
Número de Novos Ingressantes no 1º Semestre	40 alunos
Número de Novos Ingressantes no 2º Semestre	40 alunos
Número de Vagas de Ingressantes por Ano	80 alunos
Prática como Componente Curricular	405 horas

Estrutura do Currículo

1º Período							
Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L	Pré-Requisito	(Obrigatória ou Optativa)
Departamento de Ciências Sociais - CCHN	CSO06024	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	4	60	60-0-0		Obrigatória
Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	EPS13361	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	5	75	75-0-0		Obrigatória
Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	EPS13362	INTRODUÇÃO À PESQUISA EDUCACIONAL	5	75	75-0-0		Obrigatória
Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	EPS13363	POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5	75	75-0-0		Obrigatória
Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	EPS13364	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	5	75	75-0-0		Obrigatória

2º Período							
Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L	Pré-Requisito	(Obrigatória ou Optativa)
Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE13365	LEITURA, ORALIDADE E ESCRITA	3	45	45-0-0		Obrigatória
Departamento de Educação, Política e	EPS13366	GESTÃO EDUCACIONAL	5	75	75-0-0		Obrigatória

Sociedade - CE							
Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE13367	PRÁTICAS EDUCATIVAS EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES	5	90	60-30-0		Obrigatória
Departamento de Psicologia - CCHN	PSI00764	PSICOLOGIA DA EDUCACAO	4	60	60-0-0		Obrigatória
Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE13368	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO COMO APOIO EDUCACIONAL	4	60	60-0-0		Obrigatória
Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE13369	EDUCAÇÃO, CORPO E MOVIMENTO	4	60	60-0-0		Obrigatória

3º Período

Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L	Pré-Requisito	(Obrigatória ou Optativa)
Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE13370	ALFABETIZAÇÃO I	5	75	75-0-0		Obrigatória
Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais-CE	TEP13371	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	5	105	60-45-0		Obrigatória
Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais-CE	TEP13372	CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO BÁSICA	5	75	75-0-0		Obrigatória
Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais-CE	TEP13373	EDUCAÇÃO ESPECIAL	5	75	75-0-0		Obrigatória
Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais-CE	TEP13374	DIDÁTICA	5	75	75-0-0		Obrigatória

4º Período

Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L	Pré-Requisito	(Obrigatória ou Optativa)
Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE13375	ALFABETIZAÇÃO II	5	75	75-0-0	Disciplina: LCE13370	Obrigatória
Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais-	TEP13376	PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA	5	105	60-45-0		Obrigatória

CE							
Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais-CE	TEP13377	CIÊNCIAS NATURAIS: CONTEÚDO E METODOLOGIA	5	75	75-0-0		Obrigatória
Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais-CE	TEP13378	MATEMÁTICA I - CONTEÚDO E METODOLOGIA	5	75	75-0-0		Obrigatória
Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	EPS13379	HISTÓRIA - CONTEÚDO E METODOLOGIA	5	75	75-0-0		Obrigatória

5º Período							
Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L	Pré-Requisito	(Obrigatória ou Optativa)
Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE13380	PORTUGUÊS: CONTEÚDO E METODOLOGIA	5	75	75-0-0	Disciplina: LCE13370 Disciplina: LCE13375	Obrigatória
Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais-CE	TEP13381	MATEMÁTICA II - CONTEÚDO E METODOLOGIA	5	75	75-0-0	Disciplina: TEP13378	Obrigatória
Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	EPS13382	GEOGRAFIA - CONTEÚDO E METODOLOGIA	5	75	75-0-0		Obrigatória
Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	EPS13383	INFÂNCIA E EDUCAÇÃO	5	75	75-0-0		Obrigatória
Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	EPS13384	PRÁTICAS DE GESTÃO NA ESCOLA	5	105	60-45-0		Obrigatória

6º Período							
Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L	Pré-Requisito	(Obrigatória ou Optativa)
Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia - CE	CLP13389	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	3	75	15-60-0	Disciplina: EPS13362	Obrigatória
Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais-CE	TEP13385	ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	5	135	30-105-0	Disciplina: EPS13383 Disciplina: TEP13374	Obrigatória
Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE13386	ARTE E EDUCAÇÃO	4	60	60-0-0		Obrigatória

Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE13387	TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL	4	60	60-0-0		Obrigatória
Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	EPS13388	MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	4	60	60-0-0		Obrigatória

7º Período

Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L	Pré-Requisito	(Obrigatória ou Optativa)
Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia - CE	CLP13392	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (TCC II)	3	75	15-60-0	Disciplina: CLP13389	Obrigatória
Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais-CE	TEP13390	ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	5	135	30-105-0		Obrigatória
Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	EPS13391	PLANEJAMENTO E GESTÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA	4	60	60-0-0		Obrigatória
Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais-CE	TEP13393	EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	4	60	60-0-0		Obrigatória

8º Período

Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L	Pré-Requisito	(Obrigatória ou Optativa)
Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	EPS13394	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO EDUCACIONAL	5	135	30-105-0		Obrigatória
Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE13395	FUNDAMENTOS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	4	60	60-0-0		Obrigatória

Optativas

Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L	Pré-Requisito	(Obrigatória ou Optativa)
Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais-CE	TEP13396	INTRODUÇÃO À PSICOPEDAGOGIA	4	60	60-0-0		Optativa
Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais-CE	TEP13397	PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE MAIS MODALIDADES DE ENSINO	4	60	60-0-0		Optativa

Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais-CE	TEP13398	EDUCAÇÃO ESPECIAL: INCLUSÃO, PRÁTICAS CURRICULARES, PROCESSOS AVALIATIVOS	4	60	60-0-0		Optativa
Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais-CE	TEP13399	EDUCAÇÃO ESPECIAL: PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM, ORGANIZAÇÃO ESCOLAR E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	4	60	60-0-0		Optativa
Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais-CE	TEP13400	EDUCAÇÃO, DIFERENÇA E INCLUSÃO	4	60	60-0-0		Optativa
Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais-CE	TEP13401	CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	4	60	60-0-0		Optativa
Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais-CE	TEP13402	CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE: PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE E PROCESSOS EDUCACIONAIS	4	60	60-0-0		Optativa
Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais-CE	TEP13403	COTIDIANOS ESCOLARES, MÚLTIPLAS LINGUAGENS E CURRÍCULOS EM REDES	4	60	60-0-0		Optativa
Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE13404	TÓPICOS ESPECIAIS: LINGUAGEM NA ESCOLA	4	60	60-0-0		Optativa
Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE13405	FORMAÇÃO DO LEITOR: LITERATURA EM ESPAÇOS ESCOLARES	4	60	60-0-0		Optativa
Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais-CE	TEP13406	ESCOLA: APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	4	60	60-0-0		Optativa
Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	EPS13407	TRABALHO E EDUCAÇÃO	4	60	60-0-0		Optativa
Departamento de Línguas e Letras - CCHN	LET09513	Literatura Infantil e Juvenil	4	60	60-0-0		Optativa
Departamento de Oceanografia e Ecologia - CCHN	ERN02890	EDUCACAO AMBIENTAL	4	60	60-0-0		Optativa
Departamento	FIL05060	Introdução a Filosofia	5	75	75-0-0		Optativa

de Filosofia - CCHN							
Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	EPS13408	EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL	4	60	60-0-0		Optativa
Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	EPS13409	EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E CIDADANIA	4	60	60-0-0		Optativa
Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	EPS13410	EDUCAÇÃO DO CAMPO E DIVERSIDADE	4	60	60-0-0		Optativa
Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	EPS13411	DELEUZE E A EDUCAÇÃO	4	60	60-0-0		Optativa
Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais-CE	TEP13412	MARXISMO E EDUCAÇÃO	4	60	60-0-0		Optativa
Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	EPS13413	EDUCAÇÃO E JUVENTUDE	4	60	60-0-0		Optativa
Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	EPS13414	FORMAÇÃO, PESQUISA E PRÁTICA EDUCATIVA	4	60	60-0-0		Optativa
Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	EPS13415	PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE NA SALA DE AULA	4	60	60-0-0		Optativa
Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais-CE	TEP13416	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	4	60	60-0-0		Optativa
Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais-CE	TEP13417	RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	4	60	60-0-0		Optativa

Atividades Complementares

	Atividade	CH Máxima	Tipo
1	ATV00517 Participação em eventos da área da educação	60	Participação em eventos
2	ATV00518 Participação em eventos científicos, culturais e/ou artísticos	20	Participação em eventos
3	ATV02566 Participação em Cursos da Área de Educação	180	Participação em eventos

	Atividade	CH Máxima	Tipo
4	ATV02569 Participação em eventos da área da educação, como congresso, seminário, simpósio, encontro, conferência, jornada, oficina, etc..	60	Participação em eventos
5	ATV02570 Participação como membro de organização de eventos como os mencionados no item	20	Participação em eventos
6	ATV02580 Participação em eventos científicos, culturais e/ou artísticos mediante comprovação.	20	Participação em eventos
7	ATV00506 Participação em Projeto ou Programa de Extensão Universitária	60	Atividades de pesquisa, ensino e extensão
8	ATV00507 Relatório parcial e/ou final de Projeto ou Programa	80	Atividades de pesquisa, ensino e extensão
9	ATV00508 Participação em curso de extensão na UFES	90	Atividades de pesquisa, ensino e extensão
10	ATV00509 Atividades desenvolvidas com bolsa PET/UFES	60	Atividades de pesquisa, ensino e extensão
11	ATV02563 Participação em Projeto ou Programa de Extensão Universitária, vinculados aos núcleos e laboratórios do CE/ Ufes, como bolsista remunerado ou voluntário.	60	Atividades de pesquisa, ensino e extensão
12	ATV02565 Participação em atividades de Estágio Supervisionado não Obrigatório, desde que o aluno comprove o caráter extensionista da atividade, por meio de relatório elaborado conforme formulário elaborado pelo Colegiado e assinado pelo responsável do campo d	60	Atividades de pesquisa, ensino e extensão
13	ATV00513 Estágio não obrigatório	60	Estágios extracurriculares
14	ATV00510 Relatório parcial e/ou final de Iniciação Científica	80	De iniciação científica e de pesquisa
15	ATV02561 Participação em Projeto de Iniciação Científica orientado por professor do curso, como bolsista remunerado ou voluntário.	80	De iniciação científica e de pesquisa
16	ATV02562 Relatório parcial e/ou final de Iniciação Científica, orientado por professor do curso, elaborado pelo bolsista remunerado ou voluntário.	80	De iniciação científica e de pesquisa
17	ATV00514 Atividades de Monitoria em disciplinas da UFES	60	Monitoria

	Atividade	CH Máxima	Tipo
18	ATV02567 Atividades de Monitoria em disciplinas da UFES.	60	Monitoria
19	ATV00511 Disciplinas optativas do Curso de Pedagogia	90	Outras atividades
20	ATV00520 Curso de língua estrangeira realizado em instituição credenciada	25	Outras atividades
21	ATV00521 Participação regular em grupos de estudos	40	Outras atividades
22	ATV00522 Outras atividades autorizadas pelo Colegiado	30	Outras atividades
23	ATV02573 Experiência profissional na área educacional (exceto aquela que serve para abater na carga horária de estágio curricular obrigatório) Em outros níveis de ensino (5ª a 8ª, Ens. Médio, espaços educativos não escolares) - 20 pts/ano, ou fração equivalen	60	Outras atividades
24	ATV02576 Disciplinas optativas oferecidas pelo Curso de Pedagogia, exceto as 2 (duas) obrigatórias para integralização curricular.	90	Outras atividades
25	ATV02577 Disciplinas, vinculadas à área, cursadas em outras IES, não incluídas no histórico escolar da	90	Outras atividades
26	ATV02579 Participação regular em grupos de estudos coordenados por professores da UFES.	40	Outras atividades
27	ATV02581 Residência docente.	60	Outras atividades
28	ATV02582 Mobilidade estudantil e intercâmbio	60	Outras atividades
29	ATV02583 Outras atividades analisadas e autorizadas antecipadamente, em cada caso, pelo		Outras atividades
30	ATV00519 Publicação de livro, capítulo, artigo, resenha ou resumo em anais de educação	130	Publicação de Trabalhos - Integra
31	ATV02572 Publicação de livro, capítulo, artigo, resenha ou resumo em anais, na área da educação; *50 livro; 40 artigo em revista indexada ou capítulo de livro.	60	Publicação de Trabalhos - Integra
32	ATV00512 Disciplinas eletivas, oferecidas pela UFES	90	Disciplinas Eletivas

	Atividade	CH Máxima	Tipo
33	ATV02575 Disciplinas eletivas, oferecidas pela UFES, quando excedentes ao número de créditos exigidos.	90	Disciplinas Eletivas
34	ATV00505 Apresentação de trabalho científico em eventos	50	Apresentação de Trabalhos - Congressos e Eventos
35	ATV02571 Apresentação de trabalho científico em evento da área de educação.	50	Apresentação de Trabalhos - Congressos e Eventos
36	ATV00515 Participação como membro de organização de eventos	20	Organização de Eventos
37	ATV02564 Participação na organização de curso ou evento de extensão realizado na UFES.	80	Organização de Eventos
38	ATV00516 Atividade de representação estudantil	20	Organização estudantil
39	ATV02574 Atividade de representação estudantil em mandatos específicos.	20	Organização estudantil
40	ATV02578 Curso de língua estrangeira realizado em	25	Cursos extracurriculares
41	ATV02568 Atividades desenvolvidas com bolsa PET (Prog. Especial de Treinamento) no âmbito da UFES.	60	Atividades desenvolvidas com bolsa PET

Equivalências

Currículo do Curso

Disciplina: CSO06024 - SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Ementa

A abordagem sociológica no estudo dos problemas educacionais. Estudo analítico das principais correntes do pensamento sociológico-educacional. A sociologia da educação no Brasil. Os desafios à educação impostos pela contemporaneidade.

Objetivos

.Compreender os princípios das principais tradições teóricas da sociologia da educação;
Elaborar leituras mais criteriosas de obras clássicas e contemporâneas das ciências sociais que se dedicaram ao estudo da educação e da escola como instituições sociais;
Identificar os principais teóricos que se dedicaram ao entendimento da educação no contexto social brasileiro desde a década de 30, suas principais ideias e desafios teórico-metodológicos.

Bibliografia Básica

Boto, C. Na Revolução Francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet, Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 84, p. 735-762, 2003.
Adorno, T. W. Educação e emancipação. São Paulo, Paz e Terra. Capítulo 9, p. 169-186.
Durkheim, E. Educação e sociologia. In Fillo, J. Emile Durkheim (Coleção Educadores). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. p. 39-66.

Bibliografia Complementar

ADORNO, T. W. Educação e emancipação. São Paulo, Paz e Terra. Capítulo 9, p. 169-186.
BERNARD, L. Diferenças ou desigualdades: que condições socio-históricas para a produção de capital cultural? Sociológico, n. 18, série II, 2008. p. 79-85.
BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In Bourdieu, P. Escritos de Educação. Petropolis, RJ: Vozes, 2007. p. 39-64.
CANDAU, V. M. F. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, jul.-set. 2012.
DEWEY, D. A concepção democrática da educação. In Westbrook, R. B; Teixeira, A. John Dewey (Coleção Educadores). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. p. 85-109.
DINIZ, N. F. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 103, p. 477-492, maio/ago. 2008.
FERNANDES, F. A formação política e o trabalho do professor? In Oliveira, M. M. Florestan Fernandes. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. p. 119-140.
FREIRE, P. Justificativa da pedagogia do oprimido. In. Freire, P. A pedagogia do oprimido. São Paulo, Paz e Terra, 1987. p. 16-32.
GRAMSCI, A. Escritos políticos. In Monasta, A. Antonio Gramsci (Coleção os Educadores). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. p. 51-69.
HEGEL, F. Textos selecionados. In Pleines, J. Friedrich Hegel (Coleção os educadores). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. p. 41-63.
SILVÉRIO, V. R.; Trinidad, C. T. Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo? Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 891-914, jul.-set. 2012.

Disciplina: EPS13361 - FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Ementa

O que é Filosofia. A Filosofia da Educação. A abordagem filosófica de problemas educacionais. A Filosofia da Educação Tradicional. A Filosofia da Educação Humanista. A Filosofia da Educação Tecnista e Neotecnista. A Filosofia da Educação Crítica. A Filosofia da Educação Pós-Crítica. Filosofia da Educação e o Brasil.

Objetivos

Proporcionar aos estudantes diálogos sobre o que significa abordar os temas e problemas educacionais do ponto de vista filosófico, possibilitando-lhes a construção de instrumentos conceituais provenientes de diversas matrizes teórico-filosóficas para ler, interpretar e atuar na realidade educacional.

Bibliografia Básica

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. Filosofia da educação. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002;
CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995;
CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002;
MENDES, Durmeval Trigueiro et al. Filosofia da educação brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999;
SEVERINO, Antonio Joaquim. Educação, ideologia e contra-ideologia. São Paulo: E.P.U, 1986;

Bibliografia Complementar

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 10. ed. -. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981;
LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 1994;
ROUSSEAU, Jean Jaques. Emílio, ou da educação. Trad. de Roberto Leal Ferreira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004, MARTINS, Marcos Francisco;
PEREIRA, Ascísio dos Reis (Orgs.). Filosofia e educação: ensaios sobre autores clássicos. São Carlos: EdUFSCar, 2014;
SAVIANI, Demerval. Escola e democracia. 42. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

Disciplina: EPS13362 - INTRODUÇÃO À PESQUISA EDUCACIONAL

Ementa

Conhecimento: evolução e natureza. Epistemologia e Ideologia. Função social da Pesquisa. Projeto de pesquisa. Abordagens teórico-metodológicas. Normas técnicas da ABNT. Plágio. Fases do Processo de Pesquisa. Métodos e análise quantitativa e qualitativa. Relatório de pesquisa.

Objetivos

- Refletir e construir conhecimento a partir de sua própria ação educativa.
- Despertar nos alunos interesse pela pesquisa científica como eixo condutor da formação do educador.

Bibliografia Básica

DEMO, P. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo, Atlas, 1985.

ESTEBAN, M. T. ZACCURE. (orgs.) Professora – pesquisadora, uma práxis em construção. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LAVILLE, C. DIONNE, J. A construção do saber. Porto Alegre. ARTMED, 1999.

MOREIRA, H. CALEFFE, L.G. Metodologia de pesquisa para o professor pesquisador. Rio de

Janeiro: Lamparina, 2008.

Bibliografia Complementar

ALVES-MAZZOTTI, A. J. GEWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais. São Paulo: Pioneira, 1998.

ANDRÉ, M. E. D. A. Etnografia da prática escolar. São Paulo: Papirus, 1995.

BARBIER, R. A pesquisa-ação. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Liber Livro, 2004.

DEMO, P. Educar pela pesquisa. São Paulo: Editora Autores Associados, 1996.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo, Atlas, 1989.

TRIVINOS, A. N. S. Introdução a pesquisa em ciências sociais. São Paulo, Atlas 1990.

COSTA, S. F. Estatística aplicada à pesquisa em educação. Brasília: Editora Plano, 2004.

Disciplina: EPS13363 - POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ementa

Política educacional como política social: o direito à educação e a justiça social. Estado, os atores sociais e a política pública. Planejamento educacional: centralização/descentralização, público/privado e quantidade/qualidade. Políticas educacionais no Brasil contemporâneo: legislação, estrutura e organização. Financiamento da educação no Brasil. Organização e formação do trabalho docente. Sistemas de avaliação em larga escala na educação brasileira. Políticas educacionais no Espírito Santo.

Objetivos

- 1) Analisar a política e a organização da Educação Básica no Brasil em suas dimensões conceituais, históricas, políticas e jurídicas;
- 2) conhecer a gênese do Estado, em seus aspectos históricos, segundo as principais perspectivas teóricas sociais modernas, com suas ramificações contemporâneas;
- 3) conhecer a evolução histórica do ensino brasileiro quanto à oferta, responsabilidades, organização e funcionamento, relacionando-o às teorias do Estado, à democracia e à política educacional atual;
- 4) relacionar o Estado Federativo brasileiro à organização e funcionamento da educação nacional. Compreender a organização do ensino brasileiro a partir dos dispositivos da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996;
- 5) analisar a função social da escola, o direito à educação e as políticas de formação de professores a partir da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024);
- 6) compreender a política de financiamento da educação como instrumento de garantia do

direito à educação;

7) O direito à educação em sua universalidade para além da idade-série da educação escolar incluindo segmentos historicamente excluídos (pessoas com deficiência, populações de rua, quilombolas e do campo, jovens e adultos e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas)

8) discutir o atendimento educacional no Brasil e no Espírito Santo, bem como os padrões de qualidade e as avaliações sistêmicas do ensino brasileiro e no Estado do Espírito Santo.

Bibliografia Básica

BEHRING, E. R. Capitalismo, liberalismo e origens. In: Política Social : fundamentos e história. 6ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca Básica de Serviço Social);

BRASIL. Constituição [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: . Acesso em 12 jul. 2017; BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LEI 9394/96 Disponível em: . Acesso em 12 jul. 2017;

BRASIL. Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60 do ADCT, e dá outras providências;

BRASIL. Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB; BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

BRASIL. Lei 13.005/14– Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação.

CHAUÍ, Marilena Público, Privado e Despotismo In: NOVAIS, Adauto (Org). Ética . Companhia das letras, 2002;

CIAVATTA, M. A; RAMOS, M. A “era das Diretrizes”: a disputa do projeto de educação pelos mais pobres. Revista Brasileira de Educação . v. 17 n. 49 jan.-abr. 2012;

Bibliografia Complementar

CURY, J. Estado e políticas de financiamento em educação. Educação e Sociedade . Campinas, SP. V.28, n. 100 – especial. p. 831 – 855, out. 2007;

FERREIRA, E. B. (Org.); FONSECA, Marília (Org.). Política e planejamento educacional no Brasil do século XXI . Brasília: Liber Livros, 2013, p. 57-83;

FREITAS, Helena Costa Lopes de. Federalismo e formação profissional : por um sistema unitário e plural. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 6, n. 10, p. 211-225, jan./jun. 2012. Disponível em: . Acesso em 20 set. 2016;

SILVA, M. A.; CUNHA, C. da. (Orgs.) Educação Básica : políticas, avanços e pendências. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. (Coleção Políticas Públicas de Educação);

SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO. Sebastião Pimentel; SALIM, Mari Alayde Alcantara (Orgs.). História da educação no Espírito Santo : vestígios de uma construção. Vitória: EDUFES, 2014.

Disciplina: EPS13364 - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Ementa

História da educação como campo epistemológico; contextos de produção da história e da historiografia da educação no Brasil; configurações históricas de teorias e práticas educacionais produzidas no Brasil, do século XVI até os dias atuais.

Objetivos

Conhecer e analisar - desde o século XVI até os tempos atuais - a história da educação no Brasil, a partir de narrativas historiográficas produzidas em diferentes contextos da vida social, econômica, política e cultural brasileira.

Bibliografia Básica

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. São Paulo: Moderna, 2006.

BICUDO, Maria Aparecida V., SILVA JR, Celestino A. Formação do educador : dever do Estado, tarefa da Universidade. São Paulo: UNESP, 1996, p. 145-155.

BORGES, Vavy P. O que é história. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Bibliografia Complementar

CAMBI, Franco. História da pedagogia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. São Paulo: Ática, 1993.

HUBERMANN, Leo. História da riqueza do homem. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

LOPES, Eliane M. T.; GALVÃO, A. M. O. História da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MANACORDA, Mario A. História da educação: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 1992.

WACHOWICZ, Lílian Anna. Pedagogia mediadora. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Disciplina: LCE13365 - LEITURA, ORALIDADE E ESCRITA

Ementa

Domínio discursivo, gêneros do discurso, discurso/discursividade, texto/textualidade e enunciado/enunciação, produção de sentidos em chave crítica. Práticas de leitura compreensiva, analítica e crítica de textos científicos, filosóficos, literários e memorialísticos, incluindo aqueles das culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas. Práticas de produção de texto: planejamento, produção, avaliação, correção e reelaboração individual e colaborativa de textos escritos e orais.

Objetivos

-analisar e avaliar textos produzidos, individual e coletivamente, tendo em vista os aspectos composicionais e os contextos de produção dos diferentes gêneros discursivos.

Bibliografia Básica

BRAIT, Beth. Bakhtin conceitos-chave. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia Santos (Coord.). Planejar gêneros acadêmicos: escrita científica, texto acadêmico, diário de pesquisa, metodologia. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

Bibliografia Complementar

BARZOTTO, Valdir Heitor. Leitura, escrita e relação com o conhecimento. Campinas: Mercado de Letras, 2016.

BIANCHETTI, Lucídio (Org.). Trama e texto: leitura crítica, escrita criativa. 2. ed. São Paulo: Summus, 2002.

COSTA, Sérgio Roberto. Dicionário de gêneros textuais. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica 2009.

COSTA, Sérgio Roberto.; FREITAS, Maria Teresa de Assunção. Leitura e escrita na formação de professores. Juiz de Fora: UFJF, 2002.

FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e coerência textuais. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 1997.

GOLDSTEIN, Norma; LOUZADA, Maria Silvia Olivi; IVAMOTTO, Regina Maria Ferraz Ellero. O

texto sem mistério: leitura e escrita na universidade. São Paulo: Ática, 2009.

KRAMER, Sonia; SOUZA, Solange Jobim e. Histórias de professores: leitura, escrita e pesquisa em educação. São Paulo: Ática, 1996.

KRAMER, Sonia; SOUZA, Solange Jobim e. Histórias de professores: leitura, escrita e pesquisa em educação. São Paulo: Ática, 1996.

LODI, Ana Claudia Balieiro; HARRISON, Kathryn Marie Pacheco; CAMPOS, Sandra Regina Leite de (Org.). Leitura e escrita no contexto da diversidade. Porto Alegre: Mediação, 2004.

RIOLFI, Cláudia et al. (Org.). Leitura e escrita : impasses na universidade. São Paulo: Paulistana, 2015.

Disciplina: EPS13366 - GESTÃO EDUCACIONAL

Ementa

Da administração escolar à gestão educacional: questões teórico-conceituais. Estado, planejamento e gestão educacional no Brasil. A gestão democrática no sistema de ensino brasileiro e no Estado do Espírito Santo. Mecanismos de gestão democrática (órgãos colegiados, representação e processos decisórios). Autonomia pedagógica e financeira da escola. O papel do gestor educacional.

Objetivos

- Discutir sobre os processos de formação docente e a função social do trabalho docente no decorrer da história;
- Discutir a importância do trabalho docente e suas múltiplas relações no âmbito da gestão educacional.
- Promover uma análise histórica acerca das diferentes formas de planejamento educacional;
- Caracterizar os elementos e a forma de elaboração de um projeto político pedagógico;
- Analisar as políticas educacionais em vigor no campo da gestão educacional nas suas várias dimensões

Bibliografia Básica

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Orgs.). Autonomia da escola: princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 1998.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MACHADO, L. M.; FERREIRA, N. S. C. (orgs.). Política e gestão da educação: dois olhares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Texto constitucional de 05/10/1988 e emendas. (versão atualizada).

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “fixa diretrizes e bases da educação nacional”. (Versão atualizada).

ESPÍRITO SANTO. Constituição do Estado do Espírito Santo. 1989 e emendas.

OLIVEIRA, M. A. M. (Org.). Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens. Petrópolis: Vozes, 2005.

OLIVEIRA, R. P. de.; ADRIÃO, T. (Orgs.). Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal. São Paulo: Xamã, 2001.

PARO, V. H. Administração escolar: introdução crítica. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

Disciplina: LCE13367 - PRÁTICAS EDUCATIVAS EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES

Ementa

Educação não formal: histórico, contexto, conceitos e características da natureza dos processos educativos em espaços não escolares. Estudos e pesquisas contemporâneas desenvolvidos na área da educação Não Formal. Estratégias pedagógicas utilizadas pelos agentes mediadores da educação Não Formal. Problemáticas envolvendo os públicos que são atendidos por programas de educação sociocomunitárias, promovidos por ONGS, instituições públicas e mistas.

Objetivos

- Conhecer a legislação pertinente à atuação do pedagogo em ambientes Não Escolares.
- Discutir concepções de educação em ambientes Não Escolares.
- Desenvolver postura de constante indagação, reflexão e busca de soluções para os desafios que atravessam a prática pedagógica em ambientes Não Escolares, com ênfase nos processos de investigação científica.
- Analisar pressupostos teóricos subjacentes às propostas de trabalho em ambientes Não Escolares.

Bibliografia Básica

ARANTES, Valéria Amorim (Org.). Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2008. 167 p. (Coleção Pontos e contrapontos). ISBN 9788532305015 (broch.).

PARK, Margareth Brandini, FERNANDES, Renata Sieiro, CARNICEL, Amarildo (Org.). Palavras-chave em educação não-formal. São Paulo: Editora Setembro, 2007.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010. 103 p. (Questões da nossa época ; 1) ISBN 9788524915932 (broch.)

Bibliografia Complementar

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. Etnografia da prática escolar. 13. ed. Campinas: Papirus, 2007. 128 p. (Prática pedagógica) ISBN 8530803760 (broch.).

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Educação não-formal e cultura política: impactos sobre associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 2001.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. História dos movimentos e lutas sociais : a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 2003.

MACEDO, Roberto Sidnei. Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

Disciplina: PSI00764 - PSICOLOGIA DA EDUCACAO

Ementa

Relação Psicologia e Educação. A dinâmica psico-social da educação: sistema educacional brasileiro, práticas educacionais e cotidiano escolar. Concepções de aprendizagem e processos educacionais.

Objetivos

Propiciar ao aluno o acesso e a construção de conhecimentos que permitam refletir acerca da problemática da criança e do adolescente brasileiro.

Oportunizar ao aluno análises e reflexões acerca da construção histórico-social das noções de criança, família e escola.

Estabelecer uma visão crítica a respeito da psicologia na escola através de sua contextualização histórica.,

Refletir sobre a produção do fracasso escolar caracterizando as diferentes linhas teóricas de explicação do fenômeno.

Relacionar aos aspectos descritos acima o lugar da formação do professor no Brasil.

Empreender análises a respeito das concepções de aprendizagem presentes no contexto escolar

Bibliografia Básica

ARIÈS, Philippe. História social da criança da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Bibliografia Complementar

ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Org.). História da vida privada. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v 3.

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 3.

DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias . Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FREITAS, Marcos Cezar (Org.). História social da infância no Brasil . São Paulo: Cortez: Universidade de São Marcos, 1997. 5.

MARQUES, Vera Regina. A medicalização da raça : médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

PATTO, Maria Helena Souza (Org.). Introdução à psicologia escolar : práticas críticas. São Paulo TA Queiroz, 1983.

PRIORE, Mary Del (org.). História das crianças no Brasil . São Paulo: Contexto, 2000.

TANAMACHI, Elenita; PROENÇA, Marilene; ROCHA, Marisa (Org.) Psicologia e educação : desafios teóricos-práticos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

Disciplina: LCE13368 - TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E

Ementa

Tecnologias: os recursos de ensino e a tecnologia educacional. O processo de comunicação e de ensino e aprendizagem. A comunicação audiovisual. Seleção, produção e utilização de recursos audiovisuais no ensino. Análise e utilização de softwares educativos. Uso das tecnologias da informação e da comunicação como apoio educacional na educação a distância.

Objetivos

Discutir a relação existente entre Tecnologia, Educação e Sociedade.

- Refletir sobre o papel das diversas tecnologias educacionais no processo educativo.
- Reconhecer e avaliar os diversos usos das tecnologias de informação e comunicação (TIC) na educação.
- Identificar as diversas aplicações pedagógicas das TICs, contextualizando sua aplicação no cotidiano da prática educativa.
- Desenvolver a autonomia e a habilidade de trabalho em equipe, dando ênfase à diversidade comunicacional proporcionada pelos usos das TICs na educação.

Bibliografia Básica

LEVY, P. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1998

MORIN, E. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SILVA, M. Sala de aula interativa. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

Bibliografia Complementar

BELLONI, M. L. O que é mídia-educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2001

CAMPOS, F.; SANTORO, F.; BORGES, M.; SANTOS, N. Cooperação e aprendizagem on-line. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. .

LEVY, P. Tecnologias da Inteligência. São Paulo: Ed. 34, 1998.

LEVY, P. O que é o virtual?. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RUDGER, F. As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores. Porto Alegre: Sulinas, 2011.

Disciplina: LCE13369 - EDUCAÇÃO, CORPO E MOVIMENTO

Ementa

Problematização e vivência do movimentar-se e suas diferentes interfaces tendo em vista o contexto escolar e não-escolar. Sentidos e significados da corporeidade como linguagem corporal e como construção da infância. Abordagens metodológicas do movimentar-se. Implicações do estudo da corporeidade para a prática pedagógica na perspectiva da educação inclusiva para a diversidade.

Objetivos

Problematizar questões sobre o corpo, o movimento humano e a prática pedagógica na escola.

- Analisar os pressupostos das diferentes abordagens do movimentar-se humano e suas implicações para a construção da prática pedagógica.
- Compreender o corpo como estrutura essencial para a construção do conhecimento no contexto escolar e não-escolar
- Planejar e vivenciar atividades relativas à relação educação, corpo e movimento tendo em vista o contexto escolar e não-escolar.

Bibliografia Básica

ARAGÃO, Marta Genú Soares et al. Consciência corporal: uma concepção filosófico-pedagógica de apreensão do movimento. RBCE. Campinas: Autores Associados, v. 22, n. 2, jan. 2001, p. 115-131.

CHICON, José Francisco. Jogo, mediação pedagógica e inclusão: a práxis pedagógica. Vitória: EDUFES, 2004.

FOUCAULT, Michael. Vigiar e Punir. Primeira parte: Suplício. Capítulo 1. O corpo dos condenados. p. 9-33. Terceira parte: Disciplina. Capítulo 1: Os corpos dóceis. p. 131-163.

LOURO, G.L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S V. (Org.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2ª ed. 2005.

RANGEL, I. S.; NUNES, K. R.; CÔCO, V. Educação infantil: redes de conversações e produções de sentidos com crianças e adultos. Petrópolis, RJ: De Petrus, 2013.

SILVA, T.T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

Bibliografia Complementar

CARDOSO, Fernando Luiz. Noções de corporeidade de quem e para quem? Motrivivência: Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, n. 5, 6, 7, 1994. p. 171-177.

Educação e realidade. Produção do corpo. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 25, n. 2, jul./dez. 2000.

MOTRIVIVÊNCIA. O corpo. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, n. 3, jan. 1990.

NOBREGA, T. Qual o lugar do corpo na educação? Notas sobre conhecimento, processos cognitivos e currículo. Educação & Sociedade. 2005, v. 26, n. 91, p. 599-615. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a15v2691.pdf>>. Acesso em: 1 mai. 2010.

O corpo na escola. Salto para o futuro. Ano XVIII, boletim 04, Abr. 2008.

STRAZZACAPPA, M. A educação e a fábrica de corpos: a dança na escola. Cadernos CEDES, São Paulo, n. 53, abr. 2001. p. 69-83. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n53/a05v2153.pdf>>. Acesso em: 1 mai. 2010.

Disciplina: LCE13370 - ALFABETIZAÇÃO I

Ementa

Aspectos históricos e conceituais da Alfabetização. Concepções de linguagem e suas relações com os conceitos de alfabetização e de letramento. O processo de aprendizagem da leitura e da escrita e as contribuições de estudos e pesquisas de base construtivista e histórico-cultural. Organização do espaço educativo na alfabetização. Conhecimentos sobre o sistema de escrita da língua portuguesa na alfabetização. Hipóteses das crianças sobre os erros na escrita. Possibilidades de intervenção na escrita infantil.

Objetivos

- Compreender os aspectos históricos e conceituais da alfabetização e do letramento e suas relações com as práticas de ensino na fase inicial da aprendizagem da leitura e da escrita;
- Compreender as concepções de linguagem e suas relações com os conceitos de alfabetização e de letramento;
- Refletir sobre as explicações teóricas sobre o desenvolvimento da escrita nas crianças;
- Conhecer as principais características do sistema alfabético/ortográfico de escrita da língua portuguesa;

- Identificar, analisar e compreender os motivos dos erros de ortografia na escrita dos aprendizes da leitura e da escrita;
- Discutir possibilidades de intervenção na escrita dos aprendizes da leitura e da escrita.

Bibliografia Básica

CAGLIARI, Gladis Massini; CAGLIARI, Luis Carlos. Diante das letras : A escrita na alfabetização. São Paulo: Mercado das Letras.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. Alfabetização : a criança e a linguagem escrita. Campinas: São Paulo. Autores Associados, 2003.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação : uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. 3 ed. São Paulo. Cortez, 1997.

Bibliografia Complementar

Ferreiro, Emília, TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita . Porto Alegre. Artmed, 1999.

CAGLIARI, Luís C. Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu . São Paulo: Scipione, 1998. p. 119-132.

CAGLIARI, Luís C. Alfabetização & lingüística . São Paulo: Scipione, 1989.

LEMLE, Miriam. Guia teórico do alfabetizador . 3. ed. São Paulo: Ática, 1989.

VIGOTSKY, Lev S.; LURIA, Alexander. R; LEONTIEV, Aleksei Nikolaevich. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 2014.

Disciplina: TEP13371 - PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ementa

Práticas pedagógicas que compõem os processos de ensino e de aprendizagem na Educação Básica: planejamento, desenvolvimento e avaliação da ação educativa.

Objetivos

- Identificar os principais desafios enfrentados por profissionais que atuam na educação básica no que se refere aos processos de ensino e de aprendizagem.
- Identificar os pressupostos teóricos subjacentes a diferentes métodos, propostas e materiais didáticos para o ensino na educação básica.
- Elaborar planos de ensino de caráter interdisciplinar, tendo como referência uma determinada realidade educacional.
- Desenvolver uma postura pedagógica crítica em frente a métodos, propostas e materiais didáticos para o ensino na educação básica.

Bibliografia Básica

BAURU (Secretaria Municipal de Educação). Proposta pedagógica para a educação infantil. p. 575-584. Disponível em: http://www.bauru.sp.gov.br/arquivos2/arquivos_site/sec_educacao/proposta_pedagogica_educacao_infantil.pdf

BEAUCHAMP, J. PAGEL, S. D.; NASCIMENTO, A., R. (Org.). Ensino fundamental de nove anos : orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 135 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf> >. Acesso em: 14 fev. 2017.

PINHEIRO, Rosa Aparecida; JUNIOR, Walter Pinheiro Barbosa (coordenadores). Estudos e

em 2 mar. 2017.

Bibliografia Complementar

ARCE, A. O trabalho pedagógico com crianças de até 3 anos de idade. Campinas, SP: Alínea, 2014.

BRITO, S. H. A.; CENTENO, C. V.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. A organização do trabalho didático na história da educação. Campinas-SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2010.

FONTANA, R. C. Como nos tornamos professoras? Belo Horizonte; MG: Autêntica, 2000.

_____. Mediação pedagógica na sala de aula. Campinas; SP: Autores Associados, 2005.

MAFEZONI, Andressa. GOMES, Vitor. Diálogos com professores: práticas e reflexões sobre a inclusão escolar. Vitória: Edufes, 2016.

MARTINS, L. M.; DUARTE, N. (Org.). Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: http://www.culturaacademica.com.br/catalogo-detalle.asp?ctl_id=113

Disciplina: TEP13372 - CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ementa

A constituição histórica do campo do currículo: fundamentos e perspectivas. As concepções contemporâneas de currículo. Pesquisa em currículo no Brasil. As atuais políticas curriculares oficiais para a educação básica. Acompanhamento e análise do currículo da/na Educação Básica: prática discursiva, cotidiano e cultura escolar, identidade, diferença e diversidade. Currículo e formação para a docência.

Objetivos

Analisar a constituição histórica do campo do currículo, seus fundamentos e perspectivas;
Conhecer as pesquisas no campo do currículo no Brasil;
Analisar as atuais políticas curriculares oficiais para a educação básica;
Analisar os currículos da Educação Básica tecidos no cotidiano escolar.

Bibliografia Básica

ALVES, Nilda. O espaço escolar e suas marcas : o espaço como dimensão material do currículo. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

ALVES, Nilda. (Org.). Criar currículo no cotidiano . São Paulo: Cortez, 2004.

AMORIM, Antônio Carlos Rodrigues. (Org.). Passagens entre o moderno e o pós-moderno : ênfases e aspectos metodológicos das pesquisas sobre currículo. Campinas: FE/UNICAMP, 2007.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica . Brasília: MEC, SEB: 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular - 2a versão revista. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov>.

br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf. Acesso em: 12 set. 2016.

CARVALHO, Janete Magalhães. (Org.). Movimentos curriculares : um estudo de casos sobre políticas de currículo em ação. Vitória: EDUFES, 2014.

FERRAÇO, Carlos Eduardo; CARVALHO, Janete Magalhães (Org.). Currículos : pesquisas, conhecimentos e produção de subjetividades. Petrópolis: DP et Alii, 2013.

GOODSON, Ivon F. Currículo: teoria e história. Petrópolis: Vozes, 1995.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Org.). Teorias de currículo . São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. O currículo como criação cotidiana . Rio de Janeiro: DP et Alii, 2012.

SACRISTÁN, Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática . Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo . Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Disciplina: TEP13373 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ementa

Aspectos históricos, filosóficos e psicossociais da Educação Especial. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Legislação e políticas públicas em Educação Especial. Desenvolvimento, aprendizagem e apropriação do conhecimento por estudantes público-alvo da educação especial. Atendimento Educacional Especializado. Público-alvo da Educação Especial no contexto da escola comum. Currículo, avaliação e práticas pedagógicas inclusivas. Formação inicial e continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva.

Objetivos

Entender o atendimento educacional especializado ao público-alvo da educação especial;
Refletir sobre os processos de aprendizagem e desenvolvimento de crianças e jovens com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação;
Conhecer o público-alvo da educação especial e suas especificidades;
Analisar o currículo, a avaliação e as práticas pedagógicas na perspectiva da inclusão;
Debater a formação inicial e continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva.

Bibliografia Básica

MAZZOTA, Marcos José. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/SEESP, 2007-2008.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. 2. Ed. Campinas. SP: Autores Associados, 2006.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Atendimento Educacional Especializado. Resolução Nº.4 Brasília, MEC/SEESP/CNE/CEB, 2009.

CAIADO, Kátia Regina Moreno Caiado. JESUS, Denise Meyrelles de. Professores e Educação Especial: Formação em foco. Porto Alegre: Mediação, 2011.

LOBO. Lília Ferreira. Os infames da História: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro, Lamparina, 2008.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/SEESP, 2007-2008.

BRASIL. Atendimento Educacional Especializado. Resolução Nº.4 Brasília, MEC/SEESP/CNE/CEB, 2009.

Disciplina: TEP13374 - DIDÁTICA

Ementa

Concepções de educação, escola, conhecimento, docente, discente em diferentes perspectivas teóricas e práticas presentes no campo da didática e que focam o processo de ensino e aprendizagem na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

Objetivos

- Identificar nas diferentes concepções de educação, sua expressão no processo de ensino e aprendizagem.
- Compreender a relação indissociável entre os elementos constitutivos da didática com os fundamentos da educação.
- Entender a importância da relação professor-aluno para o processo de aprendizagem e desenvolvimento.
- Elaborar planos de trabalho para a prática pedagógica na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

Bibliografia Básica

SAVIANI, D. Escola e democracia . Edição comemorativa. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico : do nascimento à velhice. Campinas-SP: Autores Associados, 2016.

SAVIANI, N. Saber escolar, currículo e didática : problemas da unidade entre conteúdo e método no processo pedagógico. 6. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

Bibliografia Complementar

ARCE, A.; MARTINS, L. M. (Orgs.). Quem tem medo de ensinar na educação infantil? : Em defesa do ato de ensinar. Campinas - SP: Alínea, 2007.

ARCE, A.; MARTINS, L. M. (Orgs.). Ensinando aos pequenos de zero a três anos . Campinas - SP: Alínea. 2009.

CANDAU, V. M. (Org.). Didática, currículo e saberes escolares . Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MARTINS, L. M. O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar : contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas-SP: Autores Associados, 2013.

WACHOWICZ, L. A. O método dialético na didática . 2 ed. Campinas: Papirus, 1991.

Disciplina: LCE13375 - ALFABETIZAÇÃO II

Ementa

Concepção de linguagem discursiva e sua relação com a alfabetização. Leitura e produção de textos orais e escritos na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Avaliação e acompanhamento do processo de alfabetização. Métodos de alfabetização: sintéticos, analíticos e ecléticos: evolução histórica e análise crítica. Novas propostas didáticas para a alfabetização, baseadas em estudos e pesquisas nos campos da Psicologia, Linguística e Sociolinguística.

Objetivos

Conhecer as dimensões da alfabetização orientadoras do ensino da leitura e da linguagem escrita na sala de aula;

- Discutir a concepção de linguagem discursiva e sua relação com a alfabetização.
- Compreender a leitura e a produção de textos orais e escritos como processo de construção de sentidos;
- Identificar e analisar criticamente os métodos de alfabetização: sintéticos, analíticos e ecléticos.
- Construir propostas para trabalhar a leitura e a produção de textos orais e escritos na alfabetização.
- Elaborar propostas de ensino que levem à aprendizagem da leitura e da escrita.
- Refletir sobre propostas de avaliação da alfabetização.

Bibliografia Básica

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CARVALHO, Marlene. Alfabetizar e letrar. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 9-62.

GERALDI, João Wanderley. Portos de passagem. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Cap. 3, p. 115-218.

Bibliografia Complementar

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

GERALDI, João Wanderley (Org.). O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 2006.

BAKHTIN, M. M. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2006.

SMOLKA, Ana Luiza B. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. São Paulo: Cortez, 1994.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Os sentidos da alfabetização. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

Disciplina: TEP13376 - PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO

Ementa

Estuda a avaliação educacional na educação básica, suas concepções, processos, instrumentos e práticas de avaliação do ensino e da aprendizagem.

Objetivos

Conhecer os postulados das principais correntes de avaliação educacional;

- compreender a avaliação como parte constitutiva do processo educacional;
- Conhecer e analisar práticas, instrumentos e processos avaliatórios desenvolvidos em unidades educacionais;
- Desenvolver prática de construção de instrumentos de avaliação.

Bibliografia Básica

FERNANDES, C.O. (Org). Avaliação das Aprendizagens: sua relação com o papel social da escola. São Paulo, Cortez, 2014.

FREIRE, Paulo. A Pedagogia da autonomia . São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, L.C. SORDI, M.R.L.; MALAVASI, M.M.S.; FREITAS, H. Avaliação Educacional: caminhando pela contramão, Petrópolis, Vozes, 2009

SILVA, I.M. Acompanhamento e análise Curricular: avaliar para aprender, In RODRIGUES, A. (Org.) Currículo na formação de professores: diálogos possíveis. Vitória: UFES/NEAD, 2010.

Bibliografia Complementar

ARREDONDO, S.C.; DIAGO, J.C. Práticas de Avaliação Educacional: materiais e instrumentos, São Paulo: Editora Unesp, 2008.

ESTEVES, O.P. Testes, Medidas e Avaliação. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito, 1965.

FERNANDES, D. Avaliar para Aprender. São Paulo, Unesp, 2009.

FREITAS, D.N.T. Avaliação da Educação Básica no Brasil . Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, I. M. Avaliação Qualitativa Formativa: o portfólio que promove aprendizagem, In TAVARES, M.I. et. al. Estágio Supervisionado 1 , Vitória: UFES/NEAD, 2011.

Disciplina: TEP13377 - CIÊNCIAS NATURAIS: CONTEÚDO E METODOLOGIA

Ementa

A produção do conhecimento científico no contexto sócio-histórico. Temas integradores do currículo de Ciências Naturais na educação básica. Desenvolvimento de sequências didáticas investigativas: Objetivos, conteúdos, estratégias metodológicas, avaliação. Espaços escolares e não escolares no ensino de Ciências.

Objetivos

Compreender o ensino de ciências como processo de inserção dos estudantes em uma nova maneira de ver e interpretar o mundo natural e a ciência como empreendimento humano, cultural.

- Compreender os principais conceitos científicos envolvidos nos principais temas estruturadores do currículo de ciências, bem como o processo de construção desses conceitos.
- Perceber a necessidade de aproximação com outras áreas do conhecimento humano para produção/construção de conhecimento científico.
- Estabelecer/ Aplicar sequências didáticas investigativas para abordagem de diferentes conceitos científicos em diferentes contextos educativos.
- Inserir-se na perspectiva da educação pela pesquisa.

Bibliografia Básica

CAMPOS, M.C.; NIGRO, R.G. Teoria e prática em ciências na escola: o ensino-aprendizagem como investigação. São Paulo: FTD, 2010.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. Ensino de ciências: fundamentos e métodos . São Paulo: Cortez, 2011.

POZO, J. I.; CRESPO, M. A. G. A aprendizagem e o ensino de ciências : do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, A.M.P.; VANNUCCHI, A.I.; BARROS, M.A.; GONÇALVES, M.E.; REY, R.C. Ciências no ensino fundamental : o conhecimento físico. São Paulo: Scipione, 1998.

DALBEN, A.; DINIZ, J.; LEAL, L.; SANTOS, L. Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente : Educação Ambiental, Educação em Ciências, Educação em Espaços não-escolares, Educação Matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GERALDO, A.C.H. Didática de ciências naturais na perspectiva histórico crítica . Campinas, SP. Autores Associados. 2009.

LIMA, M. E. C. C.; MAUÉS, E. Uma releitura do papel da professora das séries iniciais no desenvolvimento e aprendizagem de ciências das crianças. Ensaio , v.8, n.2, p.184-198, 2006.

LIMA, M. E. C. C.; LOUREIRO, M. B. T rilhas para ensinar ciências para crianças . Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

Disciplina: TEP13378 - MATEMÁTICA I - CONTEÚDO E METODOLOGIA

Ementa

A evolução da noção de quantidade numérica na criança: os obstáculos e sua superação. Evolução histórica dos sistemas de numeração e propriedades do sistema de numeração decimal. As quatro operações numéricas: conceituação, algoritmos e resolução de problemas. Uso e produção de recursos para desenvolver as primeiras habilidades matemáticas. Investigações práticas sobre o processo de ensino e aprendizagem lógico-matemático na infância.

Objetivos

Reconhecer a importância da matemática na formação do educando.

- Identificar dificuldades relativas ao ensino-aprendizagem da matemática e elaborar atividades para saná-las.
- Selecionar processos, material didático e técnicas adequadas ao ensino da matemática.
- Familiarizar-se com conceitos de matemática e aplicá-los coerente e eficazmente na sala de aula.
- Relacionar o ensino de matemática com os outros ramos do saber e com o cotidiano do aluno.
- Identificar e valorizar o conhecimento matemático de crianças pré-escolares.
- Discutir alguns aspectos dos PCNs de matemática.
- Construir conhecimentos sobre os conceitos de: ordem, inclusão hierárquica, conservação de quantidade, seriação e classificação.
- Conhecer a história dos números e as possibilidades da sua utilização no ensino-aprendizagem de matemática.
- Compreender o sistema de numeração decimal, suas dificuldades e metodologias de trabalho com esse conteúdo.
- Entender os fundamentos matemáticos envolvidos nas operações com números naturais.
- Discutir as dificuldades encontradas pelos alunos na utilização dos algoritmos das operações.
- Reconhecer a importância da resolução de problemas no ensino-aprendizagem de Matemática e desenvolver meios de utilizá-la eficazmente.
- Conhecer metodologias a serem utilizadas no processo de ensino-aprendizagem de matemática, utilizando jogos, material concreto, recurso à história da matemática e tecnologias educacionais.

Bibliografia Básica

CARRAHER, Terezinha Nunes (Org). Aprender Pensando. 14ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LORENZATO, Sergio. Educação infantil e percepção matemática. São Paulo: Autores Associados, 2006.

TOLEDO, Marília e TOLEDO, Mauro. Didática da Matemática: como dois e dois - a construção da Matemática. São Paulo: FTD, 1997.

Bibliografia Complementar

DANTE, Luiz Roberto. Didática da Resolução de Problemas de Matemática. São Paulo: Ática, 1989.

GOLBERT, Clarissa S. Jogos matemáticos. Porto Alegre: Mediação, 1997. (Jogos Athurma, 1)

KAMII, Constance. A criança e o número. 17ª ed., Campinas, SP: Papirus, 1993.

IMENES, Luis Márcio. A numeração indo-arábica. Coleção: Vivendo a matemática. 7ª ed., São Paulo: Scipione, 1999.

_____. Os números na história da civilização. Coleção: Vivendo a matemática. 11a ed., São Paulo: Scipione, 1999.

LORENZATO, Sergio. Para aprender matemática. São Paulo: Autores Associados, 2006.

PARRA, Cecília & SAIZ, Irma (org). Didática da matemática: reflexões psico-pedagógicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

SMOLE, Kátia Stocco e DINIZ, Maria Ignez. (orgs.) Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SPINILLO, Alina Galvão. Educação Matemática em Revista. (Edição especial sobre as séries iniciais do ensino fundamental) Sociedade Brasileira de Educação Matemática. Ano II, n. 3, 2o sem. 1994.

Disciplina: EPS13379 - HISTÓRIA - CONTEÚDO E METODOLOGIA

Ementa

Fundamentos teórico-metodológicos do ensino de História na infância. Diferentes concepções de História e sua importância para o ensino. O surgimento da História como disciplina escolar. Propostas curriculares de História. O livro didático de História. Recursos auxiliares do ensino de História: planejamento e execução de atividades. A História Local e a História oral. Estudos críticos dos conteúdos de História. Memória, patrimônio, noções de tempo e duração. Relação com outras áreas do conhecimento

Objetivos

Propiciar embasamento teórico-metodológico necessário ao ensino de História nos anos iniciais da Educação Básica, problematizando e vivenciando diferentes contextos da formação e prática docente.

Bibliografia Básica

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). O saber histórico na sala de aula. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2013. (Coleção Repensando o Ensino).

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. O livro didático de história: políticas educacionais, pesquisas e ensino. Natal: Ed. UFRN, 2007.

ROSSI, Vera Sabongi de e ZAMBONI, Hernesta (Org.). Quanto tempo o tempo tem. São Paulo; Alínea, 2003

Bibliografia Complementar

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. Memória e patrimônio: Ensaio contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009

FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). O historiador e seu tempo. São Paulo: Editora UNESP: ANPUH, 2008.

FONSECA, Selva Guimarães; GATTI JUNIOR, (Org.). Perspectiva do ensino de história: ensino cidadania e consciência histórica. Uberlândia

PEREIRA, Júnia Sales et al. Escola e museu: diálogos e práticas. Belo Horizonte: Secretaria de Estado e de Cultura/Superintendência de Museus; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/Cefor, 2007.

SIMAN, Lana Mara de Castro; FONSECA, Thais Nívia de Lima.(Org.). Inaugurando a história e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de história. Belo Horizonte: Autêntica, 2001

Disciplina: LCE13380 - PORTUGUÊS: CONTEÚDO E METODOLOGIA

Ementa

Bases e orientações oficiais do ensino da Língua Portuguesa no primeiro segmento do Ensino Fundamental. Concepções de linguagem, língua, texto, gêneros do discurso, leitura, produção de texto, variação linguística, gramática e literatura em correlação com práticas de ensino. Fundamentação teórica e metodológica para o ensino da Língua Portuguesa nas modalidades oral e escrita a partir de diferentes gêneros do discurso. Análise crítica de materiais e de livros didáticos usados no ensino de Língua Portuguesa. Análise crítica de instrumentos de avaliação da aprendizagem de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental. Planejamento do ensino de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental. O trabalho pedagógico com as literaturas africanas, afro-brasileiras e indígenas no Ensino Fundamental. Políticas públicas para o ensino de Língua Portuguesa, em sua articulação com dinâmicas internacionais e nacionais para a educação.

Objetivos

- fundamentar teoricamente aspectos didático - metodológicos, vinculados ao processo ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa nas séries iniciais do Ensino Fundamental;
- conhecer, vivenciar e posicionar-se criticamente acerca dos métodos, técnicas e situações de ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa nas séries iniciais do Ensino Fundamental;
- refletir acerca de questões fundamentais da linguagem relacionadas ao processo educativo;
- planejar situações de ensino/aprendizagem de linguagem, bem como processos avaliativos adequados às séries iniciais do Ensino Fundamental.

Bibliografia Básica

BRASIL. MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (1ª a 4ª series do Ensino Fundamental) Brasília, 1999.

KOCH, Ingedore G. Villaça. Desvendando os segredos do texto. 2.ed. SP: Cortez, 2003.

ZACCUR, Edwiges (Org.). A magia da linguagem. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

Bibliografia Complementar

AMÂNCIO, Iris M. da C.; GOMES, Nilma L.; JORGE, Miriam L. dos S. Literaturas africanas e afro-brasileiras na prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
Campinas, SP: Papirus, 2007.

BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. Ed. revista e atualizada. São Paulo: Parábola, 2016.

DALVI, Maria Amélia; REZENDE, Neide Luzia de. JOVER-FALEIROS, Rita. Leitura de literatura na escola. São Paulo: Parábola, 2013.

ELIAS, Vanda Maria (Org.). Ensino de língua portuguesa: oralidade, escrita e leitura. São Paulo, SP: Contexto, 2011.

FÁVERO, Leonor Lopes; AQUINO, Zilda G. O.; ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O. Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FERRO, Jeferson; BERGMANN, Juliana Cristina Faggion. Produção e avaliação de materiais didáticos em língua materna e estrangeira. Curitiba: IBPEX, 2008.

KOCH, Ingedore; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, Ingedore; ELIAS, Vanda Maria. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.

LEAL, Telma Ferraz; SUASSUNA, Livia (Org.). Ensino de língua portuguesa na educação básica: reflexões sobre o currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

LERNER, Delia. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002.

RODRIGUES, Maria José Campos. Linguagem IV: o ensino da língua portuguesa. Vitória, ES: UFES, Núcleo de Educação Aberta e a Distância, 2008.

Disciplina: TEP13381 - MATEMÁTICA II - CONTEÚDO E METODOLOGIA

Ementa

O ensino e a aprendizagem de medidas não inteiras – frações e decimais – e dos primeiros sistemas de medidas: conceitos, operações e resolução de problemas. O sistema monetário nacional. A evolução de noções lógico-espaciais e do pensamento geométrico no aprendiz: a localização de corpos no espaço e sua representação. Ensino e aprendizagem de conceitos básicos da geometria. Construção e exploração de diferentes recursos de ensino da geometria. Noções de probabilidade e estatística. O uso de gráficos e tabelas.

Objetivos

- Identificar dificuldades relativas ao ensino-aprendizagem da matemática e elaborar atividades para saná-las.
- Familiarizar-se com conceitos de matemática e aplicá-los coerente e eficazmente na sala de aula.
- Relacionar o ensino de matemática com os outros ramos do saber e com o cotidiano do aluno.
- Construir o conceito de números fracionários e de frações equivalentes.
- Compreender o sentido das operações de adição, subtração, multiplicação e divisão de números fracionários.
- Construir o conceito de números decimais com vírgula e das quatro operações.
- Comparar características do sistema monetário nacional com o sistema de numeração decimal.
- Compreender a evolução do sistema de medidas de comprimento e a necessidade de sua padronização.
- Conhecer as unidades usuais de medidas de comprimento, capacidade, massa e a relação entre suas grandezas e com o sistema de numeração decimal.
- Identificar e relacionar entre si as unidades de tempo.

-
- Localizar e entender a movimentação de corpos no espaço com base em pontos de referência e indicações de direção.
 - Construir conceitos geométricos básicos, classificando e identificando características e propriedades dos principais sólidos geométricos e das figuras geométricas planas.
 - Coletar, organizar, ler e interpretar dados por meio de listas, tabelas, diagramas e gráficos.
 - Conhecer metodologias e utilizar material didático para o trabalho com números racionais e com geometria.

Bibliografia Básica

LORENZATO, Sergio. Educação infantil e percepção matemática. São Paulo: Autores Associados, 2006.

SANTOS, Vânia Pereira dos (Orgs.). Avaliação da aprendizagem e raciocínio em matemática: métodos alternativos. Projeto Fundão. UFRJ.

TOLEDO, Marília e TOLEDO, Mauro. Didática da Matemática: como dois e dois - a construção da Matemática. São Paulo: FTD, 1997.

Bibliografia Complementar

CARRAHER, Terezinha Nunes (Org). Aprender pensando. 14 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CARRAHER, Terezinha Nunes (Org). Na vida dez, na escola zero. 8 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

CENTURIÓN, Marília. Números e operações. São Paulo: Scipione, 1995.

IMENES, Luis Márcio. Geometria das dobraduras. São Paulo: Scipione, 1994.

_____. Geometria dos mosaicos. São Paulo: Scipione, 1994.

LORENZATO, Sergio. Para aprender matemática. São Paulo: Autores Associados, 2006.

PARRA, Cecília & SAIZ, Irma (org). Didática da matemática: reflexões psico-pedagógicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SMOLE, Kátia Stocco e DINIZ, Maria Ignez. (orgs.) Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Disciplina: EPS13382 - GEOGRAFIA - CONTEÚDO E METODOLOGIA

Ementa

A Geografia como possibilidade de leitura do mundo e de formação de sujeitos sociais. A elaboração do pensamento geográfico dos estudantes na Educação Básica. Os conceitos fundamentais da Geografia escolar. O fazer pedagógico do ensino de Geografia: fontes de pesquisa, métodos, recursos didáticos, seleção de conteúdos e instrumentos de avaliação.

Objetivos

- Propiciar embasamento teórico-metodológico necessário ao ensino da Geografia no ensino da Educação Básica.
- Potencializar a pesquisa e a reflexão sobre/na/com prática docente.
- Vivenciar situações de regência de ensino e de desenvolvimento de projetos pedagógicos.

Bibliografia Básica

ALMEIDA; PASSINI, E. Y. O espaço geográfico ensino e representação. São Paulo: Contexto, [1989] 2006.

CASTELLAR, S. (Org.). Educação geográfica: teorias e práticas docentes. São Paulo: Contexto, 2005.

PORTUGAL, Jussara Fraga; OLIVEIRA, Simone Santos de; PEREIRA, Tânia Regina Dias Silva (Org.). (Geo)grafias e linguagens concepções, pesquisas e experiências formativas. Curitiba, PR: Editora CRV, 2013. 391 p.

Bibliografia Complementar

ESTEBAN, M. T. (org.). Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GEOGRAFARES - Revista do Mestrado e do Departamento de Geografia - UFES. Edição Especial - Espírito Santo, nº 17 2014. Disponível em: periodicos.ufes.br/geografares/issue/view/489/showTOC>

GIRARDI, G.; GOMES, A. Geografia e História do Espírito Santo. São Paulo: FTD, 2008. v. 1.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 461 p

TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes; CHAVES, Sandramara Matias (Org.). Concepções e práticas em formação de professores: diferentes olhares. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 266 p

Disciplina: EPS13383 - INFÂNCIA E EDUCAÇÃO

Ementa

A infância como categoria social. O processo de institucionalização das crianças no Brasil. A emergência dos direitos das crianças na contemporaneidade. A (in)visibilidade das culturas infantis no contexto formal, não-formal e informal de educação. Educação Infantil no contexto das políticas públicas e suas diferentes infâncias. A infância na Educação infantil e suas implicações no projeto político-pedagógico: uma análise do campo e de campo.

Objetivos

- Compreender a evolução histórica da construção social do conceito de criança e sua influência na educação das crianças;
- Identificar as diferentes manifestações das culturas infantis nos contextos formais e não formais de educação;
- Conhecer as iniciativas públicas e privadas que demarcam o processo de institucionalização das crianças no Brasil;
- Analisar criticamente as principais correntes teóricas subjacentes à educação com crianças pequenas;
- Problematicar as políticas e as práticas pedagógicas que atravessam o cotidiano da educação infantil na contemporaneidade.

Bibliografia Básica

ARAÚJO, Vania C. de. Infância e educação inclusiva. In: Perspectiva. Florianópolis, v. 23, n. 01, jan./jul. 2005 p. 65-77;

ARAÚJO, Vania C. de. Ética e estética: tecendo um olhar a partir da criança. Caderno de Pesquisa em Educação /PPGE/UFES. Vitória, PPGE, 1995;
ARAÚJO, Vania C. de. Mistificação da infância: imagem do passado no presente. In: ARAÚJO, V. C. de. Criança: do reino da necessidade ao reino da liberdade. Vitória: EDUFES, 1996. P. 45-74;

Bibliografia Complementar

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro, Guanabara, 1978.

BARBOSA, Maria Carmen S. Por amor e por força: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 35-46.

BORBA, Ângela Meyer. O brincar como um modo de ser e estar no mundo. In: Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2007. p. 13-23.

CORSINO, Patrícia (Org.). Educação infantil: cotidiano e políticas. Campinas/SP: Autores Associados, 2009.

DIAS, Karina Sperle. Formação estética: em busca do olhar sensível. In: KRAMER, S. et al. (Org.). Infância e educação infantil. Campinas: Papirus, 1999. p. 175-201.

FARIA, S. C. História e políticas de educação infantil. In: KRAMER, S. et al (Orgs.). Educação Infantil em curso. Rio de Janeiro: Ravil, 1997. p. 9-36.

KRAMER, Sonia. O que é básico na escola básica? Contribuições para o debate sobre o papel da escola na vida social e na cultura. In: KRAMER, S, LEITE, M. I. (Orgs.). Infância e produção cultural. Campinas: Papirus, 1998. p. 11-24.

_____. Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie. IN; BAZÍLIO, L. C.; KRAMER, S. (Org.). Infância, educação e direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2003. p. 83-106.

LEITE FILHO, Aristeo G.; NUNES, Maria Fernanda. Direitos da criança à educação infantil: reflexões sobre a história e a política. In: KRAMER, S. et al (Org.). Educação Infantil : formação e responsabilidade. Campinas, SP: Papirus, 2013.

SARMENTO, Manuel J. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELOS, Vera M.; SARMENTO, Manuel Jacinto (orgs). Infância (In) Visível. Araraquara. Junqueira e Marin, 2007. p. 25 - 49.

SOUZA, Solange Jobim e. Re-significando a psicologia do desenvolvimento: uma contribuição crítica à pesquisa da infância. In: KRAMER et al. (Org.) Infância: fios e desafios da pesquisa. Campinas: Papirus, 1996.

Disciplina: EPS13384 - PRÁTICAS DE GESTÃO NA ESCOLA

Ementa

Processos de escolha de dirigentes escolares e suas atribuições na Educação Básica. Organização administrativa e dos tempos/espacos na escola. Registros e documentos escolares. Articulação entre os saberes e as inter-relações na escola. Conselho de classe. Conselho de escola. Reunião de Pais. Articulação escola-comunidade e sistemas de ensino. Elaboração do projeto político-pedagógico.

Objetivos

- Conhecer as práticas de gestão no cotidiano da escola básica, compreendendo a sua relevância, especificidade e seus procedimentos básicos, na perspectiva do direito à educação e da gestão democrática.

Bibliografia Básica

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Goiania: MF Livros, 2008.

HORA, Dinair Leal. Gestão democrática na escola. 10. ed. Campinas: Ed. Papyrus, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília (Org.). Dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola. Campinas: Ed. Papyrus, 2001.

PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. 13. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

Bibliografia Complementar

PARO, Vitor Henrique. Administração escolar e qualidade de ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso? In: BASTOS, João Baptista (Org) Gestão democrática. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. DP & A, 2002.

LUCK, Heloisa; FREITAS, Kátia Siqueira de; GIRLING, Robert; KEITH, Sherry. A escola participativa: o gestor do trabalho escolar. São Paulo: Editora Vozes, 2011.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Dalila A. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. In: OLIVEIRA, D.A. (org.). Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes. Belo Horizonte, MG: Ed. Autêntica, 2003.

SANDER, Benno. Gestão da Educação na América Latina: construção e reconstrução do conhecimento. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

Disciplina: CLP13389 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

Ementa

Elaboração e desenvolvimento inicial de projeto de pesquisa ou do projeto de criação e/ou implementação de propostas educativas e/ou materiais didáticos, contendo: justificativa, problematização, objetivo, referencial teórico.

Objetivos

OBJETIVOS:

Identificar os principais passos de uma pesquisa na área das Ciências Humanas.
Definir uma problemática de estudo a partir da articulação de vivências e conhecimentos da área educacional, apropriados em diferentes momentos do curso.
Elaborar o projeto de Trabalho de Conclusão de Curso.

Bibliografia Básica

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação : abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

TRIVINOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais : a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

DEMO, P. Introdução à metodologia da ciência . São Paulo, Atlas, 1985.

Bibliografia Complementar

ANDRÉ, Marli. Etnografia da prática escolar . São Paulo: Papirus, 1995.
BARBIER, R. A pesquisa-ação . Tradução de Lucie Didio. Brasília: Liber Livro, 2004.
GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social . São Paulo, Atlas, 1989.
ESTEBAN, M. T. ZACCUR, E. (Orgs.) Professora-pesquisadora : uma práxis em construção. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
LAVILLE, C. DIONNE, J. A construção do saber . Porto Alegre. ARTMED, 1999.

Disciplina: TEP13385 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ementa

Análise das condições concretas dos modos de atualização da atividade docente; suas implicações político-pedagógicas e seus efeitos em centros de educação infantil. Construção de projetos de intervenção pedagógica articulados com as instituições campo de estágio. Produção de ações e dispositivos pedagógicos entre a universidade e as escolas campo, potencializando problematizações recíprocas nos processos de formação inicial e continuada de alunos e professores.

Objetivos

- Proporcionar ao/à futuro/a docente na Educação Infantil e anos Iniciais do Ensino Fundamental:
- Conhecer as especificidades da Educação Infantil no contexto da Educação Básica.
- Conhecer a estrutura de organização, funcionamento e a rotina das instituições de Educação Infantil;
- Estabelecer contato direto com diferentes Instituições de Educação Infantil;
- Investigar as principais tendências e concepções metodológicas presentes nas instituições de Educação Infantil;
- Analisar proposta/currículo da instituição de Educação Infantil;

-
- Sistematizar informações sobre o cotidiano do trabalho pedagógico, com vistas à construção de um diagnóstico;
 - Elaborar e desenvolver plano de intervenção pedagógica na unidade sede de estágio;

Bibliografia Básica

FREIRE, M. A Paixão de conhecer o mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1986.

OLIVEIRA, Z.R; Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

ROCHA, A.C; KRAMER, S. Educação infantil: Enfoques em diálogo.Campinas, SP: Papirus, 2011

Bibliografia Complementar

ABRAMOWICZ, A; WAJSKOP, G. Creches: atividades para crianças de zero a seis anos . São Paulo: Moderna, 1995.

DAHLBERG, G. MOSS, PENCE, A – Qualidade na educação da primeira infância – Perspectivas Pós Modernas. Porto Alegre: Artmed. 2003.

DUSSEL, I.; CARUSO, M. A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar. São Paulo: Moderna, 2003.

FERREIRA, M.C.R. [et al.]. Os fazeres na educação infantil . São Paulo: Cortez; Ribeirão Preto.

HORN, M.D.G.S . Sabores, cores, sons, aromas : a organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre, Artmed, 2004.

LOPES, A.C.T. Educação infantil e registro de práticas . São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, A. [et al.] Culturas infantis em creches e pré-escolas : estágio e pesquisa. Campinas, SP. Autores Associados, 2011.

Disciplina: LCE13386 - ARTE E EDUCAÇÃO

Ementa

Panoramas do ensino da arte visual no Brasil. Principais correntes do ensino da arte visual. O ensino da arte visual na educação infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Abordagens metodológicas do ensino da arte visual. Áreas da expressão artística. Materiais expressivos (oficinas).

Objetivos

Fundamentar com teorias e práticas sobre arte na educação da criança em suas etapas escolares; Conscientizar sobre a realidade do ensino da arte na educação básica; Identificar métodos específicos e possibilidades novas para o ensino da arte; Trabalhar conteúdos metodológicos numa relação teoria e prática.

Bibliografia Básica

DUARTE JR. João Francisco. Fundamentos Estéticos da Educação. São Paulo: Papirus, 1988. 150 p.

FERRAZ, Heloisa C. T.; FUSARI, Maria F. Rezende. Metodologia do ensino de arte. São Paulo:Cortez, 1993.135 p.

FUSARI, Maria F. Rezende e FERRAZ, Maria Heloisa C. T. Arte na educação escolar. São Paulo: Cortez, 1992. 151 p.

Bibliografia Complementar

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. A imagem no ensino da arte: anos oitenta e novos tempos. São Paulo: Perspectiva, 1991. xvi, 134p.

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos (Org.). Arte/educação contemporânea: consonâncias internacionais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 432 p

IABELBERG, Rosa. O desenho cultivado da Criança: prática e formação de educadores. Porto Alegre: Zouk, 2006. 108 p.

MOREIRA, Ana Angélica Albano. O espaço do desenho: a educação do educador. São Paulo: Loyola, 1984. 128 p.

REBOUÇAS, Moema Lúcia Martins; MAGRO, Adriana. A cidade que mora em mim. Vitória, ES: EDUFES, 2009. 172 p.

Disciplina: LCE13387 - TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ementa

Configuração da docência no campo da Educação Infantil. Bases legais e orientações para o desenvolvimento do trabalho educativo na Educação Infantil. Construção de propostas pedagógicas na Educação Infantil em uma perspectiva interdisciplinar. Avaliação e registros na Educação Infantil. Produção de conhecimento e pesquisas no campo da Educação Infantil.

Objetivos

Conhecer as bases legais e as orientações ao trabalho educativo na Educação Infantil;
Problematizar os diferentes saberes e fazeres que atravessam a (re)produção das práticas pedagógicas implementadas com as crianças no cotidiano da Educação Infantil;
Refletir sobre os dilemas e perspectivas que estão presentes na dinâmica do trabalho docente no contexto da Educação Infantil.

Bibliografia Básica

CÔCO, V. Docência na Educação Infantil. De quem estamos falando? Com quem estamos tratando? In: FLORES, M. L. R.; ALBUQUERQUE, S. S. DE (Org.). Implementação do Proinfância no Rio Grande do Sul: perspectivas políticas e pedagógicas. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0663-1.pdf> .

KRAMER, S. Profissionais da Educação Infantil: gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005. BRASIL. MEC. SEB. Critérios para um atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças. Brasília: MEC, SEB, 2009. Disponível em <http://portal.mec.gov.br> .

BRASIL. MEC. SEB. Dúvidas mais frequentes sobre a Educação Infantil. Brasília: MEC, SEB, 2013. Disponível em <http://portal.mec.gov.br> .

Bibliografia Complementar

RANGEL, I. S.; NUNES, K. R.; CÔCO, V. Educação infantil: redes de conversações e produções de sentidos com crianças e adultos. Petrópolis, RJ: De Petrus, 2013.

BRASIL. MEC. SEB. Indicadores de qualidade na Educação Infantil. Brasília: MEC, SEB, 2009. Disponível em <http://portal.mec.gov.br> .

BRASIL. MEC. SEB. Parâmetros Básicos de Infra-Estrutura para Instituições de Educação Infantil. Parâmetros e Encarte. Brasília: MEC, SEB, 2006. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>

BRASIL. MEC. SEB Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em <http://portal.mec.gov.br> .

BRASIL. MEC. SEB. Critérios para um atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças. Brasília: MEC, SEB, 2009. Disponível em <http://portal.mec.gov.br> .

Disciplina: EPS13388 - MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Ementa

Estado, educação e movimentos sociais; o papel dos movimentos sociais na configuração do campo da EJA: trajetória e memória; tensões e desafios na formulação, implementação e consolidação das políticas de EJA nos planos global e local; direitos humanos e movimentos sociais no Brasil; os sentidos da EJA como direito e como educação e aprendizagem ao longo da vida: aspectos legais e dilemas.

Objetivos

- Explorar as relações entre educação, sociedade civil e estado a partir do estudo das concepções dos movimentos sociais e da Educação de Jovens e Adultos e suas contribuições para a atual configuração da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

- Estudar as concepções teórico-metodológicas da Educação Popular e EJA no Brasil e seu legado para este campo de conhecimento; analisar as relações movimentos sociais e Estado e a configuração atual da modalidade.

Bibliografia Básica

GOHN, Maria da Glória Marcondes. A construção da cidadania dos brasileiros. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Novas teorias dos movimentos sociais. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

Bibliografia Complementar

ARROYO, Miguel Gonzalez. Educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. In: Alfabetização e Cidadania – Revista de Educação de Jovens e Adultos. Nº 11 – Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil, Abril de 2001, p. 9-20.

BARRETO, José Carlos. Um sonho que não serve ao sonhador. In: Departamento de EJA/Secad; RAAB. (Org.). Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos. 1. ed. Brasília: UNESCO/MEC/RAAB, 2005, v. 1, p. 63-68.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Considerações sobre a política da União para a educação de jovens e adultos analfabetos. Revista Brasileira de Educação, (4): 26-34, jan./abr. 1997.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Política e educação popular: a teoria e prática de Paulo Freire no Brasil. 4. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A cultura do povo e a educação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.) A questão política da educação popular. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FREIRE, Paulo. Educação de adultos e educação popular na América Latina. In: Educação popular- Utopia Latino-americana. São Paulo: Cortez/ Edusp, 1994.

Disciplina: CLP13392 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (TCC II)

Ementa

Conclusão da pesquisa (de campo, e/ou bibliográfica) e/ou de propostas educativas e/ou materiais didáticos. Elaboração e apresentação dos resultados finais por meio dos produtos referenciados nas normas do Trabalho de Conclusão de Curso.

Objetivos

Desenvolver um projeto de pesquisa e/ou de propostas educativas ou materiais didáticos, vivenciando os principais passos de uma pesquisa na área das Ciências Humanas.

Articular conhecimentos apropriados em diferentes momentos do curso de forma a analisar um contexto educacional específico, configurado na problemática do TCC.

Realizar o estudo previsto no Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso.

Elaborar o relatório final do estudo e apresentá-lo, por escrito e oralmente, a uma banca examinadora.

Bibliografia Básica

TRIVINOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais : a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

DEMO, P. Introdução à metodologia da ciência . São Paulo, Atlas, 1985.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação : abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

Bibliografia Complementar

ANDRÉ, M. E. D. A. Etnografia da prática escolar . São Paulo: Papirus, 1995.

BARBIER, R. A pesquisa-ação . Tradução de Lucie Didio. Brasília: Liber Livro, 2004.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social . São Paulo, Atlas, 1989.

ESTEBAN, M. T. ZACCUR, E. (Orgs.) Professora-pesquisadora : uma práxis em construção. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LAVILLE, C. DIONNE, J. A construção do saber . Porto Alegre. ARTMED, 1999.

Disciplina: TEP13390 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO

Ementa

Condições concretas do trabalho docente: análise e efeitos nas escolas de ensino fundamental; Diagnóstico, planejamento e intervenção pedagógica na instituição campo; Parceria entre universidade e escolas campo: desenvolvimento de formação continuada dos profissionais.

Objetivos

- Vivenciar o cotidiano das escolas de ensino fundamental;
- Refletir criticamente sobre a realidade das práticas educativas do ensino fundamental;
- Identificar situações-problemas no campo de estágio relacionadas aos processos que ali são desenvolvidos;
- Propor parceria com os profissionais da escola/campo para auxílio nos processos que aí se desenvolvem;
- Trocar experiências vivenciadas no ensino superior com as escolas de ensino fundamental selecionadas para campo de estágio;
- Elaborar proposta de intervenção para as situações educativas sugeridas pelos professores das escolas campo;
- Intervir no cotidiano/realidade, com base na proposta elaborada e sustentada em práticas pedagógicas relacionadas dialeticamente com a(s) teoria(s) estudada (s).
- Participar de atividades variadas de regência relacionadas aos processos educativos/pedagógicos da instituição.

Bibliografia Básica

DAHLBERG, G. MOSS, P. PENCE, A – Qualidade na Educação da Primeira Infância – Perspectivas Pós-Modernas. Porto Alegre: Artemed. 2003.

DUARTE, Newton. Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski. Campinas: Autores Associados, 2001.

LERNER, Delia. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artes Medicas, 2002.

WEISZ, Telma & SANCHEZ, Ana. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo: Ática, 2000.

XAVIER, Maria Luísa M. & ZEN, Maria Isabel H. Dalla (Orgs.). O ensino nas séries iniciais: das concepções teóricas às metodologias. Porto Alegre: Mediação, 1997.

Bibliografia Complementar

ASSUNÇÃO, Madalena S. de. Magistério primário e cotidiano escolar. Campinas: Autores Associados, 1996.

DOLZ, Joaquim e SCHNEUWLY, Bernard. Gêneros orais e escritos na escola. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

DUARTE, Newton. Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski. Campinas: Autores Associados, 2001.

Parâmetros curriculares nacionais (anos iniciais) Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/pnld/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12640-parametros-curriculares-nacionais-1o-a-4o-series>

PENIN, Sônia Teresinha de Sousa. A aula: espaço de conhecimento, lugar de cultura. Campinas: Papyrus, 1994.

ROJO, Roxane (org.) A prática de linguagem em sala de aula - praticando os PCNs. São Paulo: Mercado de Letras, 2001

Disciplina: EPS13391 - PLANEJAMENTO E GESTÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ementa

O pedagogo como agente coordenador, implementador, mediador e articulador da organização e gestão educacional. Planejamento e formação continuada em contexto. A gestão dos processos de ensino-aprendizagem. Avaliação institucional e avaliações em larga escala.

Objetivos

Analisar a importância e o papel fundamental do pedagogo como um profissional de implementação, coordenação, mediação e articulação dos processos de gestão da educação básica, na perspectiva da qualidade da educação.

Bibliografia Básica

GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (Org.). temas de Pedagogia: diálogos entre didática e currículo, 2012, São Paulo: Cortez Editora.

MEIRIEU, Philippe. A pedagogia entre o dizer e o fazer: a coragem de recomeçar. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Bibliografia Complementar

DOURADO, Luiz Fernandes e COSTA, Messias. Escolha de dirigentes escolares no Brasil: relatório final da Pesquisa. Série estudos e pesquisas da ANPAE, n.º 04. Brasília: ANPAE, 1998.

_____. A escolha de dirigentes escolares: Políticas e gestão da educação no Brasil, In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (Org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Ed. Cortez, 1998.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; FONSECA, Marília (Orgs). Política e planejamento educacional no Brasil do século XXI. Campinas / SP: Autores Associados, 2013

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

PRAIS, Maria de Lourdes Melo. Administração Colegiada na Escola Pública, 4ª ed., Campinas, SP, Ed. Papyrus, 1996.

Disciplina: TEP13393 - EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Ementa

Relações étnico-raciais e políticas afirmativas no contexto brasileiro. Relações étnico-raciais, identidade e gênero na educação brasileira. Escola, currículo e a questão étnico-racial na educação básica. A formação de profissionais da educação para a diversidade étnico-racial. Raízes históricas e sociológicas da discriminação contra o negro na educação brasileira.

Objetivos

- Analisar a produção social e histórica do racismo na educação brasileira
- Conhecer o processo histórico de educação da população negra no Brasil
- Examinar o conceito de raça social como categoria de análise na educação
- Desconstruir estereótipos e estigmas produzidos contra o negro na educação brasileira

Bibliografia Básica

Santos Correa; RODRIGUES, Alexsandro; SISS, Ahyas. Africanidades: produções identitárias e políticas culturais. Vitória: Edufes, 2013.

BAZÍLIO, Luís Cavalieri; KRAMER, Sônia. Infância. Educação e Direitos Humanos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MOORE, Carlos. Racismo Sociedade: Novas Bases epistemológicas para entender o racismo. - Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, (2005). Brasília: MEC/Secad.

CAVALLEIRO, Elaine dos Santos. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

EPEIA - Dossiê Mulheres Negras. Disponível em: file:///C:/Users/user/Downloads/dossie_mulheres_negrasipea.pdf. Acesso em 20 dez. 2015.

FELICE, Renísia Cristina Garcia. Raça e classe na gestão da educação básica brasileira: a cultura na implementação de políticas públicas. Campinas, SP: Autores Associados. 2011.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra, 1974.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.29, nº.1, jan./jun. 2003. p. 167-182.

GONÇALVES, Luiz Alberto; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento negro e educação. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: Autores Associados, ANPED, 2000. n. 15, p. 134-158.

MUNANGA. Kabengele. Superando o Racismo na escola. 2ª Ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

Disciplina: EPS13394 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO EDUCACIONAL

Ementa

Análise das condições concretas do trabalho de gestão educacional e seus efeitos em espaços de educação formal. Diagnóstico, planejamento e intervenção na gestão educacional nas instituições campo de estágio. Produção de ações compartilhadas entre universidade e as escolas campo, potencializando os processos de formação inicial e continuada de gestores educacionais.

Objetivos

Geral

- relacionar teoria e prática no campo da gestão educacional;
- analisar os diversos contextos de atuação do gestor no espaço da educação escolar.

Específicos :

- articular bibliografia sobre a realidade da gestão educacional brasileira à realidade de secretarias de educação e instituições de ensino;
- coletar e analisar dados sobre organização e funcionamento das secretarias de educação e das escolas, cotejando-os com os da realidade estadual e nacional;
- relacionar a legislação educacional brasileira à realidade dos sistemas e instituições de ensino;
- descrever, analisar e problematizar a instituição de ensino como campo de estágio;
- sistematizar propostas de avaliação e aprimoramento da gestão escolar.

Bibliografia Básica

CUNHA, Célio; SILVA, Maria Abadia (Orgs.). Pensamento pedagógico e políticas de educação . Brasília: FAE-UNB/ Liber Livro, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola : teoria e prática. 5.ed.Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

VIEIRA, Sofia Lerche. Educação Básica : política e gestão da escola. Brasil: Líber Livro, 2009

Bibliografia Complementar

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil . Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei 9.394, de dezembro de 1996 . Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 . Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 04 de 13 de julho de 2010 . Define diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica.

_____. Lei 13.005, de 25 junho de 2014 . Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Legislação educacional brasileira . Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FORTUNA, Maria Lúcia A. Gestão escolar e subjetividade . São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000.

LIMA, Licínio. A escola como organização educativa : uma abordagem sociológica. São Paulo: Cortez, 2001.

MENDONÇA, Erasto F. A regra e o jogo : democracia e patrimonialismo na educação brasileira. Campinas: FE/Unicamp, 2000.

OLIVEIRA, Dalila A. Educação Básica : gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis: Vozes, 2000.

PARO, Vitor Henrique. Qualidade de ensino : a contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2000.

VEIGA, Ilma Passos A.(Org.). Projeto político-pedagógico da escola : uma construção possível. 6. ed. Campinas: Papirus, 1995.

VIEIRA, Sofia Lerche (Org.). Gestão da escola : desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002

(Biblioteca ANPAE).

Disciplina: LCE13395 - FUNDAMENTOS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Ementa

Fundamentos históricos da educação de surdos. Aspectos linguísticos da língua de sinais. A cultura e a identidade surda. Legislação específica. Sinais básicos para conversação.

Objetivos

- Analisar o conjunto de estudos sobre surdos e sobre a surdez numa perspectiva da língua de sinais enquanto língua de grupo social.
- Compreender as relações históricas entre língua, linguagem, língua de sinais.
- Conhecer as teorias e as pesquisas sobre surdos e sobre a língua de sinais e seu uso nos espaços escolares;
- Inserir um vocabulário mínimo de língua de sinais para conversação;
- Proporcionar o conhecimento de aspectos específicos das línguas de modalidade visual-espacial.

Bibliografia Básica

GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda . 1 a. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LACERDA, Cristina Broglia de Feitosa. Intérprete de LIBRAS: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental . 1. ed. Porto Alegre: Editora Mediação/FAPESP, 2009.

QUADROS, Ronice Muller de. KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Lingüísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar

FERNANDES, Eulália (Org.). Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005.

LODI, A. C. B.; LACERDA, C. B. F. (org.) Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização . Porto Alegre: Mediação, 2009.

LOPES, Maura Corcini. Surdez & Educação . Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SKLIAR, C.(org.) A Surdez: um olhar sobre as diferenças . Porto Alegre: Mediação,1998.

VIEIRA-MACHADO, Lucyenne Matos da Costa. Os surdos, os ouvintes e a escola: narrativas traduções e histórias capixabas . Vitória: Edufes, 2010.

Disciplina: TEP13396 - INTRODUÇÃO À PSICOPEDAGOGIA

Ementa

As interfaces da Psicologia com a Pedagogia no Brasil. Raízes históricas das concepções sobre o fracasso escolar. O conceito de normal e patológico e a criação de normas de existência. O diagnóstico dos problemas de aprendizagem: patologização e medicalização da educação. Orientação à queixa escolar.

Objetivos

- Produzir reflexões acerca das interfaces da Psicologia com a Pedagogia no Brasil.

- Refletir sobre as raízes históricas das concepções sobre o fracasso.

- Identificar os principais aspectos envolvidos no diagnóstico dos problemas de aprendizagem.

Bibliografia Básica

PATTO, M. H. S. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

SOUZA, B. P. (org.) Orientação à queixa escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

VIÉGAS, L. de S., et al. (orgs.) Medicalização da Educação e da Sociedade: ciência ou mito? Salvador: EDUFBA, 2014.

Bibliografia Complementar

Canguilhem, G. O normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO (org.) Medicalização de Crianças e Adolescentes: Conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO Paulo (org). Dislexia: subsídios para políticas públicas / Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – São Paulo: CRPSP, 2010. Disponível no link: http://www.crpssp.org.br/medicalizacao/arquivos/caderno_8.pdf

UNTOIGLICH, G. (org) En La infancia los diagnósticos se escriben con lápiz: la patologización de las diferencias en la clínica y la educación. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didáctico, 2014.

TANAMACHI, E. R.; ROCHA, M. L.; PROENÇA, M. (Orgs.). Psicologia e educação: desafios teórico-práticos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

Disciplina: TEP13397 - PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO

Ementa

Público-alvo da Educação Especial e suas especificidades; Processos de desenvolvimento e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação na educação básica e demais modalidades de ensino. Contribuições da legislação educacional para o atendimento às demandas de estudantes indicados à educação especial; Articulação entre família e instituição de ensino no processo de escolarização de estudantes público-alvo da educação especial.

Objetivos

Conhecer o público-alvo da educação especial, seus processos de desenvolvimento e aprendizagem, tomando por referência a transversalidade da modalidade de ensino em educação especial nos demais níveis e modalidades de ensino.

Refletir sobre as contribuições da legislação educacional para o atendimento às demandas de estudantes indicados à educação especial;

Argumentar sobre a articulação entre família e instituição de ensino no processo de escolarização de estudantes público-alvo da educação especial.

Bibliografia Básica

Cadernos Cedes. A educação e a inclusão social de sujeitos com deficiência visual. Campinas, vol. 28, n. 75, maio/ago. 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

Cadernos Cedes. Educação, Surdez e Inclusão Social. Campinas, vol. 26, n. 69, maio/ago. 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

PADILHA, A. M. L.; Práticas Pedagógicas na Educação Especial : a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

Bibliografia Complementar

CHIOTE, F. de A. B. Inclusão da criança com autismo na educação infantil : trabalhando a mediação pedagógica. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

DRAGO, Rogério . Síndromes: conhecer, planejar e incluir. Rio de Janeiro: WAK, 2013.

MATURANA, A. P. P.; CIA, F. Educação especial e a relação da família-escola: análise da produção científica de teses e dissertações. In: Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional . São Paulo, Volume 19, Número 2, maio/ago. de 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pee/v19n2/2175-3539-pee-19-02-00349.pdf>

OLIVEIRA, I. M. (Orgs.). Autismo e inclusão escolar : percursos, desafios, possibilidades. Curitiba, PR: CRV, 2015.

VICTOR, S. L. (Org.); DRAGO, Rogério (Org.) ; CHICON, J. F. (Org.). A Educação Inclusiva de crianças, adolescentes, jovens e adultos : avanços e desafios. Vitória: EDUFES, 2013.

Disciplina: TEP13398 - EDUCAÇÃO ESPECIAL: INCLUSÃO, PRÁTICAS CURRICULARES,

Ementa

Processos inclusivos de estudantes público-alvo da Educação Especial na Escola comum: possibilidades e desafios; Práticas curriculares direcionadas aos estudantes público-alvo da educação especial; Processos avaliativos de identificação, planejamento e atendimento educacional especializado aos estudantes indicados à Educação Especial.

Objetivos

Construir conhecimentos a respeito dos processos inclusivos de estudantes público-alvo da educação especial na escola comum no que se referem às suas possibilidades e aos seus desafios;

Refletir sobre as práticas curriculares direcionadas aos estudantes público-alvo da educação especial;

Debater a respeito dos processos avaliativos de identificação, planejamento e atendimento educacional especializado aos estudantes indicados à educação especial.

Bibliografia Básica

JESUS, D. M. ; VICTOR, S. L. ; GONCALVES, A. F. . Formação, Práticas Pedagógicas e Inclusão Escolar no Observatório Estadual de Educação Especial . 1 ed. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015.

MENDES, E. G.; CIA, F.; D’AFFONSECA, S. M. (Org.). Inclusão escolar e a avaliação do público-alvo da educação especial . 1 ed. São Carlos: Marquezine & Manizini: ABPEE, 2015.

VICTOR, S. L.; DRAGO, R.; CHICON, J. F. (org.). Educação Especial e Educação Inclusiva : conhecimentos, experiências e formação. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2011.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, M. L.; RAMOS, I. O. (org.). Diálogos sobre práticas pedagógicas inclusivas . Curitiba: Appris, 2012.

ALMEIDA, M. L.; RAMOS, I. O. (org.). Prática pedagógica inclusiva : a diferença como possibilidade. Vitória, ES: GM, 2009.

CUNHA, E. Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade . Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

SOARES, M. A. L.; CARVALHO, M. F. (org.). O professor e o aluno com deficiência . São Paulo: Cortez, 2012.

JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S. C.; VICTOR, S. L. (Org.). Inclusão : práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. 2. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

Disciplina: TEP13399 - EDUCAÇÃO ESPECIAL: PROCESSOS DE ENSINO-

Ementa

Processos de ensino-aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial e os caminhos alternativos à sua aprendizagem; organização da escola para atender aos processos de escolarização dos estudantes público-alvo da educação especial; Atendimento Educacional Especializado: serviços e apoios.

Objetivos

Construir conhecimentos a respeito dos processos de ensino-aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial e os caminhos alternativos à sua aprendizagem.

Trocar ideias em debate sobre a organização da escola para atender aos processos de escolarização dos estudantes público-alvo da educação especial;

Refletir a respeito do atendimento educacional especializado em relação os seus serviços e apoios;

Bibliografia Básica

VICTOR, S. L. V.; DRAGO, R.; PANTALEÃO, E. (org.). Educação Especial : indícios, registros e práticas de inclusão. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

MENDES, E. G.; CIA, F.; TANNÚS-VALADÃO (Org.). Inclusão escolar em foco : organização e funcionamento do atendimento educacional especializado. 1ed. São Carlos: Marquezine & Manizini: ABPEE, 2015.

GÓES, Maria Cecília R. de. Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação: contribuições da abordagem histórico-cultural. In: OLIVEIRA, Marta K. de; SOUZA, D. T. R.; REGO, T. C. (Orgs.). Psicologia, Educação e as temáticas da vida contemporânea . São Paulo: Moderna, 2002. p. 95-114.

Bibliografia Complementar

BARROCO, S. M. S.; LEONARDO, N. S. T.; SILVA, T. S. A. (Org.). Educação Especial e Teoria Histórico-Cultural : em defesa da humanização do homem. Maringá: Eduem, 2012.

CAIADO, Katia Regina Moreno. Trajetórias escolares de alunos com deficiência . Ed. 1. São Carlos: EduFSCar, 2013.

MENDES, E. G.; MALHEIRO, C. A. L. Salas de recursos multifuncionais : é possível um serviço "tamanho único" de atendimento educacional especializado? In: MIRANDA, T. G.; FILHO, T. A. G. (Org.). O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. EDUFBA: Salvador, 2012.

PLETSCH, M. D. Educação Especial e inclusão escolar: problematizando a relação entre diretrizes políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. Dossiê. Educação Especial e Inclusão: das políticas públicas às práticas educativas. Poésis Pedagógica - Revista do PPGEDUC - Universidade Federal de Goiás.

OLIVEIRA, I.M; RODRIGUES, D.; JESUS, D.M. Formação de professores, práticas pedagógicas e inclusão escolar. Vitória-ES: Edufes, 2017.

Disciplina: TEP13400 - EDUCAÇÃO, DIFERENÇA E INCLUSÃO**Ementa**

Diferentes abordagens sobre a Educação Inclusiva; Perspectivas histórico-conceitual-filosófica referente à educação; Legislação e políticas na perspectiva da pedagogia inclusiva no Espírito Santo e Brasil; os sujeitos da educação e o cotidiano escolar e suas diferenças em uma prática inclusiva.

Objetivos

Conhecer as diferentes abordagens sobre a Educação Inclusiva;
Compreender as perspectivas histórico-conceitual-filosófica referente à educação
Analisar a legislação e políticas na perspectiva da pedagogia inclusiva no Espírito Santo e Brasil;

Bibliografia Básica

LARROSA, J.; SKLIAR, C. (Org.). Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
NAJMANOVICH, D. O sujeito encarnado. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
FURLANI, Jimena. Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autentica, 2011.

Bibliografia Complementar

SKLIAR, C. O ensinar enquanto travessia. Salvador: EDUFBA, 2014
SKLIAR, C. Pedagogia (improvável) da diferença. E se o outro não estivesse aí?. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
LARROSA, J. Linguagem e educação depois de Babel. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. MEC SEESP, 2001. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>
BRASIL, MEC. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2189-gde-2009-livro-de-conteudo-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192

Disciplina: TEP13401 - CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**Ementa**

Fundamentos do currículo e a educação infantil. Modelos curriculares para a infância. Referências curriculares governamentais para a Educação Infantil. Acompanhamento e análise crítica de currículos.

Objetivos

A) Identifiquem fundamentos históricos, políticos e filosóficos subjacentes ao currículo na educação infantil;
b) Analisem diferentes modelos curriculares para a educação da infância;
c) Analisem os principais documentos oficiais produzidos pelo Ministério da Educação que apresentam orientações curriculares para a educação infantil.
d) Identifiquem as contribuições de propostas e/ou orientações curriculares de diferentes municípios para a organização dos tempos e dos espaços nas instituições de educação infantil.
e) Conheçam os principais componentes de um projeto político-pedagógico para a educação infantil.
f) Reflitam sobre os principais desafios colocados ao professor e ao gestor no que se refere ao trabalho pedagógico na educação infantil

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Básica. Resolução nº 5, de 17/12/2009 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em: <<http://www.cesarcallegrari.com.br/files/legislacoes/CEB05-2009.pdf>>. Acesso em 25 nov. 2012.

_____. Base Nacional Curricular Comum: Educação Infantil – 2ª versão. Disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>>. Acesso em 24 jan. 2017.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J., Modelos curriculares para a infância: construindo uma práxis de participação. Porto: Porto Editora, 2013.

Bibliografia Complementar

BARBOSA, M. C. S. Projeto político-pedagógico para a educação infantil. In: REDIN, E, et al. (Org.). Infâncias: cidades e escolas amigas da criança. Porto alegre: Mediação, 2007.

KRAMER, S. Propostas pedagógicas ou curriculares de educação infantil: para retomar o debate. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 24, 2004, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPED, 2004. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/24/T0752393686166.doc>. Acesso em: 27 mar. 2014.

MARSIGLIA, A. C. G. A prática pedagógica histórico-crítica na educação infantil e no ensino fundamental. Campinas; SP: Autores Associados, 2011.

OLIVEIRA, Z. M. O currículo na educação infantil: o que propõem as novas diretrizes Nacionais?, Consulta Pública sobre Orientações Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1096&id=15860&option=com_content&view=article e. Acesso em 30/01/2017.

OSTETTO, L. E. (Org.) Encontros e encantamentos na educação infantil. Campinas; SP: Papirus. 2007.

VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Educação/Gerência de Educação Infantil. Educação Infantil: um outro olhar. Multiplicidade, 2006.

Disciplina: TEP13402 - CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE: PRODUÇÃO DE

Ementa

Corpo, gênero e sexualidade como dispositivo disciplinador e de controle nos/dos e com os processos educacionais, culturais e políticos. Pedagogias da exualidade/corpo/gênero na fabricação do sujeito que importa para a educação e trabalho. Biopolítica, governamentalidade e educação. Necropolítica e Educação.

Objetivos

ensionar as categorias de análise: identidade, diversidade, diferença, normal, anormal como campos de disputas políticas e educacional e suas reverberações na produção de corpos e gêneros que importam;

Compreender os processos pedagógicos e educacionais como ferramentas a serviço da vida e afirmação da diferença;

Problematizar os corpos e gêneros que resistem e criam outras formas de existir com a educação e as políticas públicas

Analisar e desenvolver contra-dispositivos que contribuem para afirmação e produção de uma

escola e processos educativos mais justos e igualitários.

Bibliografia Básica

GADELHA, Silvio. Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogia da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 15.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Bibliografia Complementar

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: a vontade de saber. 1ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2014.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 7ªed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). O sujeito da educação: estudos foucautianos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SKLIAR, Carlos. Pedagogia improvável da diferença: e se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Disciplina: TEP13403 - COTIDIANOS ESCOLARES, MÚLTIPLAS LINGUAGENS E

Ementa

Sentidos das escolas em suas múltiplas linguagens. Diferença, hibridismo cultural e diversidade. Experiência, inventividade e as dimensões éticas, estéticas e políticas das práticas cotidianas. Devir, bons encontros, currículos em redes e a afirmação das vidas no plano da imanência.

Objetivos

Compreender os diferentes sentidos das escolas em suas múltiplas linguagens;
Analisar as práticas cotidianas a partir da experiência, inventividade e as dimensões éticas, estéticas e políticas;
Compreender o cotidiano escolar como potência micropolítica na produção de currículos em redes.

Bibliografia Básica

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1996.

GALLO, Silvio. Deleuze & a Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VEIGA-NETO, Alfredo. Foucault & a Educação. Belo Horizonte: autêntica, 2004.

Bibliografia Complementar

CORAZZA, Sandra. Artistagens: filosofia da diferença e educação. Belo Horizonte: a autêntica, 2006.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. Diálogos. Lisboa: Relógio D'Água, 2004.

LARROSA, Jorge. Linguagem e educação depois de babel. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MASSCHELEIN, Jan; Simons. Em defesa da escola: uma questão pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. O mestre ignorante. Belo Horizonte: autêntica, 2004.

Disciplina: LCE13404 - TÓPICOS ESPECIAIS: LINGUAGEM NA ESCOLA

Ementa

Análise e reflexão dos processos de ensino/aprendizagem da linguagem e da língua portuguesa no cotidiano da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental a partir das contribuições da linguística e da linguística aplicada.

Objetivos

- Refletir e debater sobre aspectos teórico-metodológicos que fundamentem práticas de leitura de gêneros textuais, e de textos da literatura infantil, em sala de aula;
- Planejar propostas de práticas de leitura e de produção textual, destinadas à Educação Infantil e aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Bibliografia Básica

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). Por uma linguística aplicada indisciplinar. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2008.

RIOLFI, Claudia et al. Ensino de língua portuguesa. São Paulo: Autêntica, 2008.

ROJO, Roxane; CORDEIRO, Gladís Sales (Org.). Gêneros orais e escritos na escola . 2. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

Bibliografia Complementar

BATISTA, Adriana Santos; PEREIRA, Aline Maria dos Santos; KALLARRARI, Celso (Org.). Linguística e ensino de língua portuguesa. São Paulo: Opção, 2014.

BEZERRA, Maria Auxiliadora; REINALDO, Maria Augusta. Análise linguística, afinal, a que se refere?. São Paulo: Cortez, 2008.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. A língua falada no ensino de português. 5. ed. -. São Paulo: Contexto, 2003.

MAGALHÃES, Maria Cecília Camargo; FIDALGO, Sueli Salles (Org.). Questões de método e de linguagem na formação docente. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

MORAIS, Artur Gomes de (Org.). O aprendizado da ortografia. 2. ed. - Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVA, Alexsandro; PESSOA, Ana Cláudia; LIMA, Ana (Org.). Ensino de gramática: reflexões

sobre a língua portuguesa na escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PTSILVA, Rosa Virgínia Mattos e. Contradições no ensino de português: a língua que se fala X a língua que se ensina. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

ZORZI, Jaime Luiz. Aprender a escrever: a apropriação do sistema ortográfico. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Disciplina: LCE13405 - FORMAÇÃO DO LEITOR: LITERATURA EM ESPAÇOS

Ementa

Textos literários infantis e juvenis (escritos, orais, verbais, visuais) de diferentes gêneros e em variados suportes. Produção literária infantil e juvenil brasileira nos séculos XX e XXI (incluindo as de matrizes africana, afro-brasileira e indígena) em correlação com educação formal, políticas públicas para o livro e a leitura, crítica literária, sistema editorial e consumo. Abordagens teórico-práticas da formação de leitores e do trabalho pedagógico com a literatura infantil e juvenil nos espaços escolares.

Objetivos

- Conhecer brevemente a história da constituição da infância, da literatura infantil e juvenil e do livro para a criança e o jovem.
- Compreender criticamente inter-relações entre a formação docente, o trabalho pedagógico e o processo educacional, no que diz respeito à formação de leitores
- Correlacionar as orientações de documentos oficiais com os fundamentos teórico-práticos que os embasam, no que diz respeito à formação de leitores.
 - Fundamentar teórica e metodologicamente processos e procedimentos no ensino-aprendizagem da leitura e da literatura.
 - Avaliar criticamente materiais comumente adotados pelas instituições escolares nos processos formais de educação leitores e literária.

Bibliografia Básica

CADEMARTORI, Lígia. O professor e a literatura: para pequenos, médios e grandes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GREGORIN FILHO, José Nicolau. Literatura infantil: múltiplas linguagens na formação de leitores. São Paulo: Melhoramentos, 2010.

ZILBERMAN, Regina. Como e por que ler a literatura infantil brasileira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

Bibliografia Complementar

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. Literatura infantil: teoria e prática. 18. ed. São Paulo: Ática, 2006.

DALVI, Maria Amélia; REZENDE, Neide Luzia de; JOVER-FALEIROS, Rita. Leitura de literatura na escola. São Paulo: Parábola, 2013.

HUNT, Peter. Crítica, teoria e literatura infantil. Trad. Cid Knipel. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

LEAHY, Cyana. A leitura e o leitor integral: lendo na biblioteca da escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MORAES, Fabiano; SANTOS, Fábio Cardoso dos. Alfabetizar letrando com a literatura infantil. São Paulo: Cortez, 2013.

MORAES, Fabiano; VALADARES, Eduardo; AMORIM, Marcela Mendonça. Alfabetizar letrando na biblioteca escolar. São Paulo: Cortez, 2013.

PAIVA, Aparecida; SOARES, Magda (Org.). Literatura infantil: políticas e concepções. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ZILBERMAN, Regina. A literatura infantil na escola. 11. ed. São Paulo: Global, 2003.

ZILBERMAN, Regina; LAJOLO, Marisa. Literatura infantil brasileira: história & histórias. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

Disciplina: TEP13406 - ESCOLA: APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

Ementa

Aprendizagem e desenvolvimento: os desafios da escola. O desenvolvimento psicológico e a educação escolar. Ensino, Aprendizagem e mediação pedagógica.

Objetivos

- Analisar os processos de ensino e aprendizagem em diferentes perspectivas teóricas.
- Discutir as teorias da aprendizagem e suas interfaces com a educação.
- Compreender as abordagens de desenvolvimento psicológico e suas implicações na educação escolar.

Bibliografia Básica

FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DAVIDOFF, L. L. Introdução à Psicologia. São Paulo: Pearson Makron Books, 2001.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 2001.

Bibliografia Complementar

KASTRUP, Virgínia. A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo de cognição. Campinas, SP: Papirus, 1999.

MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice. Campinas-SP: Autores Associados, 2016.

PIAGET, J. A Teoria de Piaget. In: CARMICHAEL, L. Manual de Psicologia da criança. São Paulo EPU, 1975. v. 4 -

VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 10. ed. São Paulo: Ícone, 2006.

WALLON, H. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Disciplina: EPS13407 - TRABALHO E EDUCAÇÃO

Ementa

O mundo do trabalho e a formação humana. Fundamentos da Economia Política. As relações históricas entre educação, economia e sociedade. Trabalho, conhecimento e os processos educativos na história brasileira. O emprego no contexto da globalização do capital e as dimensões ética, política e econômica da qualificação da força de trabalho. A produção social da vida humana pelo trabalho e as práticas educativas que ocorrem no plano institucional e nas diversas instâncias dos movimentos sociais. O direito do trabalhador à educação e as perspectivas históricas e ontológicas da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

Objetivos

OBJETIVO GERAL

Compreender o trabalho como princípio educativo;
Discutir as transformações do mundo produtivo no contexto da globalização econômica;
Analisar as políticas de formação profissional no contexto atual;
Relacionar a formação do ensino médio com a educação profissional;
Analisar a escola, os profissionais e o mundo do trabalho.

Bibliografia Básica

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. In: Retratos da Escola. Brasília, v. 5, n.8, 2011.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. Ensino médio no Brasil: os desafios das políticas de garantia do direito a sua universalização. In Linhas Críticas, Brasília, DF, v.17, n. 34, 2011.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Edna Castro. Entre a Inclusão Social e a Integração Curricular: os dilemas políticos e epistemológicos do PROEJA. In: Revista Educação e Realidade . Porto Alegre: v. 35, n. 1, 2010. p. 87-108.

FRIGOTTO, G. e CIAVATTA, M. (Org). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M. e RAMOS, M. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. In Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, nº 92, 2005.

GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

KUENZER, A. A Formação de professores para o Ensino Médio: velhos problemas, novos desafios. In Educação & Sociedade, Campinas, v. 32, nº 116, 2011.

MACHADO, L.R.S. Politécnica, escola unitária e trabalho. São Paulo: Cortez, 1989.

MANACORDA, M.A. Marx e a pedagogia moderna. Campinas: Alínea, 2007.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v.12, nº 34, 2007.

SIMOES, Carlos Artexes. Políticas públicas do ensino médio: iniciativas governamentais e o Ensino Médio Inovador. In: Retratos da Escola. Brasília, v. 5, n. 8, 2011. p. 111-125

Disciplina: LET09513 - Literatura Infantil e Juvenil

Ementa

Estudo de obras e autores representativos do gênero, destacando-se suas características gerais e sua inserção no contexto histórico nacional e internacional. A problemática do gênero; sua historicidade e relação com a Pedagogia. A Literatura infantil no contexto da escola brasileira atual. Literatura Infantil e Ideologia. Texto e imagem nos livros infantis.

Objetivos

- Proporcionar ao aluno uma visão introdutória a história da constituição da infância, da literatura infantil e juvenil e do livro para a criança e o jovem.
- Orientar o aluno na compreensão crítica das inter-relações entre a formação docente e o processo educacional, no que diz respeito à formação de leitores
- Proporcionar ao aluno discussão crítica a respeito da literatura infantil e juvenil no contexto escolar e suas implicações ideológicas.

Bibliografia Básica

CARVALHO, B. V. de. A literatura infantil: visão histórica e crítica. 6. ed. São Paulo: Global, 1989.

MARTHA, A. A. P. (Org.). Tópicos de Literatura Infantil e Juvenil. Maringá: Eduem, 2011.

ZILBERMAN, R. A literatura infantil na escola. 11. ed. São Paulo: Global, 2003.

Bibliografia Complementar

COELHO, N. N. Literatura infantil: teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2000.

COENGA, R. (Org.). Leitura e literatura infanto-juvenil: redes de sentido. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2010.

Disciplina: ERN02890 - EDUCACAO AMBIENTAL

Ementa

Noções sobre o funcionamento dos ecossistemas. Níveis de organização dos seres vivos nos ecossistemas. Os biomas brasileiros. Fatores bióticos e abióticos e suas influências sobre os organismos terrestres e aquáticos. Meio ambiente e Sociedade. Ecossistemas. Desenvolvimento Sustentável. Histórico da Educação Ambiental no Brasil e no Mundo Conceitos sobre educação ambiental e noções do papel da Educação ambiental na construção da sustentabilidade, tal como na reciclagem. Políticas de Educação Ambiental Estadual, Nacional e Internacional. As legislações ambientais e sobre Educação ambiental estadual e nacional. Desenvolvimento de projetos em espaços formais e não formais. A importância da educação ambiental na construção da responsabilidade socioambiental do cidadão.

Objetivos

Conhecer o Histórico e discutir os conceitos de natureza e seus papéis na Educação ambiental visando o desenvolvimento sustentável. Analisar os temas envolvendo degradação ambiental e discussão sobre educação e ação ambiental no Brasil e no mundo.

Discutir as práticas pedagógicas para tornar as ações governamentais e a contribuição dos cidadãos e da sociedade mais efetivas no combate aos impactos socioambientais.

Analisar formas de construir ações ambientais pedagogicamente adequadas e que se tornem

instrumentos de fato, nas escolas e fora delas na implementação de mais sustentabilidade ao modelo de desenvolvimento vigente.

Estudar os diferentes ecossistemas e os principais Biomas brasileiros e suas principais funções ecológicas.

Discutir o Meio ambiente e Sociedade visando o Desenvolvimento Sustentável: noções de economia ecológica; a variável ambiental nas organizações; o significado de Créditos de Carbono e energias renováveis; noções de Aquecimento Global e o controle e prevenção da poluição. Noções de Licenciamento ambiental e dos instrumentos de minimização dos impactos ambientais.

Discutir a base legal e institucional para meio ambiente, especialmente a legislação que envolve a Educação ambiental.

Bibliografia Básica

APRENDER, brincando com a natureza. Salvador, BA: [s.n.], 2005. nv. (Conectar pessoas com a natureza).

DIAS, Genebaldo Freire. Atividades interdisciplinares de educação ambiental: práticas inovadoras de educação ambiental. 2. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Gaia, 2006. 224 p.

RICKLEFS, Robert E. A economia da natureza. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. xxiv, 546 p.

SILVA, Miriam do Amaral Jonis. Ciências III: os seres vivos e as relações ecológicas. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Núcleo de Educação Aberta e a Distância, 2006. 56 p.

Bibliografia Complementar

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. DIRETORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.; SILVA, Fábio Deboni. Centros de educação ambiental no Brasil: manual de orientação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 25 p.

MAURY, Cilúlia Maria. (Org.) BRASIL. Biodiversidade brasileira: avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros. Brasília, DF: MMA-SBF, 2002. 404 p.

MEC. Evolução Histórica Da Educação Ambiental. Brasília, 2005, 61 P.

MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. À Sombra Das Árvores – Transdisciplinaridade E Educação Ambiental Em Atividades Extraclasse. São Paulo: Chronos, 2003.

_____. Conservar e criar: natureza, cultura e complexidade. São Paulo: SENAC São Paulo, 2005. 255 p.

MININNI-MEDINA, N.; Santos, E. C. Educação Ambiental: Uma Metodologia Participativa De Formação. Petrópolis - RJ: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Elísio Marcio de. Cidadania e educação ambiental: uma proposta de educação no processo de gestão ambiental. Brasília: IBAMA, 2003. 233 p

WOOD, David S.; WOOD, Diane Walton. CENTRO PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL E MEIO AMBIENTE INSTITUTO DE RECURSOS MUNDIAIS. SERVIÇO DE PESCA E VIDA SILVESTRE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Como planejar um programa de educação ambiental.[S.l.]:WRI: FWS: 2008.52 p.

Disciplina: FIL05060 - Introdução a Filosofia

Ementa

O que é Filosofia. As questões centrais da tradição filosófica. Análise filosófica do mundo atual. Filosofia e conhecimento. Filosofia contemporânea. Temas de Filosofia para formação acadêmica específica do Curso.

Objetivos

Conhecer e Aplicar importantes temas filosóficos a partir de um panorama dos movimentos mais significativos da história do pensamento ocidental.

Desenvolver atividades de análise e reflexão que, além de possibilitarem a fixação do conteúdo básico, estimulam o desenvolvimento do raciocínio, do questionamento, da discussão filosófica. Refletir a filosofia e sua articulação interdisciplinar (impulsionando ou catalizando outras áreas do conhecimento) na busca de compreender a realidade.

Objetivo Geral:

Fundamentar estudos que facilitam o alargamento da consciência crítica, para o exercício da capacidade humana de se interrogar e para uma participação mais ativa na comunidade em que vive.

Bibliografia Básica

ARANHA, Maria Lúcia de A. e MARTINS, Maria Helena P. Filosofando: introdução à filosofia. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1993.

BORNHEIM, Gerd A. Introdução ao filosofar. 8 ed. Rio de Janeiro: Record. 1980.

BUZZI, Arcangelo R. Introdução ao pensar. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

CHAUÍ, Marilena . Convite à Filosofia. São Paulo: Ática 1988.

CORBISIER, R.C.de A. Introdução à Filosofia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

CYRINO, Hélio. Filosofia hoje. 5 ed. Campinas: Papirus, 1986.

GILES, T.R. Introdução à filosofia. São Paulo: EPU/ Edusp, 1979.

MONDIN, Battista. Introdução à filosofia. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 1980.

OLIVEIRA, Admardo S. et.al. Introdução ao pensamento filosófico. 8 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

TURNBULL, Neil. Fique por dentro da Filosofia. São Paulo: Cosac & Naif, 2001.

Bibliografia Complementar

BORNHEIM, Gerd A. Introdução ao filosofar. 8 ed. Rio de Janeiro: Record. 1980.

BUZZI, Arcangelo R. Introdução ao pensar. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

CHAUÍ, Marilena . Convite à Filosofia. São Paulo: Ática 1988.

CORBISIER, R.C.de A. Introdução à Filosofia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

CYRINO, Hélio. Filosofia hoje. 5 ed. Campinas: Papirus, 1986.

GILES, T.R. Introdução à filosofia. São Paulo: EPU/ Edusp, 1979.

MONDIN, Battista. Introdução à filosofia. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 1980.

TURNBULL, Neil. Fique por dentro da Filosofia. São Paulo: Cosac & Naif, 2001.

Disciplina: EPS13408 - EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

Ementa

Pobreza e cidadania. Pobreza, direitos humanos, justiça e educação. Escola: espaços e tempo de reprodução e resistências da pobreza. Pobreza e currículo.

Objetivos

Promover reflexões e discussões sobre as relações entre Educação, Pobreza e Desigualdade Social, com enfoque nas vivências dos sujeitos da escola em circunstâncias de pobreza e extrema pobreza, em relações sociais e políticas injustas.

Bibliografia Básica

ARROYO, Miguel. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. Imagens quebradas. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

Bibliografia Complementar

BENEVIDES, Maria Victoria. Cidadania e direitos humanos. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2012.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994

REGO, Walquiria Leao; PINZANI, Alessandro. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: UNESP, 2013.

SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013.

Disciplina: EPS13409 - EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E CIDADANIA

Ementa

Estuda as complexas relações entre a educação demandada do Estado pelos diversos segmentos sociais considerados em sua diversidade cultural. Os sentidos da escolarização e os desafios da formação cidadã na perspectiva da diversidade. Explora currículos e metodologias produzidas com e pelos sujeitos das práticas pedagógicas em diferentes contextos.

Objetivos

- Retomar os fundamentos que abordam a constituição histórica do conhecimento e o paradigma da ciência moderna;
- Explorar e problematizar os conceitos de Cultura, Educação e Cidadania, bem como os conceitos de diversidade cultural, multiculturalismo, diferença cultural e interculturalidade;
- Identificar as condições históricas de surgimento do Multiculturalismo como um fenômeno histórico, filosófico e sociológico;
- Analisar as tensões entre a educação formal ofertada pelo Estado e a educação demandada pela sociedade atual;
- Discutir os desafios da formação cidadã na perspectiva da diversidade dos diferentes grupos étnico-sociais.

Bibliografia Básica

BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. (Orgs.). Educação e cidadania: quem educa o cidadão? São Paulo: Cortez, 2010.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007.

Bibliografia Complementar

Da MATTA, Roberto. O que faz o brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

FLEURI, R. M. (org). Educação intercultural: mediações necessárias. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MARTINS, José de Souza Martins. A sociabilidade do homem simples: cotidiano e a história da modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Educação como exercício de diversidade. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2005. (Coleção Educação para Todos).

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1995.

Disciplina: EPS13410 - EDUCAÇÃO DO CAMPO E DIVERSIDADE

Ementa

Experiências escolares e não escolares de fomento à educação do campo na perspectiva da diversidade, explorando currículos e metodologias produzidas a partir das práticas pedagógicas. Os sujeitos do campo e suas especificidades étnicas, culturais, políticas e geracionais. Especificidades da educação dos diferentes povos do campo. Educação do campo e a educação especial na perspectiva da inclusão.

Objetivos

Conhecer o conteúdo programático da disciplina através dos materiais bibliográficos, de depoimento de especialistas, militantes, de trabalho de campo, de exposições e de objetos e outros elementos representativos de diferentes culturas.

Formular um discurso da educação do campo e a diversidade considerando os conceitos estudados e construídos no desenvolver da disciplina.

Bibliografia Básica

CALDART, R.S. Pedagogia do movimento sem terra. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CAMINI, I. Escola itinerante: na fronteira de uma escola nova. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 169-264.

MUNARIM, A. (Org.). Educação do campo: políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas. Florianópolis, SC: Insular, 2011. 192 p. ISBN 9788574745541 (broch.).

Bibliografia Complementar

AMARAL, D.M. Mulheres da reforma agrária na educação: os significados de ser pedagoga da terra. 2014. Tese (Doutorado em Educação) Centro de Educação e Ciências Humanas,

Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. p.119-128.

Bergamaschi, M. A; MEDEIROS, J. S. História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang. Rev. Bras. Hist., 2010, vol.30, no.60, p.55-75. ISSN 0102-0188.

CAIADO, K. R.M.; FERREIRA, S.M. Educação especial na educação do campo: 20 anos de silêncio no GT15. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.17, p.93-104, Maio-Ago., 2011. Edição Especial.

CALDART, R. S.; PALUDO, C.; DOLL, J. (org) Como se formam os sujeitos do campo? Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília, PRONERA: NEAD, 2006.

MARTINS, J.S. Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 21-50

NASCIMENTO, O. S. Educação escolar quilombola: memória, vivência e saberes das comunidades quilombolas do Sapê do Norte, Escola de São Jorge. 2011. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

Disciplina: EPS13411 - DELEUZE E A EDUCAÇÃO

Ementa

O aprender na filosofia de Gilles Deleuze. Ato de adaptação, de criação, de um agenciamento complexo, que concerne às condições de possibilidade do próprio pensamento: formação da ideia e formulação do problema. O aprender vai além do saber, esposando a vida toda, inteira, em seu curso apaixonado e imprevisível. Aprender como buscar algo e não sobre o que se sabe – o ainda não existente.

Objetivos

Introduzir de forma didática à obra do filósofo francês contemporâneo Gilles Deleuze. Oferecer uma exploração inicial de questões tratadas por ele que podem fazer interface com temáticas da educação.

Bibliografia Básica

CORAZZA, Sandra. M.; TADEU, Tomaz. Composições. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é a Filosofia? Rio de Janeiro: Ed.34, 1992b.

GALLO, Silvio. Deleuze e a educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Bibliografia Complementar

DELEUZE, G. Conversações. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1998.

GILLES Deleuze: Deleuze e a educação. Direção: Regis Horta. Produção: Nathalia Godoy. Roteiro: Silvio Gallo; Renata Lima Aspis. São Paulo: Atta Mídia e Educação/Paulus 2011. Coleção: Filósofos e a Educação. 1 DVD (46 min).

EL KHOURI, Mauro Michel. Rizoma e educação: contribuições de Deleuze e Guattari. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL (ABRAPSO), XV, 2011, Maceió. Anais... Maceió: ABRAPSO, 2011. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/198.%20rizoma%20e%20educa%C7%C3o.pdf>.

Acessado em 10 mar. 2016. Grupos de trabalho Educação.

MATOS, Sônia Regina da Luz. Didática e suas forças vertiginosas. Conjectura: filosofia e educação (UCB), v. 14, p. 93-134, 2009. Disponível em <<http://www.ucs.br/site/midia/arquivos/didatica.pdf>>. Acessado em 16 maio 2013.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010.

Disciplina: TEP13412 - MARXISMO E EDUCAÇÃO

Ementa

O materialismo histórico dialético como fundamento da teoria pedagógica histórico-crítica. História, fundamentos e desenvolvimento da pedagogia histórico-crítica. A pedagogia histórico-crítica e o método pedagógico.

Objetivos

- Compreender as principais categorias do materialismo histórico dialético.
- Conhecer a gênese, estrutura e desenvolvimento da pedagogia histórico-crítica.
- Reconhecer, no método pedagógico histórico-crítico, as categorias fundantes do materialismo histórico dialético.

Bibliografia Básica

MANACORDA, M. A. Marx e a pedagogia moderna. Campinas: Alínea, 2007.

CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. O método dialético na pesquisa em educação. Campinas - SP: Autores Associados, 2014.

SAVIANI, D. DUARTE, N. (Orgs.). Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar. Campinas - SP: Autores Associados, 2012.

Bibliografia Complementar

LOMBARDI, José Claudinei. Educação e ensino na obra de Marx e Engels. Campinas: Alínea, 2011.

LOMBARDI, José Claudinei. SAVIANI, D. Marxismo e educação: debates contemporâneos. Campinas: Autores Associados, 2008.

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método em Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

NETTO, José Paulo (Org.). O leitor de Marx. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11 ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

Disciplina: EPS13413 - EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

Ementa

A constituição da categoria juventude em seus aspectos sociais, culturais e políticos. Juventude e educação básica. O trabalho educativo com as juventudes em espaços educativos escolares e não escolares. Políticas públicas para jovens. Culturas juvenis. Redes de sociabilidades juvenis. A categoria Juventude e sua relação com as noções de classe social, gênero e a questão étnico-racial.

Objetivos

Compreender, a partir de uma perspectiva multidisciplinar, o debate e a constituição dos diversos campos de estudos sobre as juventudes buscando refletir suas dimensões epistemológicas, sociopolíticas, culturais e afetivas.

Bibliografia Básica

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo M. (Org.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo,

2005.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues; MAIA, Carla Linhares (Org.). Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2014.

DAYRELL, Juarez; MOREIRA, Maria Ignez Costa; STENGEL, Márcia (Org.). Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades. Belo Horizonte, MG: PUCMinas, 2011.

Bibliografia Complementar

ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; CASTRO, Mary Garcia.; RUA, Maria das Graças. Cultivando vida desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza. 2. ed. Brasília: Unesco: Brasil Telecom, [2001].

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

QUIROGA, Ana Maria. Prefácio. In: ALVIM, R.; QUEIROZ, T; FERREIRA Júnior, T. (Org.). Jovens & juventudes. João Pessoa: PPGS: UFPB, 2005.

SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Global, 2007.

BRITTO, Sulamita (Org.). Sociologia da juventude: da Europa de Marx a América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

Disciplina: EPS13414 - FORMAÇÃO, PESQUISA E PRÁTICA EDUCATIVA

Ementa

O processo de construção do conhecimento e suas interfaces com a ação educativa em suas dimensões socioculturais, políticas, artísticas e ambientais da educação. Saberes e práticas sobre diferentes espaços educativos a partir de conceitos e linguagens próprias dos referenciais teórico-metodológicos da pesquisa, com ênfase nas várias etapas que caracterizam os processos de investigação científica.

Objetivos

- Refletir e construir conhecimento a partir de sua própria ação educativa;
- Despertar nos alunos interesse pela pesquisa científica como eixo condutor da formação do educador;
- Ler e interpretar relatórios de pesquisa na área de educação;
- Facilitar o processo de desenvolvimento de uma atitude mais crítica frente a produção do conhecimento;
- Dialogar, por meio da pesquisa, as práticas pedagógicas e de pesquisa envolvendo relatos de docentes e discentes da Universidade e da Escola.

Bibliografia Básica

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. Etnografia da prática escolar. 13. ed. Campinas: Papirus, 2007. 128 p.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

SOUZA, H. CALEFFE, L. G. Metodologia de pesquisa para o professor pesquisador. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

Bibliografia Complementar

GATTI, B. A. A construção da pesquisa em educação no Brasil. Brasília: Líber Livro, 2007.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro; PIMENTA, S. G. (Org.). Pesquisa em educação: possibilidades investigativas da pesquisa-ação. Vol. 2. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2014. v. 2. 141p.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro; Ghedin, E; PIMENTA, S. G. (Org.). Pesquisa em Educação: alternativas investigativas com objetos complexos. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2015. v. 1. 198p.

PEREIRA, J. E. D; ZEICHNER, K. M. (Orgs). A pesquisa na formação e no trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

VILELA, R. A. T. (Orgs). Itinerários de pesquisa; perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Disciplina: EPS13415 - PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE NA SALA DE AULA

Ementa

Discute os fundamentos teóricos e metodológicos da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire com ênfase na práxis docente no âmbito do currículo e na avaliação da aprendizagem.

Objetivos

- Possibilitar aos estudantes momentos de reflexão sobre proposta pedagógica de Paulo Freire, analisando exemplos concretos de práticas pedagógicas freireanas e elaborando planos de trabalho pedagógico coerentes com essa perspectiva.

Bibliografia Básica

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 31ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 41ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

Bibliografia Complementar

FREIRE, Paulo. A educação na cidade. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. Dialogando sobre disciplina com Paulo Freire. In: D'ANTOLA, Arlette. Disciplina na escola: autoridade versus autoritarismo. São Paulo: EPU, 1989.

FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não. 13ª ed. São Paulo: Editora Olho d'água, 2003.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. Trad. Adriana Lopes, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TORRES, Carlos Alberto; O'CÁDIZ, Maria del Pilar; WONG, Pia Lindquist. Educação e democracia: a práxis de Paulo Freire em São Paulo. São Paulo: Cortez: IPF, 2002.

Disciplina: TEP13416 - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

Ementa

Estudos histórico-culturais da Educação Matemática no Brasil e relações com contextos mais amplos. A constituição da Matemática escolar no contexto da legislação educacional e das práticas escolares. Movimentos de modernização da matemática escolar. As finalidades da matemática escolar em diferentes momentos históricos. Fontes históricas da Educação Matemática. A produção escolar como fonte documental para os estudos histórico-culturais da Educação Matemática.

Objetivos

- Identificar os aspectos mais significativos do desenvolvimento da Educação Matemática no Brasil.
 - Reconhecer a História da Educação Matemática enquanto campo de pesquisa e analisar os seus contributos para a prática docente em matemática.
- Elaborar relatórios de pesquisa e demais textos científicos que tenham a História da Educação Matemática enquanto temática.

Bibliografia Básica

CHERVEL, A. História das Disciplinas escolares: reflexão sobre um campo de pesquisa. In: Teoria & Educação. Porto Alegre: 1990. n.2, p. 177-229.

CHOPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. São Paulo: Educação e Pesquisa. v.30, n.3, set./dez. 2004, p. 549-566.

MIGUEL, A.; MIORIM, M. A. História na Educação Matemática: propostas e desafios. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Bibliografia Complementar

BLOCH, M. Apologia da História ou O Ofício de Historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MIGUEL, A; BRITO; CARVALHO, D, MENDES; I.A; História da matemática em atividades didáticas. 2. Ed. Ver. - São Paulo: Editora Livraria da Física, 2009.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas/SP: Editora Autores Associados, SBHE, janeiro/junho, 2001, nº 1, pp. 9-43.

KLINE, M. O fracasso da matemática moderna. São Paulo: Ibrasa, 1976.

SILVA, C. M. S. A matemática positivista e sua difusão no Brasil. Vitória/ES: EDUFES, 1999.

VALENTE, W. R. (Org.). O nascimento da Matemática do Ginásio. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2004.

Disciplina: TEP13417 - RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ementa

Aspectos teóricos e aplicados relativos ao ensino e aprendizagem de resolução de problemas na educação básica. Aspectos cognitivos da resolução de problemas. Diferentes tipos de problemas. A formulação de problemas verbais de matemática.

Objetivos

- Reconhecer a resolução de problemas enquanto uma metodologia disponível para o professor de matemática.
- Analisar as bases teóricas que avalizam o trabalho docente que serve da resolução de problemas nas aulas de matemática.
- Exercitar a elaboração e a resolução de problemas de matemática, com a devida identificação de suas potencialidades pedagógicas.

Bibliografia Básica

BRITO, M. R. F. de. (Org.) Solução de problemas e a matemática escolar. Campinas, SP: editora Alínea, 2006.

DANTE, L. R. Formulação e resolução de problemas de matemática: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2009.

KRULIK, S.; REYS, R. E. A Resolução de problemas na matemática escolar. São Paulo: Atual, 1997.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, M. Problemas? Mas que problemas?! Estratégias de resolução de problemas matemáticos em sala de aula. 5ª ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2012.

ITACARAMBI, R. R. (Org.). Resolução de problemas nos anos iniciais do ensino fundamental. São Paulo: Livraria da Física, 2010.

POZO, J. I. (Org.). A solução de problemas: aprender a resolver, resolver para aprender. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SILVA, C. M. S. Explorando as operações aritméticas com recursos da história da Matemática. Brasília: Plano editora, 2003.

SILVA, C. M. S.; SIQUEIRA FILHO, M. G. Matemática: resolução de problemas. Brasília, DF: Liber Livro Editora, 2011.

SMOLE, K. S. Resolução de Problemas. Artmed: Porto Alegre, 2000. V. 2

PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO

Conforme a Constituição Federal de 1988, o Parecer CNE/CP nº 2 de 2015, a Lei nº 9.394/1996, a "Política Nacional de Extensão Universitária", a Resolução CEPE/Ufes, nº 46/2014 e a Instrução Normativa nº 2/2016, Proex/Ufes, as atividades da universidade organizam-se em torno do tripé ensino, pesquisa e extensão, as quais devem ocorrer de maneira articulada e em uma perspectiva em que o desenvolvimento de uma dessas atividades produz subsídios para a outra. Conforme o referido parecer, a formação ofertada aos futuros profissionais da educação deve conduzir o egresso

II à construção do conhecimento, valorizando a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa;

Dessa forma, ensino, pesquisa e extensão devem compor o currículo dos cursos de Pedagogia Matutino e Noturno, organizando-se de maneira articulada e inter-relacionada.

No PPC do curso, a pesquisa configura-se de formas diferenciadas:

- no interior das disciplinas, por meio de uma postura de constante problematização sobre o contexto histórico, político e social em que a educação escolar e não escolar se delinea e de busca de subsídios para a compreensão dessa realidade;
- no desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso, momento privilegiado de identificação de temas pungentes da realidade educacional, de problematização de aspectos dessa realidade, de definição de instrumentos para melhor compreendê-la e de utilização desses instrumentos como subsídios para o aprofundamento do conhecimento dessa realidade por meio da análise de alguns de seus determinantes fundamentais;
- na participação em projetos de pesquisa desenvolvidos por núcleos de ensino, pesquisa e extensão e de laboratórios do CE, bem como no desenvolvimento de projetos de iniciação científica formalmente instituídos.
- no acompanhamento de pesquisas produzidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Ufes, o que pode ser computado nas atividades complementares do curso.

As ações de extensão no curso de Pedagogia apresentam-se sob as formas de Programas, Projetos, Cursos, Eventos e Publicações originadas de sua produção acadêmica, com a possibilidade de participação dos Núcleos e laboratórios do CE/Ufes. Além disso, a extensão também é contemplada nas disciplinas de Prática como componente curricular e no Estágio Supervisionado não obrigatório. Tais ações atendem as diretrizes de natureza acadêmica e apresentam relevância social, proporcionando relações multilaterais relevantes na formação dos estudantes.

Nas disciplinas de prática como componente curricular, o caráter extensionista é contemplado nas ações colaborativas de socialização, de conhecimentos produzidos durante as disciplinas, no que diz respeito às práticas educativas em espaços não escolares, práticas pedagógicas e de avaliação na educação e práticas de gestão na escola. No estágio não obrigatório, as ações de extensão são contempladas nas ações colaborativas de acompanhamento pedagógico aos alunos das escolas campo de estágio, no planejamento e elaboração de materiais pedagógicos e no âmbito da gestão escolar.

AUTO AVALIAÇÃO DO CURSO

A Lei nº 10.861/2004 e a Resolução CNE/CP nº 2/2015 determinam que o acompanhamento e a avaliação dos cursos de graduação devem ser sistemáticas. Assim, em consonância com o Projeto de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 (UFES, 2015), as orientações da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e a Secretaria de Avaliação Institucional (SEAVIN) da UFES, avaliações sistemáticas dos currículos dos cursos de Pedagogia Matutino e Noturno têm sido realizadas, sobretudo a partir de ações desenvolvidas pelo Colegiado de Curso e o NDE.

De acordo com o Caderno de Avaliação Pedagogia – Licenciatura-682 (UFES, 2013, p. 6), os princípios norteadores da Autoavaliação de Cursos de Graduação da UFES são:

a. ocorrer articulada à autoavaliação institucional; b. integrar as naturezas formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade; c. deter-se sobre a formação acadêmica e profissional; estabelecer um processo dialógico; observar as dimensões quantitativas e qualitativas; f. identificar potencialidades e fragilidades, e destacar pontos fortes e fracos no processo formativo; e g. requerer competências e habilidades dos atores sociais envolvidos neste processo de construção coletiva.

Em conformidade com a legislação em vigor, em seu processo de avaliação institucional, a UFES criou instâncias específicas para esse fim e desenvolveu diferentes instrumentos para acompanhar as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas, bem como de assistência estudantil e gestão, as quais auxiliam no processo de avaliação de cursos de graduação.

No âmbito do Centro de Educação, Núcleo Docente Estruturante tem. Entre suas atribuições acompanhar, avaliar e fazer proposições para a efetivação do Projeto Pedagógico do Curso, articulando dados de avaliação produzidos por diferentes setores da universidade, como:

1. Dados divulgados pela PROGRAD a respeito de avaliações dos cursos referentes a organização didático-pedagógica; o corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo; a infraestrutura e o acompanhamento de egressos.
2. Dados divulgados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) (UFES, 2014).
3. Ações variadas desenvolvidas pelo Colegiado do Curso de Pedagogia a respeito do acompanhamento pedagógico dos alunos.
4. Projetos de pesquisa sobre o curso de Pedagogia desenvolvidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da UFES.
5. Projeto Político-Pedagógico do Centro de Educação – PPP/CE (UFES, 2015), que propõe um processo de avaliação das atividades do CE a cada quatro anos.
6. Além disso, o NDE do curso de Pedagogia desenvolve, ele próprio, um processo de escuta de estudantes, professores e egressos do curso, por meio de questionários, seminários e fóruns de professores do Centro de Educação.

Para o acompanhamento e avaliação da implementação do Projeto Pedagógico dos cursos de Pedagogia Matutino e Pedagogia Noturno – 2017, serão tomados como parâmetros os princípios defendidos pela ANFOPE para a formação de professores, apresentados no item 4.1 deste PPC, bem como o documento “Avalia UFES: Guia de Avaliação Institucional 2016” (UFES, 2016).

Além desses dados, serão utilizados os seguintes procedimentos e instrumentos:

- 1- Preenchimento obrigatório de um questionário via Google docs, pelos alunos do 3º, 5º e 7º períodos para acompanhar e avaliar o andamento do curso.
- 2- Considerar os dados produzidos pela Comissão Própria de Avaliação do Centro de Educação;



3- ENADE: criar uma comissão para acompanhamento das ações necessárias à realização do Exame Nacional de Desempenho Estudantil.

ACOMPANHAMENTO E APOIO AO ESTUDANTE

A Estratégia 13.8 do Plano Nacional de Educação apresenta a importância de acompanhar e apoiar os estudantes com o objetivo de ampliar a taxa de conclusão dos cursos de graduação.

No âmbito da Ufes, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (PROAECI), criada pela Resolução nº 09 do Conselho Universitário da UFES em 10/04/2014, apresenta como principais atribuições " a execução das políticas de reserva de vagas (sistema de cotas), de assistência estudantil, de inclusão de estudantes portadores de deficiências, implementação das políticas relativas à garantia dos Direitos Humanos, objetivando a ampliação do acesso e o fortalecimento da permanência nos cursos de graduação da UFES".

Nessa direção, o PPC do curso de Pedagogia prevê as seguintes ações:

- a) apoio social ao estudante por meio da orientação e encaminhamento aos órgãos da universidade que promovem as políticas de assistência estudantil.
- b) apoio psicológico por meio do encaminhamento do estudante aos órgãos da Ufes que desenvolvem um trabalho de acompanhamento
- c) apoio para estudantes com fraco desempenho, desperiodizados e etc por meio do desenvolvimento de projetos de ensino e monitoria;
- d) apoio aos estudantes público-alvo da Educação Especial;
- e) acompanhamento da integralização por meio da implementação da Resolução nº 38/2016, CEPE/Ufes, que, tem como objetivo, de acordo com o artigo 1º: " O presente Regulamento constitui o documento regulador das ações de acompanhamento do desempenho acadêmico do(a) estudante dos cursos de graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), bem como do desligamento propriamente dito".

Perfil do Discente A formação dos discentes é o principal objetivo das ações da UFES. O discente deve aproveitar ao máximo a sua permanência na Universidade para o seu desenvolvimento pessoal, da sociedade e da Instituição, cabendo à mesma proporcionar as melhores condições para tal.

Os Discentes da UFES devem: Interagir com a comunidade interna e externa com respeito, ética e efetividade, promovendo a cidadania; Investir no seu aperfeiçoamento intelectual, cultural, profissional e pessoal, integrando os conhecimentos; Buscar continuamente desenvolver o seu espírito científico, crítico, humanístico e reflexivo; Buscar soluções para os problemas contemporâneos, em particular, nacionais e regionais; Participar de atividades extracurriculares de ensino, pesquisa, extensão, assistência e gestão, contribuindo para a sustentabilidade da Universidade e da sociedade.

São ações de apoio acadêmico/ pedagógico para a permanência dos alunos no curso de Pedagogia

- 1) Aplicação de questionário para sistematizar dados dos acadêmicos ingressantes que dever ser parâmetro para ações de apoio acadêmico e pedagógico;
- 2) Aplicação de questionários para sistematizar dados sobre a formação dos alunos formandos;
- 3) Mapeamento dos principais problemas/ dificuldades/ necessidades cotidianas enfrentadas pelos estudantes no processo educacional por meio de instrumento que se fizer pertinente. A partir do mapeamento, a coordenação de curso, em parceria com as chefias de departamento e os professores, se reúnem e buscam providências/ ações a fim de realizar o acompanhamento pedagógico dos estudantes. Fica a cargo dos envolvidos desenvolverem medidas/ações para realização do acompanhamento;
- 4) Acompanhamento do rendimento acadêmico dos estudantes;
- 5) Criar procedimentos e instrumentos de avaliação da aprendizagem.
- 6) Trabalhar em parceria com o Departamento de Apoio Acadêmico/Prograd, tendo em vista o Programa Institucional de Apoio Acadêmico (PIAA) da Ufes e a Resolução nº 36/2016,



CEPE/Ufes.

ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

O acompanhamento de egressos do curso de Pedagogia constitui-se em uma das ações inseridas no processo de acompanhamento e avaliação do currículo dos cursos matutino e noturno.

As ações de acompanhamento dos egressos do curso articulam-se com o Programa de Acompanhamento do Estudante Egresso (PAEEg), criado pela Pró-Reitoria de Graduação da Ufes no ano de 2013. Conforme o PDI/UFES – 2015-2019, os objetivos gerais do PAEEg são: fortalecer os cursos de graduação; conhecer a opinião dos estudantes egressos acerca da formação profissional e cidadã recebida; promover ações que levem à manutenção da vinculação desse grupo de estudantes à Universidade; e atender as novas exigências do MEC com relação à Avaliação Institucional (UFES, 2015).

O PDI/UFES 2015-2019 ressalta, ainda o caráter propositivo do PAEEg, na medida em que destaca que esse programa visa também a propulsionar “ações para a constante melhoria tanto da qualificação profissional e cidadã do estudante egresso como da Instituição” (UFES, 2015, p. 44).

Diante disso, as ações propostas pelo PPC do Currículos Matutino e Noturno do curso de Pedagogia são:

- Manutenção de um cadastro do Egresso: O egresso preencherá uma ficha com dados cadastrais, ao solicitar a colação de grau. O cadastro do egresso terá informações sobre telefone, e-mail, endereço e informações profissionais. A manutenção de informações sobre egressos será de responsabilidade do Colegiado que deverá manter em arquivo essa documentação por um período de 5 anos.
- Encontro de Egressos: Promover a realização de encontro de Egressos uma vez por ano, como parte das atividades do Colegiado. O encontro visa a acompanhar o processo de inserção do egresso no mercado de trabalho, identificar os principais desafios encontrados na profissão, no que tange, sobretudo, à formação.
- Manter os egressos informados sobre os eventos científicos e extensionistas realizados no Centro de Educação/Ufes: O colegiado manterá os endereços eletrônicos de egressos por um período de 5 anos e os divulgará entre os núcleos e laboratórios do CE, semestralmente, para que enviem informações sobre os eventos que realizam (seminários, congressos, cursos e etc.).
- Diálogo com as redes de ensino: O Colegiado em parceria com o CE realizará um evento bianual com a participação de secretarias municipais e estadual de educação do estado do Espírito Santo, visando ao estabelecimento de um diálogo sobre a formação de professores e pedagogos.
- Avaliação Institucional: Buscar junto à Comissão Própria de Avaliação facilitar a participação dos Egressos no processo de Auto Avaliação da IES.

NORMAS PARA ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

O estágio curricular supervisionado é um componente da organização curricular das licenciaturas, devendo ampliar e fortalecer atitudes éticas, conhecimentos e saberes sobre a docência e a gestão. O estágio supervisionado funciona “[...] como um elo entre os componentes curriculares inerentes à formação do professor do ensino básico e os da formação específica, de forma a garantir a inserção dos licenciandos na realidade escolar.” (UFES, 2015, p. 38). No Projeto Pedagógico dos cursos de Pedagogia Matutino e Noturno, o Estágio Supervisionado apresenta-se sob duas modalidades: Estágio Supervisionado Obrigatório e Estágio Supervisionado não Obrigatório.

Em consonância com o Projeto Pedagógico dos cursos de Pedagogia Matutino e Noturno do Centro de Educação da UFES, este Regulamento de Estágio Supervisionado obrigatório e não obrigatório orienta-se por princípios defendidos pela Associação Nacional de Formação de Professores (ANFOPE) no que tange à formação de professores:

A formação para a vida humana, forma de manifestação da educação omnilateral dos homens; a docência como base da formação; o trabalho pedagógico como foco formativo; a sólida formação teórica, a ampla formação cultural; a criação de experiências curriculares que permitam o contato dos alunos com a realidade da escola básica, desde o início do curso; a incorporação da pesquisa como princípio de formação; a possibilidade de vivência, pelos alunos, de formas de gestão democrática; o desenvolvimento do compromisso social e político da docência; a reflexão sobre a formação do professor e sobre suas condições de trabalho; a avaliação permanente dos cursos de formação; o conhecimento das possibilidades do trabalho docente nos vários contextos e áreas do campo educacional. (ANFOPE 2000, apud ANFOPE, 2001, p. 3).

Em consonância com a Resolução nº 74 / 2010 – CEPE/UFES, que regulamenta os estágios supervisionados dos cursos de graduação da UFES (obrigatórios e não obrigatórios) e a Resolução nº 75 / 2010 – CEPE/UFES, que normatiza os estágios supervisionados dos cursos de licenciatura da UFES, este PPC estabelece que:

- Os estágios não obrigatórios podem ser realizados somente a partir do 3º (terceiro) período, observando as normalizações estabelecidas pela UFES.
- São permitidos estágios não obrigatórios somente com carga horária de 20 horas semanais, cuja jornada não conflite com o horário do curso.
- Não é permitido ao aluno realizar, simultaneamente, mais de um estágio não obrigatório.
- O estágio não obrigatório é considerado atividade complementar. Segundo o parecer nº 776/97 do Conselho Nacional de Educação, que norteia as diretrizes curriculares dos cursos de graduação, deve-se fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão. Neste sentido, este projeto pedagógico incentiva a realização de estágios através de sua pontuação como atividade complementar.

REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE PEDAGOGIA

TÍTULO I - Das Disposições preliminares

Art. 1º O estágio supervisionado do curso de Pedagogia do Centro de Educação da UFES, seguirá as deliberações e normas estabelecidas em caráter nacional pela legislação pertinente: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96); Lei que dispõe sobre o estágio

de estudantes (Lei, nº 11.788/2008); Parecer CNE/CP nº 2/2015; Resolução CNE/CP, nº 2 / 2015; Diretrizes CNE/CP 01/2006 e em caráter específico pela PROGRAD-UFES, por meio da Resolução nº 75 / 2010 - CEPE/UFES, que normatiza os estágios supervisionados dos cursos de licenciatura da UFES.

Parágrafo único. O Centro de Educação (CE) ficará responsável pelos estágios do curso de Pedagogia, assim como das demais licenciaturas da UFES.

TÍTULO II - Da Natureza e Finalidade do Estágio

Art. 2º O estágio é um componente curricular obrigatório do Curso de Pedagogia, definido no artigo 82 da Lei nº 9394/96, deve ser a culminância formativa da relação teoria e prática e é o momento da formação em que o licenciando tem contato com o exercício profissional, desenvolve atividades orientadas em ambientes próprios da área profissional além de dar ao aluno do curso a oportunidade de exercitar a futura atividade.

Art. 3º O estágio deve ser um tempo de aprendizagem em que o aluno permanece em unidades educativas para o exercício das atividades próprias ao trabalho educativo.

Parágrafo único. Nesse tempo, o aluno deverá ter oportunidade de conhecer e vivenciar todos os espaços do cotidiano escolar.

Art. 4º O estágio supervisionado deve ser realizado, preferencialmente, em ambientes públicos e caracteriza-se por atividades educacionais que articulem intrinsecamente a prática e os conteúdos da formação acadêmica, conforme preconiza a serem cumpridas mediante disciplinas obrigatórias, perfazendo a carga horária mínima de 400 horas, conforme a Resolução CNE/CP nº 2/2015, realizadas pelo aluno sob a orientação do professor supervisor.

Parágrafo único. O estágio não gera vínculo empregatício entre o estudante e a unidade-campo de estágio.

Art. 5º O estágio supervisionado do curso de Pedagogia visa a preparar os profissionais para atribuições específicas de caráter educativo em espaços escolares, estabelecidas no art. 13 da Lei nº 9394/96, a saber:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, em articulação com a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III- zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V- ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 6º. A programação e o planejamento do estágio supervisionado deverão ser elaborados em conjunto pelo professor supervisor e o aluno respeitadas as normas do campo de estágio e resultar num Plano de Estágio.

Art.7º. A supervisão de estágio é uma atividade de ensino constante da carga horária de trabalho do professor supervisor e do departamento ao qual o professor pertence.

TÍTULO III - Das Exigências Legais

Art. 8º O estágio do curso de Pedagogia requer que:

- a) o aluno esteja regularmente matriculado na disciplina correspondente;
- b) o aluno já tenha cumprido as disciplinas que são pré-requisitos para o estágio de acordo como projeto de curso vigente no seu ingresso na UFES;
- c) o campo de estágio será em ambientes educacionais, preferencialmente, da rede pública, nas quais o aluno possa vivenciar situações de aprendizagem profissional, construídas em processo de ação-reflexão-ação.

Art. 9º Os alunos que já exercem o magistério poderão ter sua carga horária do estágio curricular diminuída em até 50%.

TÍTULO IV - Dos Aspectos Administrativos

Art. 10 A Coordenação Geral (da PROGRAD) estabelecerá convênio com instituições educacionais, para definição de campos de estágio.

Art. 11 A Coordenação de Estágio do Centro de Educação atuará como articuladora das dimensões político-pedagógicas e acadêmicas das experiências de estágios tecidas nos diversos cursos de licenciatura da Ufes, conforme prevê a Resolução nº 75 / 2010 - CEPE/UFES.

Art. 12 De acordo com a legislação atual (Resolução nº. 2 de 1/07/2015 - Art. 13º, § 1º, inciso II) este componente curricular terá 405 horas que, no curso de Pedagogia da UFES, será realizado a partir do 6º período, nos turnos matutino e noturno, distribuídas em 3 (três) disciplinas, com 135 horas cada uma.

Parágrafo único. O estágio no curso de Pedagogia será distribuído em disciplinas, denominadas Estágio Supervisionado da Educação Infantil, Estágio Supervisionado dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Estágio Supervisionado em Gestão Educacional, com carga horária de 135h cada uma, a serem oferecidas nos 6º, 7º e 8º períodos, no turno matutino e nos períodos 6º, 8º e 9º no turno noturno.

Art. 13 Os direitos e deveres dos estagiários estão determinados pela Resolução nº 75 / 2010 - CEPE/UFES.

TÍTULO V - Da Supervisão do Estágio

Art. 14 A supervisão de estágio caracteriza-se pela orientação, acompanhamento e avaliação do cumprimento das atividades inerentes à disciplina e discriminadas pelo professor supervisor da disciplina.

Parágrafo único. As competências do professor supervisor deverão estar em consonância como que propõe Resolução nº 75 / 2010 CEPE/UFES, que normaliza o estágio curricular e os estágios das licenciaturas.

Art. 15 A supervisão do estágio, conforme determinação legal, é atividade de ensino, incluída na carga horária do professor e de seu departamento.

§ 1º O acompanhamento do estágio pelos professores do curso de Pedagogia, dar-se-á de forma presencial, na Ufes e por meio de visitas periódicas à unidade campo de estágio, para orientações e /ou complementação das atividades.

§ 2º A carga horária semanal do professor supervisor, que faz acompanhamento presencial do

aluno no campo de estágio, será de uma hora para cada 3 alunos, conforme norma vigente.

§ 3º O número de alunos por turma será de 24 (vinte e quatro) cabendo, no máximo, duas turmas por professor - supervisor, por semestre letivo.

TÍTULO VI - Da Avaliação

Art. 16 A avaliação do estagiário será realizada pelo professor supervisor e deverá ter caráter processual.

Parágrafo único. A avaliação do estagiário poderá ser enriquecida de informações, comentários, observações, de caráter formativo, proveniente dos profissionais da escola.

Art. 17 Para ser aprovado na disciplina o estudante deverá:

I - ter frequência mínima regimental de 75%.

II - alcançar a média mínima determinada 5.0 (cinco).

III - ter nota final resultante do cumprimento das atividades e determinações previstas no plano de estágio.

Art. 18º Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Pedagogia.

7.3.2 REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE PEDAGOGIA

TÍTULO I - Do Estágio Não Obrigatório

Art. 1º Conforme a Resolução nº 74 / 2010, CEPE/UFES, em seu art. 7º, "Considera-se Estágio Supervisionado Curricular Não Obrigatório a atividade de natureza prático-pedagógica a ser desenvolvida pelo estudante, prevista no PPC de graduação em que estiver matriculado, sendo compatível com suas atividades acadêmicas, que contemple o ensino e a aprendizagem".

TÍTULO II - Da Carga Horária do Estágio Não Obrigatório

Art. 2º Os estágios não obrigatórios dos alunos do curso de Pedagogia devem ter carga horária máxima de 20 horas semanais.

TÍTULO III - Da Duração do Estágio Não Obrigatório

Art. 3º A duração mínima do estágio não obrigatório, na mesma unidade concedente, é de um semestre e a máxima é de dois anos.

§ 1º. No caso de duração inferior a dois anos, pode haver prorrogação, mediante aprovação pelo Departamento de Estágio, após a análise do Termo Aditivo como histórico escolar e o comprovante de matrícula, pelo menos, sete dias antes do término do Termo de Compromisso em vigor, desde que respeitado o caput deste artigo.

I - Quando se tratar de estagiário portador de deficiência, o estágio não obrigatório pode exceder o período de dois anos.

TÍTULO IV - Das Condições para a Realização do Estágio Não Obrigatório

Art. 4º Para a realização do estágio não obrigatório o estudante deve atender minimamente as seguintes condições:

I - estar regularmente matriculado;

II- ter cumprido pelo menos todas as disciplinas/atividades previstas nos dois primeiros períodos da versão curricular do curso do estudante;

III- não apresentar nenhuma reprovação em seu histórico escolar, em disciplina da área do período letivo anterior a solicitação do estágio.

Art. 5º apresentar ao Departamento de Estágio, na primeira quinzena de cada período letivo, o comprovante de matrícula atualizado e o histórico escolar incluindo o período letivo anterior.

Art.6º A continuidade do estágio fica condicionada ao aproveitamento acadêmico do estudante, que durante a realização do estágio não pode ter reprovação, sob pena de ter o seu estágio cancelado, se infringir as condições previstas no Art. 4º.

TÍTULO V - Da Seleção do Campo de Estágio Obrigatório e Não Obrigatório

Art.7º A relação dos órgãos públicos e instituições de direito privado conveniados com a UFES, onde o estágio obrigatório ou não obrigatório pode realizar-se, é elaborada pelo Departamento de Estágio e pelo Coordenador de Estágio de cada Curso, com a devida aprovação do respectivo Colegiado de Curso.

TÍTULO VI - Dos Convênios

Art.8º Os estágios são realizados em órgãos públicos e instituições de direito privado -unidades concedentes - que possuam convênio com a UFES ou com agentes de integração conveniados com a UFES, aprovados pelo Departamento de Estágio da UFES ou por representante por ele indicado.

TÍTULO VII - Do Termo de Compromisso

Art. 9º O termo de compromisso é o documento que formaliza a inserção do estudante como estagiário na unidade concedente do estágio, devidamente conveniada com a UFES ou com agentes de integração conveniados com a UFES.

Art.10 O estágio só pode ser iniciado após a completa formalização do respectivo Termo de Compromisso estabelecido pela PROGRAD.

TÍTULO VIII - Do Cancelamento do Estágio

Art. 11 O estágio poderá ser cancelado por qualquer um dos seguintes motivos:

I - solicitação do estagiário, devidamente justificada;

II - descumprimento, por parte do estagiário, das condições presentes no Termo de Compromisso;

III- não comparecimento ao estágio, sem motivo justificado, por mais de cinco dias consecutivos ou não, no período de um mês, ou por 30 (trinta) dias durante todo o período do estágio;

IV - reprovação em disciplina durante a realização do estágio;

V - conclusão ou interrupção do curso;

VI - interesse, em qualquer tempo, da unidade concedente ou da UFES, com a devida justificativa.

Art. 12º Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Pedagogia.

NORMAS PARA ATIVIDADES COMPLEMENTARES

TÍTULO I – Das Disposições Preliminares

Art. 1º O presente regulamento tem por objetivo normatizar as Atividades Complementares do Curso de Pedagogia da UFES, bem como estabelecer meios operacionais para seu acompanhamento e registro.

Art. 2º Consideram-se Atividades Complementares aquelas que, garantindo relação de conteúdo e forma com atividades acadêmicas, constituam-se como instrumentos válidos para o aprimoramento na formação básica e profissional. Seus objetivos devem convergir para a flexibilização do curso de Pedagogia no sentido de oportunizar o aprofundamento temático e interdisciplinar.

§ 1º As Atividades Complementares devem ser cumpridas durante o curso de graduação, totalizando 200 (duzentas) horas.

§ 2º As atividades desenvolvidas no Estágio Obrigatório não poderão ser computadas como Atividades Complementares, assim como as Atividades Complementares não poderão ser computadas como atividades de Estágio Obrigatório.

§ 3º As atividades Complementares realizadas pelo estudante devem constar do seu histórico escolar com o número de créditos atribuído.

§ 4º O cumprimento da carga horária das Atividades Complementares é requisito indispensável à colação de grau.

TÍTULO II -Da Coordenação de Atividades Complementares

Art. 3º A Coordenação das Atividades Complementares será exercida pelo Colegiado do Curso de Pedagogia.

§ 1º Ao Colegiado compete: aprovar as Atividades Complementares dos alunos; exigir a comprovação documental pertinente; atribuir pontuação referente às horas de Atividades Complementares de cada aluno, dentro dos tipos e limites fixados pelo Regulamento.

§ 2º Os documentos comprobatórios das Atividades Complementares, após serem visados pelo Colegiado, com a indicação do tipo e carga horária/pontuação computada, serão devolvidos aos alunos, que deverão ter a responsabilidade de guardá-los.

TÍTULO III -Da Realização das Atividades Complementares

Art. 4º Atividades complementares realizadas antes do início do curso não podem ter atribuição de créditos.

Art. 5º Atividades profissionais em áreas afins realizadas pelos alunos no decorrer do curso podem ser consideradas atividades complementares, desde que previamente autorizadas pelo Colegiado do curso de Pedagogia, ficando a atribuição de créditos a cargo deste colegiado.

Art. 6º O aluno deverá cumprir obrigatoriamente 60 horas de atividades complementares em atividades de extensão, tais como: participação em projeto ou programa de extensão universitária vinculados ao CE/Ufes; participação na organização de curso ou evento de extensão na Ufes; participação em estágios supervisionados não obrigatórios.

Art. 7º As Atividades Complementares serão desenvolvidas sem prejuízo das atividades regulares do curso.

§ 1º Para obter o registro das atividades complementares, o aluno, deverá preencher, no último período do curso (conforme prazo expedido pelo colegiado), uma ficha discriminando as atividades realizadas. Os alunos entregarão no colegiado os originais e as cópias dos documentos referentes a realização de atividades complementares. Após a conferência dos documentos pelo colegiado, os originais serão devolvidos aos alunos e em caso de dúvida, o colegiado poderá, a qualquer momento, solicitar esses documentos para uma nova conferência.

§ 2º É indispensável a apresentação da ficha devidamente preenchida e acompanhada dos documentos que comprovam a realização das Atividades Complementares, bem como o fiel cumprimento dos prazos e normas fixadas, sob pena de não serem computadas as horas/pontos de atividades realizadas pelo aluno.

§ 3º Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado.

TÍTULO IV -Da Especificação das Atividades Complementares

Art. 8º As Atividades Complementares a serem desenvolvidas encontram-se anexadas a este regulamento.

§ 1º Na busca de maior qualidade e atendendo ao Art. 2º deste regulamento, a tabela das Atividades Complementares poderá ser alterada a qualquer tempo pelo Colegiado de Curso.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Descrição das Atividades.
Carga horária da atividade desenvolvida. Limite máximo. Conversão em pontos.

1 - Participação em Projeto de Iniciação Científica orientado por professor do curso, como bolsista remunerado ou voluntário.

01 ponto para cada 01h de participação

Até 80 horas

Até 80 pontos

2 - Relatório parcial e/ou final de Iniciação Científica, orientado por professor do curso, elaborado pelo bolsista remunerado ou voluntário.

20 pontos por relatório

Até 04 relatórios

Até 80 pontos

3 - Participação em Projeto ou Programa de Extensão Universitária, vinculados aos núcleos e laboratórios do CE/ Ufes, como bolsista remunerado ou voluntário.

01 ponto para cada 1h de participação.

Até 60 horas

Até 60 pontos

4 - Participação na organização de curso ou evento de extensão realizado na UFES.

20 pontos para cada 20 h de curso

Até 80 horas

Até 80 pontos

5- Participação em atividades de Estágio Supervisionado não Obrigatório, desde que o aluno comprove o caráter extensionista da atividade, por meio de relatório elaborado conforme

1 ponto para cada dia de participação, com carga horária de 4 h.

Até 60 dias

Até 60 pontos

6 - Participação em Cursos da Área de Educação

Até 10 horas - 5 pts

De 11 a 20h - 10 pts

De 21 a 40h - 15 pts

De 41 a 60h - 20 pts

De 61 a 90h - 25 pts

De 91 a 120h - 30 pts

De 121 a 180h - 35 pts

Mais de 180h - 40 pts

Até 180 horas

Até 180 pontos

7 - Atividades de Monitoria em disciplinas da UFES.

01 ponto para cada 01 hora de participação

Até 60 horas

Até 60 pontos

8 - Atividades desenvolvidas com bolsa PET (Prog. Especial de Treinamento) no âmbito da UFES.

01 hora para cada 01 hora de participação

Até 60 horas

Até 60 pontos

9 - Participação em eventos da área da educação, como congresso, seminário, simpósio, encontro, conferência, jornada, oficina, etc..

Até 8 horas - 4 pts

De 8 a 19 h - 8 pts

De 20 a 29h - 12 pts

De 30 a 39h - 16 pts

40h ou mais - 20 pts

Até 15 eventos

Até 60 pontos

10 - Participação como membro de organização de eventos como os mencionados no item imediatamente acima.

10 pontos para cada Evento

Até 02 eventos

Até 20 Pontos

11 - Apresentação de trabalho científico em evento da área de educação.

Pôster - 20 pts

Apresentação de Comunicação/Trabalho - 30 pts

Até 10 trabalhos

Até 50 Pontos

12 - Publicação de livro, capítulo, artigo, resenha ou resumo em anais, na área da educação;

*50 livro; 40 artigo em revista indexada ou capítulo de livro;

30 pontos para revista não indexada;

10 pontos para resumo e resenha em anais.

50 pontos livro

40 pontos artigo revista indexada ou capítulo de livro

30 pontos para revista não Indexada

10 pontos para resumo e resenha em anais.

Até 06

Até 60 Pontos

13 - Experiência profissional na área educacional (exceto aquela que serve para abater na carga horária de estágio curricular obrigatório)

Em outros níveis de ensino (5ª a 8ª, Ens. Médio, espaços educativos não escolares) -

20 pts/ano, ou fração equivalente de trabalho comprovado

Até 60 pts

Até 60 Pontos

14 - Atividade de representação estudantil em mandatos específicos.

05 pontos por mandato

Até 04 mandatos

Até 20 Pontos

15 - Disciplinas eletivas, oferecidas pela UFES, quando excedentes ao número de créditos exigidos.

30 pontos para cada disciplina de no mínimo 60 h.

Até 03 disc.

Até 90 Pontos

16 - Disciplinas optativas oferecidas pelo Curso de Pedagogia, exceto as 2 (duas) obrigatórias para integralização curricular.

30 pontos para cada disciplina de no mínimo 60 h

Até 03 disciplinas.

Até 90 Pontos

17 - Disciplinas, vinculadas à área, cursadas em outras IES, não incluídas no histórico escolar da UFES

30 pontos para cada disciplina de no mínimo 60 h

Até 03 disciplinas.

Até 90 Pontos

18 - Curso de língua estrangeira realizado em instituição credenciada.

05 pontos por semestre Cursado

Até 05 semestres

Até 25 Pontos

19 - Participação regular em grupos de estudos coordenados por professores da UFES.

10 pontos por semestre

Até 04 semestres

Até 40 Pontos

20 - Participação em eventos científicos, culturais e/ou artísticos mediante comprovação.

04 pontos por evento

Até 05 eventos

Até 20 Pontos

21 - Residência docente

01 ponto para cada hora de residência

Até 60 horas

Até 60 pontos

22-Mobilidade estudantil e intercâmbio

10 ponto para cada dia de intercâmbio

Até 60 horas

Até 60 pontos

23 - Outras atividades analisadas e autorizadas antecipadamente, em cada caso, pelo Colegiado.

A definir pelo Colegiado



NORMAS PARA LABORATÓRIOS DE FORMAÇÃO GERAL E ESPECÍFICA

O centro de Educação conta, atualmente conta os seguintes laboratórios:

Laboratório de Educação em Ciências (Labec)
Laboratório de Gestão da Educação Básica do Espírito Santo (Lagebes)
Laboratório de Ensino de História (Lahis)
Laboratório de Aprendizagem da Matemática e Informática Educativa (Lamati)
Laboratório de Aprendizagem da Ufes (Laufes)
Laboratório de Ensino e Aprendizagem de Geografia (Leageo)
Laboratório de Informática do Centro de Educação (Ligce)

Como critério geral, para uso desses laboratórios, os estudantes devem ter matrícula regular no curso de Pedagogia/CE/UFES. Da mesma forma, o CEI Criarte mantém uma brinquedoteca de uso das crianças matriculadas, com possibilidade de utilização do espaço pelos professores que atuam no Curso de Pedagogia, com objetivo de desenvolver estudos e pesquisas.

Em relação ao LIGCE, seu uso é exclusivo de alunos da Pedagogia, Educação do Campo e alunos do PPGE decisão do Conselho Departamental protocolado nº 738840/2016-35 de 01/07/2016.

- obrigatoriedade de identificação em registro próprio do LIGCE;
- não entrar no laboratório com alimentos, doces e bebidas. Água apenas em recipiente fechado;
- garantia de silêncio e ordem no laboratório;
- não alterar as configurações dos equipamentos;
- não trocar ou retirar periféricos dos computadores;
- manter a porta fechada para a conservação da temperatura do laboratório;
- acessar sites apenas relacionados à pesquisa acadêmica.

NORMAS PARA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de curso terá o regulamento apresentado a seguir.

Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC - compreende trabalhos de natureza acadêmico-científica, focalizando temáticas relacionadas à educação em contextos escolares ou não-escolares. Visa a estimular a formação em pesquisa, desenvolvendo hábitos de estudos, capacidade crítico-reflexiva e curiosidade investigativa, favorecendo a focalização e o aprofundamento de estudos e valorizando a produção científica.

Este Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso toma como referência o Projeto Pedagógico dos cursos de Pedagogia Matutino e Noturno do Centro de Educação da Ufes e orienta-se por princípios defendidos pela Associação Nacional de Formação de Professores (ANFOPE) no que tange à formação de professores:

A formação para a vida humana, forma de manifestação da educação omnilateral dos homens; a docência como base da formação; o trabalho pedagógico como foco formativo; a sólida formação teórica, a ampla formação cultural; a criação de experiências curriculares que permitam o contato dos alunos com a realidade da escola básica, desde o início do curso; a incorporação da pesquisa como princípio de formação; a possibilidade de vivência, pelos alunos, de formas de gestão democrática; o desenvolvimento do compromisso social e político da docência; a reflexão sobre a formação do professor e sobre suas condições de trabalho; a avaliação permanente dos cursos de formação; o conhecimento das possibilidades do trabalho docente nos vários contextos e áreas do campo educacional. (ANFOPE 2000, apud ANFOPE, 2001, p. 3).

O Trabalho de conclusão de Curso será desenvolvido de forma progressiva e articulada com as demais atividades do curso, de modo a facilitar a aproximação dos alunos com diferentes possibilidades de pesquisas e aprofundamento da reflexão sobre temáticas específicas na área educacional. As atividades integrantes do TCC estão organizadas no curso em duas disciplinas: TCC I com 75 horas e TCC II com 75 horas, cumpridas em dois semestres consecutivos.

A dinâmica de planejamento, construção do projeto, desenvolvimento e apresentação do TCC será implementada de acordo com o regulamento do TCC.

75

TÍTULO I: DA CARACTERIZAÇÃO, FINS E OBJETIVOS

Art. 1º Este regulamento, em conjunto com as demais normatizações referentes aos cursos de Pedagogia Matutino e Noturno, estabelece os procedimentos necessários para o planejamento, o desenvolvimento, a orientação, a apresentação e a avaliação do Trabalho de Conclusão do Curso - TCC.

§ 1º O TCC será desenvolvido de forma progressiva e articulada com as demais disciplinas, estudos e atividades, de acordo com o Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia.

§2º O TCC constitui requisito para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia - Licenciatura.

Art. 2º O TCC compreende trabalhos de natureza acadêmico-científica e tem por objetivos:

-
- I - estimular a formação em pesquisa;
 - II - favorecer a focalização e o aprofundamento de estudos de temas específicos de interesse do estudante, considerando-se a relevância social da temática em questão;
 - III - desenvolver hábitos de estudos, capacidade crítico-reflexiva e curiosidade investigativa;
 - IV - propiciar condições para o exercício da leitura de textos científicos e escrita de relatórios de estudos;
 - V - valorizar a produção científica.

Parágrafo único: O TCC deverá versar sobre temática relacionada à educação em contextos escolares ou não escolares.

TÍTULO II: DA REALIZAÇÃO DO TCC

CAPÍTULO I: Realização do Trabalho

Art. 3º O TCC será desenvolvido sob orientação, nas disciplinas “Trabalho de Conclusão do Curso” I e II, ambas com carga horária de 75h cada uma, oferecidas nos 6º e 7º períodos, na matriz curricular do curso de Pedagogia Matutino e nos 7º e 8º períodos na matriz curricular do curso de Pedagogia Noturno, respectivamente.

§ 1º A disciplina Introdução à Pesquisa é pré-requisito para Trabalho de Conclusão de Curso I. E Trabalho de Conclusão de Curso I é pré-requisito para a disciplina Trabalho do Conclusão de Curso II.

§ 2º O TCC será desenvolvido individualmente ou por grupos de até três alunos.

§ 3º Os alunos poderão desenvolver o TCC de forma integrada aos projetos de pesquisa já desenvolvidos por professores vinculados à UFES.

§ 4º Cada projeto contará com uma hora semanal de orientação.

CAPÍTULO II Definição da Temática

Art. 4º Os estudos e atividades desenvolvidos durante o curso deverão fornecer o suporte para a realização do TCC, possibilitando a aproximação dos alunos com temas pungentes da área educacional, bem como favorecendo a problematização e a reflexão sobre essas temáticas.

Parágrafo único: No início e final de cada semestre, o Colegiado apresentará aos alunos do 5º período do curso de Pedagogia Matutino e 6º período do curso de Pedagogia Noturno informações sobre o trabalho desenvolvido por núcleos e laboratórios de pesquisa e extensão do Centro de Educação, bem como listagem de professores disponíveis para ofertar a disciplina TTC I e respectivos temas para orientação, de forma a dar suporte a esses estudantes para a definição de orientador e temática a ser estudada.

CAPÍTULO III - Elaboração do Projeto e Desenvolvimento do TCC

Art. 5º A disciplina Introdução à Pesquisa Educacional é pré-requisito para a matrícula na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 6º O projeto completo do TCC consta como atividade da disciplina de TCC I.

Art. 7º Após a conclusão de TCC I, a disciplina TCC II deverá ser organizada de forma a possibilitar o desenvolvimento do projeto, a redação do relatório final e a apresentação para a

Banca Examinadora.

CAPÍTULO IV – Das Modalidades e Categorias dos Trabalhos de Conclusão de Curso

Art. 8º O TCC subdivide-se em duas modalidades básicas:

I- Projeto de pesquisa: esta modalidade de TCC consiste no desenvolvimento de uma pesquisa caracterizada pela busca de conhecimento acerca de uma problemática do campo educacional, seguindo os passos de uma pesquisa científica, podendo se constituir em uma pesquisa de campo ou em uma pesquisa bibliográfica.

II- Projeto de criação e implementação de propostas educativas e/ou materiais didáticos: essa modalidade de TCC envolve um estudo que, caracterizado pela articulação entre teoria e prática, visa a delinear possibilidades de intervenção pedagógica, de maneira a potencializar a prática educativa em espaços escolares e não escolares.

Art. 9º O projeto de pesquisa pode envolver tanto estudo bibliográfico como pesquisa de campo, que pode tomar como lócus de estudo os Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatório e não Obrigatório, o campo de pesquisa do professor orientador e/ou do Grupo de Pesquisa a que o orientador se vincula.

Art. 10º O Projeto de criação e implementação de propostas educativas e materiais didáticos pode tomar como referência problemáticas oriundas: de estudos e análises do Grupo de Pesquisa a que o orientador se vincula, constituindo-se como parte de uma pesquisa mais ampla; ou do Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatório e não Obrigatório.

Parágrafo Único: Tanto o Projeto de pesquisa como o Projeto de criação e implementação de propostas educativas e/ou materiais didáticos devem possuir justificativa, problematização, objetivo, referencial teórico. Conforme a modalidade de projeto, deverá conter metodologia e análise de dados ou desenvolvimento do projeto e avaliação.

Art. 11º O relatório dos projetos de pesquisa e de criação e implementação de propostas educativas e/ou materiais didáticos poderão ser apresentados na forma de:

I- Trabalho monográfico

II- Vídeos, materiais didáticos, criação de blogs e demais recursos de tecnologias da informação e da comunicação, acompanhados de Relatório de TCC.

III- Artigo científico, com comprovação de submissão a periódico avaliado pela Capes.

Parágrafo Único: O trabalho monográfico, artigo científico e/ou relatório do TCC deverão obedecer aos critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT em vigor.

CAPÍTULO V - Da apresentação do TCC à Banca Examinadora

Art. 12º A versão preliminar do trabalho monográfico, artigo científico e/ou relatório do TCC deverá ser apresentada em duas vias impressas e encadernadas em espiral, ao final da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, para apreciação pela Banca examinadora.

§ 1º O estudante deverá entregar uma versão preliminar digital do trabalho monográfico, ou relatório do TCC, ou artigo científico (acompanhado do projeto de pesquisa que o originou) ao Colegiado de Curso no momento de solicitação da documentação referente à apresentação do TCC à Banca Examinadora.

§ 2º Quando se tratar de projeto de criação e implementação de propostas educativas ou de materiais didáticos, o relatório de TCC deverá ser acompanhado do produto (materiais didáticos, recursos de tecnologias da informação e da comunicação).

§ 3º Quando se tratar de artigo científico, o relatório de TCC deverá ser acompanhado do projeto de pesquisa que deu origem ao artigo e da comprovação da submissão do texto a

periódico científico avaliado pela Capes.

Art. 13º As duas cópias da versão preliminar do TCC deverão ser entregues ao professor orientador até 15 dias antes da data agendada para a apresentação à Banca Examinadora.

Art. 14º Todas as divulgações do trabalho monográfico ou relatório do TCC ou artigo científico devem explicitar o nome da UFES, do Curso e do(s) Orientador(es).

Art. 15º No momento da apreciação do relatório de TCC pela Banca Examinadora, o(s) autor(es) efetuará(ão) a apresentação oral e/ou por meio de LIBRAS do texto (com a presença de todos os integrantes do trabalho, quando for o caso) e os avaliadores poderão solicitar a esclarecimentos sobre o estudo apresentado.

Parágrafo Único: Quando se tratar de estudante surdo e um dos membros da Banca Examinadora não for fluente em LIBRAS, o Colegiado de Curso deverá providenciar um intérprete de LIBRAS.

Art. 16º Ao final dos trabalhos de apresentação e arguição, a Banca reunir-se-á em particular para decidir sobre a aprovação e a nota a ser atribuída ao trabalho.

Art. 17º No caso de aprovação do trabalho monográfico, artigo científico e/ou relatório do TCC com ressalvas, os alunos deverão proceder à correção do trabalho de acordo com as determinações da Banca Examinadora. O orientador será o responsável pela verificação do cumprimento dessas determinações.

Art. 18º A versão final do trabalho monográfico, artigo científico e/ou relatório do TCC deverá ser entregue, em formato digital, no Colegiado até 30 dias após a apresentação à Banca Examinadora.

TÍTULO III - DA ORIENTAÇÃO

Art. 19º Para o desenvolvimento do TCC será obrigatória a orientação de um professor da carreira do magistério superior vinculado à UFES, com formação mínima de Mestrado em Educação.

§ 1º Professores de outras IES com pós-graduação “stricto sensu” na área de conhecimento do tema e mestrandos do PPGE-UFES poderão atuar como co-orientadores de TCC, desde que não implique em ônus para a Universidade Federal do Espírito Santo.

§ 2º A orientação do TCC será efetivada nos 6º e 7º períodos para o curso de Pedagogia Matutino, e 7º e 8º períodos, para o curso de Pedagogia Noturno, devendo ser computada 01 hora semanal de carga horária, por projeto, para o orientador.

Art. 20º As atividades de orientação serão realizadas no interior das disciplinas TCC I e II e serão registradas em instrumentos de controle do professor.

Art. 21º A desistência por parte do orientador ou do aluno na continuidade do trabalho nas disciplinas TCC I ou TCC II deverá ser formalizada no Colegiado do Curso mediante documento próprio para a definição de um novo professor orientador.

TÍTULO IV - DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Art. 22º O TCC será avaliado por Banca Examinadora própria para esse fim, composta por, no mínimo, dois membros, sendo um deles o orientador.

Parágrafo único: O relatório de TCC será apresentado oralmente e/ou por meio de LIBRAS em

sessão pública.

Art. 23º A avaliação será realizada pela Banca Examinadora em sessão reservada imediatamente após a realização da apresentação e arguição do trabalho.

Parágrafo Único: A entrega da versão final do trabalho monográfico em formato digital ao Colegiado é pré-requisito para a colação de grau.

Art. 24º O processo de avaliação focalizará os seguintes aspectos:

- I - Adequação do trabalho ao tema proposto
- II - Coerência entre os objetivos e o tema proposto.
- III - Organização textual em consonância com o tema e com a base teórica adotada.
- IV - Clareza, correção e adequação da linguagem a um trabalho científico.
- V - O processo de desenvolvimento do TCC relatado pelo professor orientador.
- VI - Desenvoltura na apresentação do trabalho.

Art. 25º O resultado será divulgado pelo professor orientador ao final dos trabalhos da Banca Examinadora.

TÍTULO V - DAS ATRIBUIÇÕES

CAPÍTULO I - Do Colegiado do Curso

Art. 26º O Colegiado do Curso terá as seguintes atribuições:

- I - elaborar semestralmente calendário de atividades relacionadas ao TCC;
- II - efetuar levantamento e divulgar a disponibilidade de disciplinas/vagas para orientação em cada semestre letivo;
- III - elaborar e acompanhar os procedimentos e instrumentos necessários à formalização do TCC;
- IV - arquivar os TCCs aprovados, em formato digital;
- V - convocar, quando necessário, reuniões com orientadores e orientandos;
- VI - analisar recursos e resolver os casos omissos.
- VII - Colaborar na disponibilização de serviços de apoio para que alunos com deficiência ou transtorno global do desenvolvimento tenham as condições necessárias de realização do TCC.

CAPÍTULO II - Dos Departamentos

Art. 27º Os Departamentos terão as seguintes atribuições:

- I - Oferecer disciplinas de TCC conforme solicitação do colegiado.
- II - Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos.
- III - Organizar os encargos docentes das disciplinas de TCC, de modo que os professores envolvidos na disciplina TCC I deem continuidade à orientação no semestre seguinte, oferecendo TCC II.

CAPÍTULO III - Dos Orientadores

Art. 28º São atribuições dos orientadores:

- I - Orientar o(s) aluno(s) na elaboração do TCC em todas as suas fases, do projeto de pesquisa até a defesa e entrega da versão final do relatório;
- II- Colaborar na disponibilização de serviços de apoio para que alunos com deficiência ou transtorno global do desenvolvimento tenham as condições necessárias de realização do TCC.
- III - Realizar reuniões periódicas de orientação com os alunos, estabelecendo previamente

calendário de encontros para orientação.

IV - Orientar o aluno na aplicação de conteúdos e normas técnicas para a elaboração do TCC, conforme metodologia da pesquisa científica.

V - Observar a carga horária de uma aula por semana por aluno/projeto orientado.

VI - Efetuar a revisão dos documentos e componentes do TCC, e autorizar os alunos a fazerem as apresentações previstas e a entrega de toda a documentação solicitada.

VII - Organizar as Bancas Examinadoras de TCC e participar da banca de avaliação final.

VIII - Informar ao Colegiado do Curso o resultado final da avaliação do TCC, por meio do preenchimento da Ata da avaliação do TCC.

IX - Preencher a pauta de notas finais das disciplinas de TCC.

CAPÍTULO IV - Dos Orientandos

Art. 29º Os alunos em fase de desenvolvimento de TCC terão as seguintes atribuições:

I - Elaborar e apresentar o projeto de TCC em conformidade com este Regulamento.

II - Efetuar a matrícula em TCC, de acordo com os períodos estabelecidos no Calendário Acadêmico da UFES.

III - Apresentar toda a documentação solicitada pelo Professor Orientador durante as orientações.

IV - Participar das reuniões periódicas de orientação com o Professor Orientador do TCC.

V - Encaminhar ao Colegiado requerimento de apresentação do TCC à Banca Examinadora, mediante concordância do orientador.

VI - Seguir as recomendações do Professor Orientador concernentes ao TCC.

VII - Apresentar, presencialmente, o relatório do TCC à Banca Examinadora.

VIII - Realizar as alterações solicitadas pela Banca Examinadora na versão final do relatório do TCC e entregar ao Colegiado o texto final em formato digital.

IX - Tomar ciência e cumprir os prazos estabelecidos pelo orientador e pela Coordenação de Curso.

X- Tomar ciência e respeitar os direitos autorais sobre obras acadêmico-científicas, evitando o plágio acadêmico.

XI - Informar ao Colegiado do Curso toda alteração, quer seja de orientador e/ou de temática do projeto.

TÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30º O não cumprimento do calendário próprio da atividade do TCC pelos alunos implicará em matrícula na mesma disciplina no semestre seguinte.

Art. 32º Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Pedagogia.

ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

Coordenação do Curso

O Colegiado de Curso de Pedagogia tem um coordenador que o preside e um sub-coordenador, eleitos entre os seus pares, preferencialmente entre os representantes do Departamento que ministre o maior número de créditos para o curso, com mandato de 02 (dois) anos, com direito à recondução, de acordo com a Resolução do CEPE, Nº11/87, que regulamenta normas e funcionamento dos colegiados de curso de graduação. Em suas faltas ou impedimentos, o coordenador é substituído pelo sub-coordenador e, na falta deste, pelo membro do Colegiado mais antigo no magistério da Universidade.

O coordenador dedica 30 horas de sua carga horária de trabalho ao colegiado de curso.

Conforme a Resolução do CEPE nº 11/87, as atribuições do Coordenador do Colegiado de Curso são:

I - Convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso, cabendo-lhe o direito de voto de qualidade.

II - Coordenar a matrícula e supervisionar o trabalho de orientação acadêmica.

III - Articular as atividades acadêmicas desenvolvidas para o curso no sentido de propiciar a melhor qualidade do ensino.

IV - Enviar, à câmara de graduação e à direção do centro, que ministre as disciplinas que totalizem a maioria de créditos do ciclo profissionalizante do curso, relatório anual pormenorizado das atividades realizadas, após aprovação pelo Colegiado de Curso.

V - Participar, juntamente com os departamentos, da elaboração da programação acadêmica.

VI - Coordenar a programação do horário de provas finais junto aos respectivos departamentos.

VII - Participar das reuniões da Câmara de Graduação.

VIII - Encaminhar à direção do centro, que ministre as disciplinas que totalizem a maioria de créditos do ciclo profissionalizante do curso, definição das necessidades de infra-estrutura administrativa capaz de garantir o funcionamento do Colegiado de Curso.

Colegiado do Curso

O colegiado do Curso de Pedagogia localiza-se no IC-IV, Centro de Educação, no prédio Maria de Jesus Borgo (MAJE). É composto por coordenador, vice coordenador e seis professores membros representantes do Departamento de Teorias e Práticas Educacionais (DTEPE), Departamento de Política e Sociedade (DEPS) e Departamento de Linguagens e Educação (DLCE), sendo dois de cada departamento. Dispõe de cinco servidores efetivos que atendem ininterruptamente por doze horas os cursos de Pedagogia e Educação do campo.

A composição, a estrutura e funcionamento do Colegiado de Cursos são definidas pela Resolução do CEPE/Ufes nº 11/87, que regulamenta normas e funcionamento dos colegiados de curso de graduação. Essa Resolução estabelece a periodicidade das reuniões, os processos decisórios e as atribuições.

Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Pedagogia foi instituído pela Resolução nº 1, de 17 de junho de 2010, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Atualmente é composto por 7 professores dos três departamentos do Centro de Educação.

No âmbito da Ufes, a regulamentação do NDE foi instituída pela Resolução nº. 53/2012 CEPE/Ufes, alterada pela Resolução nº 06/2016, que determina: "Art. 2º. O NDE é segmento da estrutura de gestão acadêmica de cada curso de graduação com atribuições consultivas, propositivas e de assessoria ao respectivo colegiado no tocante à concepção, acompanhamento, consolidação e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC)."

CORPO DOCENTE

Perfil Docente

Até o 1º semestre de 2017, o Centro de Educação possuía 93 professores do quadro permanente, atuando no ensino superior, e oito docentes da carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico que exerceram suas atividades no Centro de Educação Infantil Criarte, totalizando 101 vinculados ao CE.

O corpo docente é formado, majoritariamente, por professores efetivos, em dedicação exclusiva, com doutorado em Educação ou em áreas específicas, atuando tanto no curso de graduação em Pedagogia – Licenciatura, Educação do Campo e demais licenciaturas quanto no Programa de Pós-Graduação em Educação.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, POLÍTICA E SOCIEDADE

Dra. Cleyde Rodrigues Amorim
Dra. Denise Meyrelles de Jesus
Dra. Edna Castro de Oliveira
Dr. Edson Maciel Júnior
Dr. Edson Pantaleão Alves
Dr. Eduardo Augusto Moscon Oliveira
Dra. Eliza Bartolozzi Ferreira
Dra. Gilda Cardoso de Araújo
Dra. Izabel Cristina Novaes
Dra. Janete Magalhães Carvalho
Dr. João Assis Rodrigues
Dr. José Américo Cararo
Dra. Juçara Luzia Leite
Dr. Marcelo Lima
Dra. Mariângela Lima de Almeida
Dra. Marlene de Fátima Cararo

Dra. Regina Celi Frechiani Bitte
Dra. Regina Helena Silva Simões
Dr. Reginaldo Célio Sobrinho
Dr. Robson Loureiro
Dra. Rosemeire dos Santos Brito
Dr. Soler Gonzalez
Dra. Terezinha Maria Schuchter
Dra. Vânia Carvalho de Araújo
Dr. Vilmar José Borges
Dr. Alessandro da Silva Guimarães
Dr. Alexandro Braga Vieira
Dra. Débora Monteiro do Amaral
Dra. Dulcinéa Campos Silva
Dr. Gilfredo Carrasco Maulin
Dra. Miriã Lúcia Luiz
Dra. Patrícia Gomes Rufino Andrade
Dr. Valter Martins Giovedi

DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS, CULTURA E EDUCAÇÃO

Dra. Adriana Magro
Ms. Andréa Antolini Grijó
Dr. César Pereira Cola
Dra. Cláudia Maria Mendes Gontijo

Dra. Cleonara Maria Schwartz
Dra. Dania Monteiro Vieira Costa
Dra. Daísa Teixeira
Dra. Ednalva Gutierrez Rodrigues
Dr. Erineu Foerste
Ms Euluse Rodrigues da Costa Junior
Dr. Gean Pierre campos
Dr. Iguatemi Santos Rangel
Ms. Jefferson Bruno Moreira Santana
Dra. Julia Rocha Pinto
Ms. Júlio Francelino Ferreira Filho
Dra. Kalline Pereira Aroeira
Dra. Karla Ribeiro de Assis Cezarino
Ms. Keila Cardoso Teixeira
Dra. Kezia Rodrigues Nunes
Dra. Kyria Rebeca N. L. Finardi
Dr. Marcello Pereira Nunes
Dra. Margarete Sacht Goes
Dra. Maria Amélia Dalvi
Ms. Maria José Campos Rodrigues
Dra. Silvana Ventorim
Dra. Valdete Côco
Ma Ericler Oliveira Gutierrez
Dr. Fabiano de Oliveira Moraes
Dra. Regina Godinho
Dra. Renata Duarte Simões

DEPARTAMENTO DE TEORIAS DO ENSINO E PRÁTICAS EDUCACIONAIS

Dr. Alexsandro Rodrigues
Dra. Ana Carolina Galvão Marsiglia
Dra. Andressa Mafezoni Caetano
Dr. Carlos Eduardo Ferraço
Dr^a Debora Cristina Araújo
Dr. Geide Rosa Coelho
Dr. Gustavo Henrique Araújo Forde
Ms. Hellen Castro de Almeida Leite
Dr. Hiran Pinel
Ms. Humberto Derci Capai
Dra. Inês de Oliveira Ramos
Dr. Itamar Mendes da Silva
Dra. Ivone Martins de Oliveira
Dr. Jair Ronchi Filho
Dra. Jaqueline Magalhães Brum
Dra. Junia Freguglia Machado Garcia
Dra. Kiusam Regina de Oliveira
Dr. Marco Antonio Oliva Gomes
Dra. Maria Hermínia Baião Passamai
Ms. Mari Inêz Tavares
Dra. Martha Tristão Ferreira
Dra. Mirian do Amaral Jonis Silva
Dra. Patrícia Silveira da Silva Trazzi
Dr. Rogério Drago
Dra. Sonia Lopes Victor
Dra. Tânia Mara Z. Guerra F. Delboni
Dr. Tércio Girelli Kill
Dr. Vitor Gomes
Dra. Elizabete Bassani
Dra. Sandra Kretli da Silva

Formação Continuada dos Docentes

No âmbito da Ufes, o processo de formação dos professores é organizado pelo Núcleo de Apoio à Docência, (NAD) que tem como principal objetivo fomentar espaços de aperfeiçoamento didático-pedagógico e de suporte para o desenvolvimento das atividades docentes. Propõe investir na valorização e qualificação continuada do trabalho docente. Prevê ampliar o assessoramento pedagógico ao trabalho docente e realiza-lo próximo aos locais de atuação dos/as docentes. Assim, haverá um NAD para cada Campus da UFES.

No âmbito do Centro de Educação, os processos de formação continuada de docentes são garantidos por legislação e viabilizados da seguinte forma:

- Pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE-UFES) com os cursos de mestrado e doutorado.
- Por outros programas de Pós-graduação ofertados pela Ufes, bem como de outras Universidades Brasileiras e estrangeiras, seja pela via de convênios articulados com a Universidade ou por iniciativa do próprio docente.
- Pela licença para capacitação de professores a cada cinco anos de efetivo exercício.
- Pelos núcleos e laboratórios do próprio centro e ou de outros centros da Ufes, através de projetos de ensino, pesquisa e extensão universitária.
- Pela participação em diversos eventos acadêmico-científicos como cursos, seminários, simpósios, palestras e outros.
- Pela participação em projetos de Pós-doutorado tanto em âmbito nacional quanto internacional.
- Pela participação

INFRAESTRUTURA

Instalações Gerais do Campus

Segundo a página oficial da Ufes, o Campus de Goiabeiras é o principal campus e está localizado na Capital do Espírito Santo, Vitória, concentra a maior parte dos cursos de graduação, mestrado e doutorado, seus centros de ensino, laboratórios e projetos de extensão. Nele estão também os principais setores administrativos da universidade, como a Reitoria, as pró-reitorias e as secretarias. No campus de Goiabeiras circulam diariamente cerca de 22 mil pessoas, entre alunos, professores, servidores e visitantes.

Abriga uma área de cultura e lazer, com uma galeria, um café, um cinema e um teatro, além da Biblioteca Central e as setoriais. Conta com a presença de uma emissora de rádio, a Rádio Universitária. Possui ginásio de esportes, parque aquático e outros equipamentos esportivos; Centro de Línguas, agências bancárias e de correios, Observatório Astronômico e Planetário. O campus é cercado por uma área de manguezal mantida sob proteção ambiental.

Instalações Gerais do Centro

O Centro de Educação possui infraestrutura para desenvolvimento de estudos e pesquisas. As salas de aula são estão conectadas ao Eduroam (education roaming), serviço de rede sem fio, desenvolvido para a comunidade internacional de educação e pesquisa, permitindo que os estudantes, docentes e funcionários obtenham conectividade à Internet, através de conexão sem fio (wi-fi). As salas também são equipadas com aparelhos multimídia e climatizadas.

Além de salas de aula, adequadas ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, também compõe a estrutura do Centro de Educação, o Centro de Educação Infantil Criarte. Este espaço, favorece a prática dos estágios supervisionados na educação infantil, possibilitando, ainda diversas experimentações ludo pedagógicas, em sua brinquedoteca.

O CE possui uma Biblioteca Setorial com acervo, atualizado todos os anos, na área de educação. A Biblioteca Central da Ufes, a maior do Estado, também possui um excelente acervo nessa área.

Possui ainda os seguintes Núcleos e Laboratórios de Estudos e Pesquisas que proporcionarão espaço de ensino e pesquisa: Núcleo de Educação infantil (Nedi), Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (Neja), Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos em Educação Ambiental e Ensino de Ciências (Nipeea), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alfabetização, Leitura e Escrita do Espírito Santo (Nepales), Núcleo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais (Nepe), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Filosofia (Nepefil), Núcleo de Artes Visuais em Educação do Espírito Santo (Navees), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades (Neps), Núcleo de Pesquisa e Extensão em Currículos, Cotidianos e Culturas (Nupec), Núcleo de Estudo e Pesquisa em Hipertexto e Tecnologia Educacional (Nepehte), Laboratório de Aprendizagem (Laufes), Laboratório de Aprendizagem de Matemática e Informática Educativa (Lamati), Laboratório de Ensino e Aprendizagem de Geografia (Leageo), Laboratório de Ensino de História (Lahis), Laboratório de Gestão da Educação Básica do Espírito Santo (Lagebes) e Laboratório de Educação em Ciências (Labec).

Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais

O Centro de Educação, em consonância com o Núcleo de acessibilidade da Ufes (NAUFES) tem investido em ações que possam garantir a todos os seus usuários (alunos, professores e funcionários) diferentes condições de acessibilidade e mobilidade, implementando, progressivamente, em função das demandas apresentadas, políticas de inclusão de pessoas com deficiência na educação superior com garantias de ingresso, acesso e permanência com qualidade. "[No que se refere à acessibilidade arquitetônica], a adequação dos espaços físicos

tem base em legislação específica do Governo Federal, por meio da Portaria nº 1.679/99, que determina a oferta de condições adequadas para o acesso das pessoas com deficiência, que tem como foco central a acessibilidade das pessoas que frequentam a Universidade; e da Lei 10.098, de 23 de março de 1994, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas [...] [com] deficiência ou com mobilidade reduzida, notadamente no seu capítulo quarto, estabelecendo que os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão conter espaços reservados para cadeirantes e lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, e respectivos acompanhantes, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), de modo a facilitar as condições de acesso, circulação e comunicação para as pessoas com deficiência. A Norma Brasileira (NBR) 9050, de 30 de junho de 2004, denominada 'Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos' (ABNT, 2004), disciplina o assunto (UFES, 2015, p. 22)".

O prédio do IC IV é acessível, desde o estacionamento, com vagas para deficientes, até à estrutura do prédio, com os banheiros do piso inferior e superior adaptados.

Para garantir a acessibilidade de estudantes e servidores, contamos com notebook, tablet e monitores ampliados (baixa visão) e com intérpretes e tradutores de Libras (surdez).

Vale destacar, ainda, que o Centro de Educação possui um núcleo de estudos, pesquisas e extensão voltado para a educação especial – NEESP – e dois Programas de Pós-graduação: o primeiro em Educação que possui a linha de pesquisa - Educação Especial e Processos Inclusivos – e o segundo, o Mestrado Profissional em Educação que conta com a linha de pesquisa Educação inclusiva e diversidade, constituída também por vários professores articulados à área de Educação Especial. Ambos têm fortalecido o debate e a implementação de políticas voltadas para a inclusão escolar de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação em todos os níveis e modalidades de ensino.

Instalações Requeridas para o Curso

. Há uma demanda de salas de aula para abrigar dois Cursos de Graduação (Pedagogia, matutino e noturno e Educação do Campo), além das disciplinas pedagógicas para todas as licenciaturas do Campus de Goiabeiras.

. No que diz respeito à acessibilidade, um grave problema persiste, ou seja, permanece a impossibilidade das pessoas com mobilidade reduzida terem acesso ao segundo piso do prédio, visto que, a colocação de plataforma, solicitada, não foi atendida.

Biblioteca e Acervo Geral e Específico

A Biblioteca Central (BC) é um órgão suplementar vinculado diretamente à Reitoria e coordena os procedimentos técnicos de todas as unidades do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal do Espírito Santo (SIB-Ufes) necessários ao provimento das informações às atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração da Ufes.

Seu acervo disponível para consulta compõe-se de 100.080 títulos, com 224.029 exemplares de livros; 5.983 títulos de dissertações e teses com 8.144 exemplares; 2.235 títulos com 3.208 exemplares de multimeios; e 1.701 títulos com 74.520 fascículos de periódicos. A atual estrutura do SIB-Ufes contempla oito unidades a Biblioteca Setorial de Educação, localizada no Centro de Educação.

As tecnologias da informação e comunicação impulsionaram o SIB-Ufes a adotar como ferramenta o software “Pergamum”, o qual possibilita a automação e o gerenciamento de suas atividades. Dentre estas destacam-se a consulta remota ao catálogo, renovação, reserva dos itens emprestados, bem como a administração pelo usuário de sua conta (data prevista de devolução, controle de débitos). A partir do catálogo, os usuários podem efetuar críticas, sugestões e indicação de novas aquisições. A fim de intensificar o acesso a fontes de informação disponíveis na web, o SIB-Ufes assinou o metabuscador Ebsco Discovery Service

(EDS), que consiste em um mecanismo de referências e dados disponíveis em acesso aberto, assim como os existentes em bases de dados assinadas pelo SIB-Ufes e no Portal de Periódicos da Capes.

Com o advento de novos formatos de material didático-científico, a Ufes, visando a adequar-se às novas exigências do universo acadêmico e possibilitar acesso remoto à sua comunidade, aderiu, no ano de 2011, à Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) – iniciativa da Rede Nacional de Pesquisas. Tal rede possibilita acesso remoto a todos os recursos do Portal de Periódicos da Capes. Além de potencializar o uso da ferramenta, proporciona ao usuário estudante acesso a mais de 37.000 títulos de periódicos científicos, vinculados às mais destacadas bases de dados nacionais e estrangeiras. Já a configuração de proxy possibilita o acesso aos demais recursos eletrônicos comprados com verba da universidade, a saber:

E-books das editoras Cambridge, Wiley, IEEE, Elsevier, Zahar e Senac SP, totalizando aproximadamente 1.500 títulos nacionais e estrangeiros; Bases de dados de periódicos eletrônicos Academic Search Complete, World Politics Review e VLex; e Base de dados de Normas Técnicas da ABNT. No âmbito dos suportes de informação eletrônica disponíveis aos usuários, destaca-se a disponibilização dos trabalhos acadêmicos oriundos dos programas de pós-graduação da Ufes, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), bem como a produção intelectual da Instituição em seu repositório.

Laboratórios de Formação Geral

O Centro de Educação possui, à disposição dos estudantes, um laboratório de informática, equipado com: Hardwar e 30 Computadores interligados à Internet;

- 1 Data-show fixo (instalado no teto do laboratório);
- 1 Lousa digital;
- 1 Sistema de som de alta potência – 2 caixas de som amplificadas em linha;
- 1 Impressora Laser;
- 1 Scanner de mesa;
- 1 Computador dedicado ao data show, lousa digital e sistema de som de alta potência – uso exclusivo professores, servidores do laboratório e alunos previamente autorizados;
- 1 Computador dedicado à impressora e ao scanner de uso exclusivo dos servidores do laboratório para atenderem a demanda dos usuários. Softwar e Navegadores Internet;
- Pacote Office 2007;
- Leitores/conversores de arquivos PDF;
- Compactador de arquivos;
- Players de arquivos multimídia;
- Programa gravador de CD/DVD (nem todos os computadores possuem gravador);
- Antivírus;
- Programa monitor e bloqueador de redes sociais e pornografia.

Laboratórios de Formação Específica

a) Laboratório de Educação em Ciências (Labec) Objetivos: potencializar ações que fortaleçam a produção de estudos e pesquisas no campo da Educação em Ciências; fortalecer as parcerias com as redes de ensino municipal e estadual e com espaços não formais de Educação em Ciências; incentivar parcerias com outros espaços da própria Ufes voltados para a Educação em Ciências, tais como a Experimentoteca, outros laboratórios de ensino (ModeLab da Física) e programas institucionais (Pibid); participar de ações políticas que possam potencializar a integração universidade e sociedade.

b) Laboratório de Gestão da Educação Básica do Espírito Santo (Lagebes) Objetivos: contribuir para a melhoria da gestão da educação básica no Estado do Espírito Santo; criar e consolidar espaços e tempos para planejamento, desenvolvimento e disseminação de estudos e pesquisas coletivas e individuais sobre a realidade de gestão educacional nas diferentes etapas da educação básica do Estado do Espírito Santo; oferecer condições para a socialização de pesquisas individuais e coletivas realizadas pelos integrantes do Lagebes e por profissionais de

outras instituições; oferecer condições para a socialização de políticas, programas e projetos realizados pelos profissionais da educação básica do Estado do Espírito Santo; criar e consolidar parcerias internas e externas para a realização de estudos e pesquisas; divulgar, por diferentes meios de comunicações, sua produção científica; oferecer às unidades, redes e sistemas de ensino a colaboração para melhoria das ações gestoras e, conseqüentemente, da qualidade da educação básica; organizar eventos científicos nacionais e internacionais relacionados com a área de gestão educacional; promover o envolvimento de graduandos, pós-graduandos e profissionais da educação básica nas atividades de pesquisa e extensão.

c) Laboratório de Ensino de História (Lahis) Objetivos: proporcionar condições e possibilidades de atualização aos professores de História e a outros profissionais interessados em seu ensino; assessorar professores na superação de dúvidas e dificuldades relativas ao ensino de História; manter um acervo de publicações relacionado com o ensino de His- 29 tória; selecionar e disponibilizar recursos didáticometodológicos; multiplicar informações no âmbito do ensino de História; desenvolver atividades junto com o GT Ensino de História e Educação da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (Anpuh).

d) Laboratório de Aprendizagem da Matemática e Informática Educativa (Lamati) Objetivos: abrigar reuniões da área de Educação Matemática, bem como os encontros de estudo, discussões e troca de experiências relativas às novas contribuições teóricas de interesse; contribuir para a melhoria da formação inicial e continuada de professores de Matemática, promovendo a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão; difundir uma nova concepção de Matemática como instrumento de cidadania e inserção social; integrar as áreas de conhecimento (geral e pedagógica) que compõem a formação inicial do professor de Matemática; instrumentalizar os acadêmicos do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Matemática com metodologias alternativas de ensino.

e) Laboratório de Aprendizagem da Ufes (Laufes) Objetivos: prestar serviços de produção e assessoria na área de vídeo e fotografia a professores e alunos da graduação e da pós-graduação, nas diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão; reproduzir material audiovisual, a partir de originais de formatos diversos, resguardados os casos protegidos pela lei de direitos autorais.

f) Laboratório de Ensino e Aprendizagem de Geografia (Leageo) Objetivos: promover integração entre as disciplinas de conteúdo específico-pedagógico de Geografia, potencializando interfaces com outras áreas de conhecimento, proporcionando espaços e tempos de formação continuada aos licenciandos de Geografia e de Pedagogia, bem como a professores do ensino superior e da educação básica que viabilizem a produção e execução de propostas educacionais em Geografia; promover integração e parcerias entre Ufes, escolas e redes de educação básica e superior, estimulando e realizando projetos pedagógicos de pesquisa, de extensão e de ensino; desenvolver a criação de grupos de estudo pedagógicos e geográficos, realizando experiências resultantes de novas propostas educacionais na área de ensino de Geografia, para produzir, coletar e difundir dados sobre experiências e realidades educacionais, como produção geopedagógica realizada por alunos e professores de Geografia e de Pedagogia; produzir, reunir, organizar e difundir o acervo do Leageo.

g) Brinquedoteca: Instalada no CEI Criarte, tem como objetivo atender as crianças, alunos e professores do CE, favorecendo a ampliação das múltiplas linguagens infantis por meio de jogos, brinquedos e equipamentos diversos, articulados às disciplinas que tematizam a infância.

OBSERVAÇÕES

A ficha de acompanhamento das Atividades complementares está em anexo, na aba Regulamento/ Atividades complementares.

PROJETO PEDAGÓGICO DA CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MEMBROS DO NDE -

2015

ANDRÉA ANTOLINI GRIJÓ (DLCE)
ANDRESSA MAFEZONI CAETANO (DTEPE)
DANIA MONTEIRO VIEIRA DA COSTA(DLCE)
MARIA ENEIDA FURTADO CEVIDANES (DLCE)
IVONE MARTINS DE OLIVEIRA (DTEPE)
JAIR RONCHI FILHO (DTEPE)
ROSIMEIRE DOS SANTOS BRITO (DEPS)

2016

ALEXANDRO BRAGA VIEIRA (DEPS)
ANDRESSA MAFEZONI CAETANO (DTEPE)
DANIA MONTEIRO VIEIRA DA COSTA(DLCE)
TANIA MARA ZANOTTI GUERRA FRIZZERA DELBONI (DTEPE)
IVONE MARTINS DE OLIVEIRA (DTEPE)
JAIR RONCHI FILHO (DTEPE)
CLEONARA MARIA SCHWARTZ (DLCE)

2017

ALEXANDRO BRAGA VIEIRA (DEPS)
EDNALVA GUTIERREZ RODRIGUES (DLCE)
DANIA MONTEIRO VIEIRA DA COSTA(DLCE)
TANIA MARA ZANOTTI GUERRA FRIZZERA DELBONI (DTEPE)
IVONE MARTINS DE OLIVEIRA (DTEPE)
JAIR RONCHI FILHO (DTEPE)
CLEONARA MARIA SCHWARTZ (DLCE)
ANDRESSA MAFEZONI CAETANO (DTEPE)

REFERÊNCIAS

Associação Nacional de Formação de Professores (ANFOPE). Análise da versão preliminar da proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em curso de nível superior. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/Recife.pdf>>. Acesso em 30 jan. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 6 out. 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº 9, de 8 de maio de 2001. Brasília. 2001a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº 28, de 2 de outubro de 2001. Brasília. 2001b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº 9, de 8 de maio de 2001. Brasília. 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 6 out. 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. Parecer CNE/CES, nº 2 de 2 de fevereiro de 2005. Brasília, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces0015_05.pdf>. Acesso em: 29 out. 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1 de 16 de maio de 2006. Brasília. 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 6 out. 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 2 de 1 de julho de 2015. Brasília. 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 6 out. 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº 2 de 9 de junho de 2015. Brasília. 2015b. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/parecer_cne_cp_2_2015_aprovado_9_junho_2015.pdf>. Acesso em: 6 out. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Regimento Geral da Ufes. Vitória. 20___. 63 p. Disponível em: <<http://www.daocs.ufes.br/sites/daocs.ufes.br/files/field/anexo/Regimento%20Geral%20da%20UFES.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. Comissão Própria de Avaliação. Relatório da Comissão Própria de Avaliação - CPA 2014. Vitória; ES, 2014. 59 p. Disponível em: <http://www.avaliacaoinstitucional.ufes.br/sites/avaliacaoinstitucional.ufes.br/files/field/anexo/cpa_-_relatorio_de_autoavaliacao_institucional_2014_-_ufes.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2016.

_____. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019. Vitória - ES. 2015. 76 p. Disponível em <http://avaliacaoinstitucional.ufes.br/sites/avaliacaoinstitucional.ufes.br/files/field/anexo/pdi_ufes-2015-2019.pdf>. Acesso em 29 out. 2016.

_____. Centro de Educação. Projeto Político-Pedagógico do Centro de Educação da Universidade



Acesso em: 22 out. 2016.

UFES, CPA 2014. Vitória; ES, 2014. Disponível em: <http://www.avaliacaoinstitucional.ufes.br/sites/avaliacaoinstitucional.ufes.br/files/field/anexo/cpa_-_relatorio_de_autoavaliacao_institucional_2014_-_ufes.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2016.

_____. Centro de Educação. Projeto Político-Pedagógico do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória; ES, 2015.

_____. Avalia UFES: guia de avaliação institucional 2016. Vitória; ES, 2016.